

grande tema

os velhos da raia



01

Março · Abril · Maio

06

publicação trimestral / distribuição gratuita



viver
vidas e veredas da raia



Colcha dos Meandros com Albarradas (monocromática de 2,00m X 2,33m) · Propriedade: ADRACES



BORDADO DE CASTELO BRANCO

Ex-libris de uma região, Património de Portugal

“Casamento perfeito do linho com a seda”, de “carácter popular ou de sabor requintado”, o Bordado de Castelo Branco atinge a sua máxima eloquência e expressão nas denominadas “Colchas de Noivado”. Cada traço detém grande simbologia, transmitindo a arte, o saber e o sentimento de quem as cria e das mãos que habilmente as executam.



VIVER – Vidas e Veredas da Raia

CARACTERIZAÇÃO E PRINCÍPIOS:

A revista **VIVER** – Vidas e Veredas da Raia é uma publicação trimestral, propriedade da ADRACES – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro Sul, para a informação, formação para o desenvolvimento e promoção da qualidade e nível de vida das pessoas que habitam a sub-região em que estamos inseridos.

Em cada trimestre é desenvolvido um tema central, complementado por conteúdos que abrangem os diferentes temas relacionados com os objectivos da publicação.

A “VIVER” é independente de quaisquer poderes políticos e/ou económicos, não estando ao serviço de qualquer orientação pública ou doutrinária.

É, antes, um espaço aberto às pessoas que se preocupam com o exercício da cidadania, da coesão social e da promoção do desenvolvimento local e rural.

A “VIVER” está aberta à colaboração e intervenção dos seus leitores, quer através de artigos de opinião, envio de documentos, estudos ou trabalhos dentro do seu objecto, ou através de sugestões sobre temas a tratar nas suas páginas.

A “VIVER” pretende contribuir de forma especializada e credível para a formação de uma opinião pública esclarecida e crítica em questões de desenvolvimento local em meio rural, condição indispensável para se conseguir uma realidade (rural) social e economicamente mais justa e integrada.

A “VIVER” aborda territorialmente as questões específicas da área de intervenção da ADRACES e, tematicamente, as relacionadas com o Desenvolvimento Local em espaços rurais, numa perspectiva nacional e europeia. A “VIVER” tem circulação sistemática por entrega directa entre as populações da Beira Interior Sul e selectiva a nível nacional e europeu, por envio postal, sobretudo ao nível das instituições públicas regionais, centrais e europeias. A sua difusão internacional é assegurada online através dos sites da ADRACES e da rede das Universidades Rurais Europeias (APURE).

OBJECTIVOS:

De incidência principal a nível regional – local:

- divulgar e promover os concelhos de intervenção, sua identidade, história, património e cultura;
- divulgar e promover iniciativas locais e rurais de sucesso que encorajem outras iniciativas;
- destacar e divulgar vidas exemplares, terras, costumes e tradições;
- promover e divulgar as produções locais, artesanato e turismo de qualidade;
- assegurar a divulgação de entidades, colectividades e eventos regionais;

De incidência geral, nacional e internacional:

- privilegiar a discussão dos possíveis “caminhos” e estratégias que o desenvolvimento local e rural pode adoptar;
- divulgar projectos inovadores, demonstrativos e transferíveis que revelem as novas vias e possibilidades do desenvolvimento local e rural;
- divulgar e promover experiências internacionais adaptáveis às nossas realidades;
- contribuir para a divulgação de trabalhos de investigadores nacionais e internacionais na área do desenvolvimento local e rural;
- promover a reflexão especializada e alargada sobre as práticas de desenvolvimento local e rural;
- contribuir para um maior conhecimento e compreensão mútua entre as diferentes culturas rurais da EU.

ESTATUTO REDACTORIAL

Seleção de Conteúdos:

- A selecção dos temas trimestrais centrais é da exclusiva responsabilidade do Director, ouvido o Conselho Editorial
- Os conteúdos de cada número e seu alinhamento são da responsabilidade do Editor-Geral, com prévia aprovação do Conselho Editorial.

Os artigos de opinião e trabalhos assinados:

São da responsabilidade dos respectivos autores; a sua publicação apenas envolve, por parte da revista, um juízo sobre o interesse informativo dos mesmos e se estão de acordo com o objecto da revista e tema definido, não significando necessariamente concordância com as opiniões neles expostas. Os sumários, notas marginais, anotações extra-texto e artigos não assinados são da responsabilidade do Director e do Conselho Editorial.

- A reprodução total ou parcial dos originais carece de prévia autorização do Director da revista.
- A Direcção não faz comentários sobre artigos de opinião e outros trabalhos de autor.
- A revista reserva-se no direito de publicar ou não os trabalhos recebidos e de sugerir qualquer alteração que se afigure necessária, por razões de paginação. Depois de aprovados para publicação, os originais já não poderão ser substancialmente modificados. ☸



Estimados leitores:

ADRACES



Sejam exigentes, mas... como dizem os franceses, – “la première fois, c’est toujours comme ça”! Ou seja, a primeira vez causa sempre uma certa atrapalhação! Esta é uma obra apenas começada, ainda bastante desarrumada e com algumas “poeiras” por limpar, como é normal no começo das obras.

Com as vossas esperadas e bem-vindas sugestões e contribuições, melhoraremos na arrumação e na qualidade do recheio. Prometido.

Para esta vossa visita inaugural à “BIS” (“Beira Interior Sul”) através da “VIVER – Vidas e Veredas da Raia,” preparamos especialmente alguns espaços, para os quais chamamos a vossa atenção:

– dedicamos o maior de todos aos “Velhos da Raia”, realidade incontornável das nossas comunidades rurais. São várias as abordagens sobre esta questão, entre as quais as dos próprios. Mais do que afirmar conhecimentos já adquiridos, pretendeu-se que elas constituíssem a afirmação de diferentes pontos de vista, a enriquecer a uma discussão conjunta, tendo por base experiências vividas em diferentes países e regiões da Europa, num espaço propiciador da necessária reflexão para a busca de soluções inovadoras, que permitam transformar o envelhecimento das populações rurais em contributo positivo para o desenvolvimento dos seus territórios.

Pretensão ambiciosa... sem dúvida! Mas, que seria de todos nós sem esse sal da vida?

– Outra das grandes “salas” que abrimos para esta primeira edição foi a dedicada à inovação e ao pioneirismo. Esperamos que tenham a oportunidade de usufruir e be-

neficiar da energia serena que desta experiência emana.

– Em outros espaços colocamos etiquetas que serão provisórias ou não, segundo as vossas opiniões e o entendimento que venhamos a ter do seu interesse: “Tem a palavra”, “A Tribuna da Cidadania”, “Sentir a Beira”, “Dito e Escrito”, “O Grande Tema”, “Inovadores e Pioneiros”, “Mulheres da Raia”, “Nós ADRA-CES”, “Os nossos Parceiros”, “Alvorada para novos futuros”, “Atirando pedrinhas na poça”, “Quiosque da BIS”, “Contra ponto sem fronteiras – Doc. e políticas Europeias”. São as “salas e salinhas” desta ousada primeira exposição.

Caminhando e cantando a alegria deste nosso trabalho, certamente encontraremos, pelas mesmas veredas, muitas mais vidas dispostas a trilhar conjuntamente os árduos caminhos da não resignação à pretensa fatalidade do despovoamento e desertificação da Beira Interior.

Para melhor identificar o que por aqui se pode fazer, necessitamos de compreender o que, para além daqui, já se fez ou se está fazendo; por isso é que, a par do que é local, consideramos importante integrar nesta nossa obra alguns ecos de nível nacional, europeu e internacional. Também nós pensamos que, pensar global, é útil para agir localmente.

Caros leitores... como é hábito dizer-se, obrigado pela atenção e até ao próximo número do nosso VIVER, em Agosto/Setembro, se os fogos deste verão não nos consumirem a vontade e os recursos. 🌿

O Editor

FICHA TÉCNICA

Director: António Realinho **Director-Adjunto:** Teresa Magalhães **Editor-Geral:** Camilo Mortágua **Conselho Editorial:** António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Celso Lopes, Rui Miguel e Filipa Minhós **Coordenação da Redacção:** Teresa Magalhães, Filipa Minhós, Celso Lopes, Rui Miguel e Margarida Cristóvão **Director Comercial:** Luís Andrade

Design e Direcção Gráfica: Adriano Rangel **Foto da Capa:** Adriano Rangel **Paginação / Produção Gráfica:** Isto é, comunicação visual, lda · Rua Santos Pousada, 157 - 3º - Sala 15 · 4000-485 Porto

Colaboradores neste número: Aida Rechená, Ana Paula Fitas, Ana Vale (EQUAL), Bruno Janeca (cartoonista), Celso Lopes, Clarisse Santos, Cristina Mota Saraiva, Domingos Santos, Élia Afonso, Fernando Raposo, Géraldine Lechevalier, Gérard Bravais, Joaquim Antunes, Jorge Gouveia (Associação de Estudos do Alto Tejo), José Nuno Martins, Josy Richez Battesti, Juan Manuel Gutiérrez (CEDER – Serrania de Ronda), Lopes Marcelo, Lorenzo Barbera, Maria de Lurdes Quaresma, Maria Inês Rodrigues, Marie Noëlle Hessel, Marta Alves, Paula Gentil Santos (Monte ACE), Paulo Pinto, Pedro Martins (fotos do verso da contracapa), Rui Veríssimo Batista (LEADER), Sandra Vicente, Vítor Tomé, alunos das escolas do 1º ciclo da Zebreira, do Ninho do Açor, de São Vicente da Beira, da Aldeia do Bispo e Benquerença.

Depósito Legal: xxxxxxxxx **Propriedade:** ADRACES - Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul · Rua de Santana, 277 · 6030-230 Vila Velha de Ródão · Telef. +351-272540200 Fax. +351-272540209 · E-mail: viver@adraces.pt **Tiragem:** 3000 exemplares

Mais um passo...



António Realinho
Director da ADRACES

...mais um passo na consolidação de uma estratégia institucional e territorial concertada de desenvolvimento integrado, em que a Pessoa é o centro inequívoco de todas as intervenções. Estas assentam numa dialética e diálogo permanente e em discurso directo com o território, com as Nossas Gentes, as Nossas Vidas, as Nossas Veredas... demonstrando, a nós e aos outros, que somos um território Vivo, onde é aprazível VIVER, com muito para ensinar, oferecer e, também aprender.

É esta a filosofia que está subjacente à VIVER – Vidas e Veredas da Raia, é esse o nosso objectivo ao partilharmos com o território reflexões, saberes e conhecimentos de aqui e de além-fronteiras.

Tem sido para mim uma honra e um privilégio partilhar e participar neste projecto e aventura, de sonho feito realidade, pois ele é o reflexo do trabalho de quase quinze anos que esta entidade e esta equipa têm empenhadamente promovido ao serviço do desenvolvimento deste território. A ADRACES é um projecto colectivo, no entanto, quero aproveitar este momento e este novo projecto para referenciar e destacar aqui dois ícones incontornáveis associados à sua criação: o Inspector Baptista Martins, Homem de grande inteligência, personalidade, visão e dedicação que, infelizmente, já não se encontra entre nós, pelo que quero aproveitar o lançamento da VIVER para lhe prestar a homenagem pública que há muito ansiávamos fazer; e o Presidente Joaquim Morão cuja energia, inteligência e percepção dos novos tempos lhe permitiram lançar este projecto que, de forma continuada, tem vindo a contribuir para a sua consolidação.

São duas personalidades de invulgar superioridade na defesa da causa pública, em que cada um, à sua maneira, moldou em muito a face da nossa região e deste projecto que é a ADRACES. Pessoalmente, tive o privilégio de partilhar este afortunado ambiente, que em muito contribuiu para a minha formação/preparação, não só técnica, mas particularmente cívica e ética.

A VIVER surge num ambiente estrutural e conjuntural em que o espaço comunitário é cada vez mais plural, e onde os desafios para as zonas rurais são de tal exigência e complexidade que impõem, aos interventores públicos e privados, estratégias mais voluntaristas, ambiciosas, inovadoras e criativas.

Os novos tempos que se avizinham serão muito exigentes para com os cidadãos e a forma como actuam nas mais variadas

faces da vida pessoal e colectiva, por um lado e, por outro, para os territórios rurais. A visão estratégica que devemos formular para o seu desenvolvimento equilibrado, integrado e sustentável passa por uma nova abordagem do mundo rural, mais multifuncional, multisectorial e multidisciplinar, onde as preocupações económicas se inter cruzam e interpenetram nas sociais, num ambiente que se deseja de equilíbrio e partilhas mútuas.

É neste contexto e enquadramento que a ADRACES lança a revista VIVER – Vidas e Veredas da Raia. Este projecto de comunicação pretende ser um canal comunicante com a região, independente de quaisquer poderes políticos, económicos e/ou doutrinários, para poder contribuir de forma especializada e credível para a formação de uma opinião pública esclarecida e crítica em questões do desenvolvimento local e rural, condição que julgamos indispensável para se conseguir uma realidade rural social e economicamente mais justa e integrada.

O seu lançamento coincide com um momento particular da Europa, do futuro das suas regiões e dos programas que têm apoiado o seu desenvolvimento. O alargamento e as mudanças institucionais que se encontram em debate, em particular o novo regulamento que regerá o apoio ao desenvolvimento rural (FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), terão profundas implicações nas políticas estruturais. Regiões com o perfil da Beira Interior Sul não ficarão indiferentes a este quadro, nem ao processo de reestruturação económica e social que as percorrem, confrontando-se por isso, com a necessidade de promover estratégias que respondam aos desafios e problemas emergentes.

Mobilizar o território em torno do projecto VIVER é contribuir para o reforço da sua capacidade de intervenção nos âmbitos social, cultural, institucional e económico, num ambiente de resposta local face à globalização, ao novo enquadramento institucional e às necessidades de concertação vertical e horizontal exigidas pela nova realidade.

É, pois, com muito entusiasmo e num grande trabalho e espírito de equipa que lançamos a VIVER, cuja verdadeira virtualidade e força reside na defesa desta grande causa que é o desenvolvimento sustentável da nossa região. Este sim, será o verdadeiro legado para as futuras gerações. Se o conseguirmos, teremos então dado mais um passo para a promoção da verdadeira cidadania... ✿

Maria do Carmo Sequeira

Uma autarca de muitos percursos



Nasceu há 53 anos em Fratel, uma pequena localidade do concelho de Vila Velha de Ródão. Concluiu os estudos liceais em Castelo Branco e rumou a Lisboa, onde se formou no então Instituto Nacional de Educação Física, tendo começado a leccionar nos arredores da capital. Mas depressa regressou à terra-natal, primeiro como professora, depois como presidente do Executivo da escola de Ródão, lugar de onde pulou para a política, tendo sido, porventura, a primeira mulher a assumir a presidência de uma Assembleia Municipal depois do 25 de Abril. Corria o ano de 1979.

Chama-se Maria do Carmo Sequeira, foi deputada à Assembleia da República eleita pelo círculo de Castelo Branco, e está no segundo mandato como presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, função que desempenha com um à-vontade ímpar, fruto do conhecimento pessoal que tem com a maioria dos cidadãos do concelho. Mulher simples e extrovertida, garante conciliar facilmente a vida política com a profissional e a familiar, mas quando teve de optar, escolheu a família.

Nos anos 70 regressou a Ródão, onde já estava efectiva, porque o marido, agrónomo de formação, foi colocado nos serviços do Ministério da Agricultura em Castelo Branco. Em 1983, o marido conseguiu uma bolsa de estudo para fazer o curso de Economia Agrária na Universidade de Melbourne (Austrália) e Maria do Carmo Sequeira acompanhou-o.

Não sabia falar inglês, mas conseguiu emprego numa fábrica do ramo alimentar, onde desempenhou vários cargos, até chegar à gerência. A par do trabalho, foi estudar inglês à noite, fez a admissão à Universidade e entrou. Trocou então a fábrica pelas limpezas de escritórios e concluiu o curso de professora do pré-escolar. “Quando me vim embora, em 1989, estava absolutamente envolvida no sistema”, refere.

A prova é que recebeu a Medalha de Mérito da Associação Portuguesa, na Austrália. “Envolve-me nas actividades da associação, fiz um jornal com um grupo de pessoas, estive na formação de um rancho folclórico e fui professora numa escola portuguesa que ainda hoje existe. Nessas tarefas trabalhei com muitas pessoas, pois, como costume dizer, ninguém faz nada sozinho”.

Mas as saudades de Portugal falaram mais alto e, em 89, o regresso à política estava preparado, pois integrava a lista para a Câmara, ocupando o segundo lugar, atrás de Baptista Martins. “Em 1979 integrei a lista do PS devido ao meu envolvimento com a comunidade. Por isso, em 89 não foi estranho surgir na lista, uma vez que as pessoas me

conheciam. Apenas tinham passado sete anos”. A lista ganhou, mas quatro anos volvidos, o povo optou pela lista do PSD, pelo que Maria do Carmo Sequeira voltou à escola, mas em Proença.

“Quando fui para a Austrália pedi licença ilimitada, pelo que tinha lugar no quadro, mas não tinha lugar na escola. Tive por isso de concorrer novamente, com a vantagem de ficar à frente de todos os outros candidatos. Como não havia nenhuma vaga em Vila Velha de Ródão, escolhi Proença”. No ano seguinte, porém, regressou a Ródão, mas ficou apenas até às Legislativas de 1995, pois integrava a lista de deputados do PS e foi eleita para a Assembleia da República.

“O António Guterres queria que houvesse uma mulher em cada seis lugares das listas. Na altura existiam muitas mulheres para este lugar, mas o José Sócrates convidou-me a mim, usando o argumento de que eu era autarca mais antiga do Distrito”. Rumou então a São Bento, onde ficou seis anos (em 99 foi reeleita), até regressar como presidente da Câmara, em 2001, à qual se candidatou após um convite de José Sócrates, que aceitou, apesar da tarefa ser complicada, uma vez que o Governo socialista se tinha demitido.

“Na altura candidataram-se 15 deputados do PS a outras tantas câmaras do País e eu fui a única que ganhou”. Uma vitória que atribui ao trabalho que desenvolvera no concelho enquanto professora e política. “Fui eu que desenhei a primeira rede de transportes escolares do concelho. Fiz os percursos e estruturei a forma de fazer o transporte só com uma camioneta. Encontrei também uma forma de ser dado o almoço aos alunos provenientes de famílias mais necessitadas. Estive também sempre ligada às associações, pois estive na formação do Rancho de Ródão, do Rancho do Fratel...”, afirma.

O futuro, esse, a Deus pertence, mas uma certeza tem: “Sou daquelas pessoas que nunca se sentem satisfeitas com o que têm. Saio ao meu pai. Tenho que estar sempre a lutar. Não concebo estar mais de 10 anos no mesmo lugar, pois isso significa estagnar”. Apesar disso, não deverá abandonar a política, pois essa é uma ligação natural: “Nunca fiz nada para aparecer na política. Para mim, a política é uma extensão daquilo que é a minha vida”.

Maria do Carmo Sequeira considera, por isso, que a política não é um mundo de homens, como por vezes se faz querer: “Nunca me senti uma mulher num mundo masculino. Quando entrei na Assembleia Municipal era de facto a única mulher, mas tinha 29 anos e os meus companheiros eram quase todos da idade do meu pai, pelo que

Maria do Carmo Sequeira, antiga deputada à Assembleia da República eleita pelo Círculo de Castelo Branco, exerce o seu segundo mandato como presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão

“Durante a primeira campanha, apenas um homem me disse que neste lugar deveria estar um homem e não uma mulher. As outras pessoas acharam natural”.



Não sabia falar inglês, mas conseguiu emprego numa fábrica do ramo alimentar, onde desempenhou vários cargos, até chegar à gerência. A par do trabalho, foi estudar inglês à noite, fez a admissão à Universidade e entrou.

O futuro, esse, a Deus pertence, mas uma certeza tem: “Sou daquelas pessoas que nunca se sentem satisfeitas com o que têm. Saio ao meu pai. Tenho que estar sempre a lutar.”

fui sempre tratada com muito carinho. Depois, na Austrália, também já não havia a diferença entre homens e mulheres. Quando regresssei, as pessoas já estavam habituadas a ver-me em diversas actividades e não estranhavam”.

A candidatura à Câmara surgiu, por isso, com naturalidade: “Durante a primeira campanha, apenas um homem me disse que neste lugar deveria estar um homem e não uma mulher. As outras pessoas acharam natural”. Concorde com a vontade actual do PS em trazer mais mulheres para a política: “É difícil chamar as mulheres a participar, não por causa das mesmas, mas porque muitos dos maridos ainda não estão sensibilizados para isso. Não acho mal que exista uma

quota, pois os sexos têm de estar representados em termos paritários. Sendo obrigatório cumprir a quota, tal implica que se procurem mulheres para os lugares, trazendo-as a participar”.

No seu caso concreto, explica que “se não houvesse a quota estabelecida pelo António Guterres, talvez nunca tivesse sido deputada”. Por outro lado, teve a sorte da família estar sensibilizada: “O meu filho mais novo tinha 11 anos e ficou com o pai. Uma pessoa, para ocupar um cargo político, deve ter a concordância da família, porque esse trabalho exige muito da família. Eu tive essa concordância e penso que saímos a ganhar. O meu filho e o meu marido dividiram as tarefas domésticas. Hoje, o meu fi-

lho vive sozinho em Coimbra e prepara as suas refeições”.

O marido também não perdeu o hábito: “Na nossa casa, quem chega primeiro começa a trabalhar no jantar. Ora, como eu sou quase sempre a última a chegar, tenho quase sempre o jantar pronto”, ironiza, enquanto, já a sério, destaca a importância de trabalhar em equipa e de dividir as tarefas, um princípio que aplica na Câmara: “Enquanto presidente da Câmara delego muitas competências. Tenho quase metade das competências delegadas, sendo que cada pessoa trabalha naquilo para o que tem mais sensibilidade”. No seu caso, além de presidente, assume o pelouro do Desporto. “Se eu gosto, por que razão não o posso assumir?”, conclui. ✿

Homenagem a um cidadão exemplar



UM HOMEM FORA DO COMUM...

O meu saudoso Pai tinha uma personalidade muito forte. E creio bem que, ao longo da vida, essa sua personalidade, como o seu carácter, a sua nobre honradez, a sua energia e a sua cultura, terão marcado indelevelmente muitos daqueles que puderam partilhar do seu convívio. O meu Pai era, de facto, um homem bom, sensível e generoso.

Homem bom porque, apesar das suas fortes convicções, sempre gostava de compreender os outros; sensível, porque sendo muito inteligente, não raramente deixava falar o seu coração de ouro, mais do que a sua mente inquieta; e generoso, porque sempre abdicou dos seus interesses próprios para cuidar da Causa Pública, assim como para se preocupar com aqueles que menos tinham.

Plural nas suas escolhas, era também dele uma raríssima capacidade de acção que lhe permitia dividir-se entre mil projectos e tarefas, as quais traçava e acompanhava até à conclusão, sempre com inesgotável empenho e energia.

Mas, por outro lado, a vasta e admirável cultura de que dispunha sem qualquer alarde, abrangendo múltiplos e diversificados centros de interesse e de erudição, conferia ao meu Pai o perfil de um verdadeiro humanista. Essa sua cultura, somada numa persistente atitude de curiosidade intelectual que sempre o iluminou, constituía talvez, com a impressionante e inesgotável energia, o fundamento mais profundo da sua personalidade solar.

Por isso ele foi sempre tão agregador de novos entusiasmos e novas colaborações em todos os dispersos campos de actividade em que exerceu funções de toda a natureza e destino.

Na Golegã, no começo dos anos quarenta, como jovem professor do Ensino Primário e como fundador da Associação dos Bombeiros Voluntários.

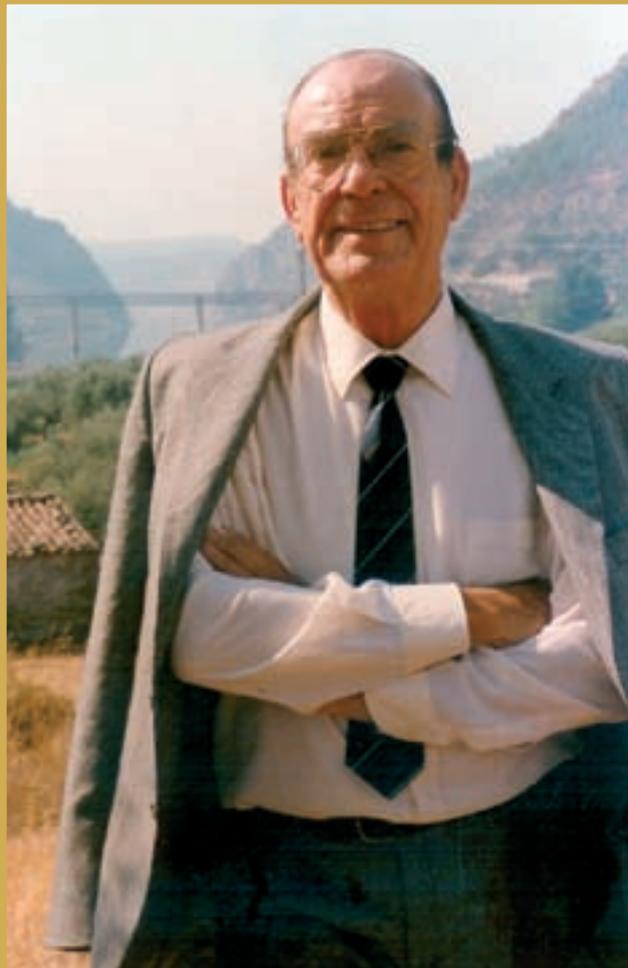
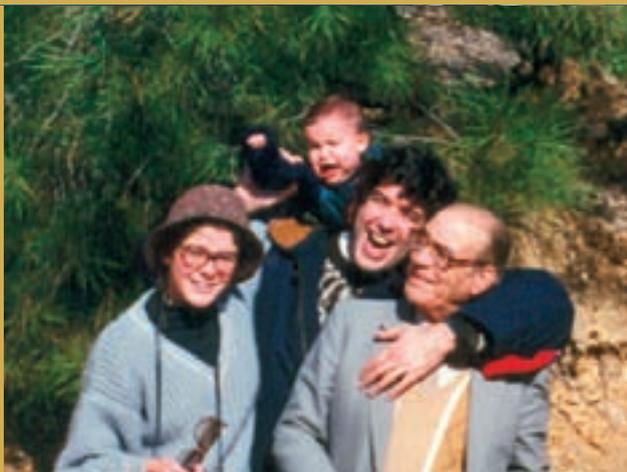
Logo depois, em Fratel, também como professor e dinamizador da SFUBF – a Banda de Fratel, hoje centenária, que viera reencontrar pouco menos do que inerte, antes de lhe inspirar um imparável sopro de nova vida. Como mais tarde, viria ele a ser também, o impulsionador e o construtor da Cooperativa de Agricultores de Fratel.

A seguir, em Évora, nos anos cinquenta, na Direcção Escolar da *Cidade Branca*, onde os seus conceitos pedagógicos começaram a atingir notoriedade.

E, finalmente, em Lisboa, ao longo das três décadas seguintes, em que a sua acção persistente e diferenciada o levaria aos mais altos patamares do sistema de Ensino português.

Primeiro como inspeção escolar e como pedagogo, que não prescindia de publicar os seus conceitos inovadores. E já nos caminhos do futuro, percorrendo todos os passos que o sedimentariam como personagem verdadeiramente primordial na institucionalização do Ensino a distância em Portugal.

Pertenceram-lhe as *teimosias* e o talento programáticos que viriam a dar forma à Rádio Escolar, depois à TV Educativa e, finalmente, à Telescola, cujo êxito pedagógico progressivamente sustentado junto de



camadas de população cada vez mais vastas, ainda hoje se recorda no nosso País.

Por fim, após uma acção continuada nas mais elevadas posições do Ministério da Educação, o meu querido Pai ainda encontraria uma impressionante reserva de ânimo para dedicar o seu ímpar talento de gestor sócio-cultural ao desenvolvimento da sua Região de origem, a Beira Baixa, e, em particular, ao Município dos nossos corações, Vila Velha de Ródão.

Apesar da completa dedicação à Pedagogia, creio que, porventura, este terá sido para ele o período mais exaltante da sua vida cheia, já que, na alvorada de cada novo dia na Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e em todas as actividades em favor da Região, magicamente parecia revigorar-se de todos os cansaços da véspera.

E a verdade é que a sua vida social, com mais de 55 anos de trabalho continuado, constitui um poderoso exemplo, um impressionante modelo de

permanente dedicação à Causa Pública.

O meu Pai era fantástico! Ensinou-me a ler e a escrever. Treinava-me (e como isso foi decisivo para a minha vida...) a saber ler em voz alta.

Mas também aprendi com ele a montar a cavalo. E a tocar a guitarra de Fado, a guiar um automóvel, a desmanchar um porco ou a nadar no Tejo... O meu Pai explicava-me astrofísica. Falava-me de política. Ensinou-me a desenhar à vista. Cantou-me, até, modinhas brasileiras. Descodificava a matemática. Decifrava os filósofos. Entendia as árvores e as nuvens. Desenhava casas. Discutia química, sabia de anatomia. E de tortulhos. Ensinou-me a ver corridas de touros. Desvendava-nos o céu de Agosto e contava-nos as óperas. Recitava Os *Lusíadas* de cor...

Sabia tudo, de tudo, este meu Pai.

Espantava-me, por exemplo, mais ainda do que o gosto pela terra em que nasceu e que, na-

turalmente, todos partilhamos, o seu conhecimento dedicado e específico, mas vastíssimo, sobre os assuntos da agricultura. Da preparação dos solos, ao plantio, às colheitas, ao tratamento dos produtos. Do azeite à cortiça; do milho, ao linho. Nas hortas, nos pomares ou nos jardins. Na silvicultura, como na agro-pecuária. Com os animais de trabalho, com as abelhas, com a caça ou com os peixes do Tejo.

Estudava, apreendia e reelaborava. Sabia organizar e motivar.

Mais do que simplesmente a nós, sempre incentivou muita gente a estudar e muito ajudou a progredir a quem considerava disponível para o progresso pessoal. Mas até a outros, também...

Transmitia-nos o exemplo da perseverança, da dedicação e da honra no trabalho: trabalhava constantemente, o meu Pai. Eu não me lembro, senão muito remotamente, de o ver gozar férias connosco...

Os netos (mais ainda, aliás, do que a minha Mãe ou nós, os filhos) quando as forças já não eram as mesmas de antes, para continuar a desenvolver tantos planos e desígnios, fizeram-no enfim, parar por pouco tempo...

A doença final fragilizou-o, lentamente, até uma morte serena, em paz interior consigo mesmo e com todos os que, ternamente, o rodeavam.

Mas a prova mais viva de que, realmente, passou por nós (e ainda vive...) um Homem admirável, é que, no dia-a-dia agitado que levamos longe daqui, na cidade grande, oito anos depois do seu triste desaparecimento, ainda agora não se passa um mês (ou às vezes, nem uma semana), em que não encontremos mais alguém desconhecido, que se nos dirija pela primeira vez e não nos diga: “- Sabe, eu conheci o seu Pai... Devo-lhe muito... Ele era um homem fora do comum...” ❀

Fratel, Abril de 2006

Senhor Inspector Baptista Martins – o fundador da ADRACES

Não chegámos aqui por acaso....

ADRACES



Em 1991, a Comissão das Comunidades criou, no âmbito dos Fundos Estruturais, uma iniciativa que servisse de modelo de desenvolvimento para as zonas rurais, denominada LEADER – Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural. Para o cumprimento dos objectivos desta iniciativa revelou-se fundamental a constituição de entidades territoriais alargadas e verdadeiramente representativas dos interesses das áreas candidatas, com capacidade para implementar medidas diversificadas e inovadoras nos territórios rurais.

O senhor inspetor Baptista Martins, à data Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, homem atento, de grande visão tácita e sempre muito despojado para tudo o que pudesse contribuir para esbater a sua preocupação de construção de uma sociedade de valores e de valorização da cultura e do Homem Rural, desde logo acreditou que, aliando à sua as vontades dos territórios vizinhos, as possibilidades de constituir uma entidade alargada que gerisse o LEADER iria trazer um forte contributo para a diversificação das actividades no nosso território.

Exemplar na conjugação de vontades, ideias e ideais, e na negociação firme de interesses em benefício do bem comum, juntaram-se-lhe os autarcas de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor. Desta forte determinação nasceu a ADRACES e foi este empenho conjunto que trouxe o LEADER para a nossa região.

Baptista Martins, enquanto presidente da instituição, cedeu instalações no seu concelho e rodeou-se, numa atitude corajosa e espírito inovador que o caracterizavam, de uma muito jovem equipa que liderou com rigor sensato, privilegiando a capacidade e a competência, a autonomia e a responsabilização, a criatividade de cada elemento, criando assim um ambiente e condições de trabalho que levaram a um bom desempenho técnico e permanente aperfeiçoamento profissional. Homem da cultura e pedagogo exímio, tinha sempre uma palavra de encorajamento e ensinamento, transmitida a olhar-nos nos olhos e através da sua voz profunda e um pouco rouca. Do alto da sua estatura e forte personalidade, emanava uma força e energia que gerava cumplicidades e tranquilizava os espíritos mais inquietos. Estes foram os seus grandes legados à equipa técnica, os quais estamos sempre a renovar com afínco e paixão.

Homem cheio, humilde como os grandes, pleno de força e determinação na luta pelo desenvolvimento das suas gentes, acreditava e, fez-nos acreditar, que as zonas rurais são um tesouro de cultura e valores, a partir dos quais o desenvolvimento é possível. Foi o pioneiro e forte impulsionador das relações transfronteiriças, tendo lançado a ADRACES na senda das relações europeias e comunitárias, conferindo-lhe maior abertura, mobilidade e competências.

Hoje, ao lançarmos este novo projecto, temos muito presente a sua memória, o seu testemunho, o seu exemplo, o seu equilíbrio e a sua amizade, a sua ânsia por tudo o que transmitia conhecimento e cultura, a sua coerência, tenacidade e integridade e, esperança sempre renovada na dignificação e valorização das nossas populações. Tentar imitá-lo foi a melhor forma que encontrámos de o homenagear diariamente, assumida hoje, publicamente, através do projecto VIVER, do qual ele haveria de se orgulhar. Para nós foi uma honra e um privilégio sem igual ter privado com tão alta personalidade e ter “bebido” da sua cultura e conhecimento. Tudo fazemos para estar à altura do seu legado. ☘

A emoção em palavras justas

ADRACES



1. A emoção. Na origem do gesto, na base da atitude e da acção, é a emoção que nos interpela e move! É no germinar da emoção que se organizam as ideias, que se traduzem em palavras para definir os objectivos e os desafios. O objectivo de participação nesta plataforma de reflexão e informação que a ADRA-CES, em boa hora, decidiu promover e organizar é estimulante. O desafio consiste em deixar vibrar a pauta do sentir da nossa terra beirã, na entusiástica partilha dos valores que, convictamente, perfilhamos! As nossas terras, as nossas comunidades de origem são as nossas pequenas pátrias e a elas estamos ligados por sentimentos quase indizíveis, por laços e afectos indeléveis que dificilmente se descrevem. E quem não sente o perfume, o apelo e saudável nostalgia em visitar e dar a conhecer os lugares relacionados com as recordações da infância?

2. O testemunho. O que se pode esperar da minha participação é o testemunho de alguém que se sente interpelado, quer em função das raízes, quer pela experiência de vida. Não se tratará de uma opinião e atitude crítica sobre uma realidade que me seja exterior mas, antes, a empenhada reflexão visando contribuir para a tomada de consciência com o objectivo de que se reforce uma opinião pública esclarecida e

actuante. **Só nestas condições a intervenção cívica será profícua como expressão de efectiva cidadania de proximidade que afirme os valores da nossa terra e as suas gentes e valorize as potencialidades do desenvolvimento local.**

3. As Identidades locais. Vivemos num tempo em que se valoriza o que é efémero, decorrente de um paradigma individualista de consumismo, numa certa voragem do presente, vazio de uma afectuosa aliança entre o passado e o presente, entre tradição e modernidade. Verifica-se uma certa rasoira das intelectualidades locais, face à massificação cultural e à globalização produtiva e consumista. Contudo, só na aliança fecunda entre o passado e o presente se pode construir um futuro com alma, no respeito e vibração da Identidade cultural e no solidário sentimento de pertença a uma comunidade.

A *Identidade cultural* está intimamente ligada à noção de património, entendido como memória colectiva, fruto de tradições que sedimentaram o percurso criativo e o viver entrelaçado de sucessivas gerações. O homem, cada pessoa, sentir-se-á mais filho da sua terra, na medida em que conheça, revise e partilhe cada vez mais a magia e a sabedoria dos rituais, das



tradições e valores históricos, através dos quais a sua identidade é transmitida de geração em geração. É o conhecimento aprofundado e descomplexado do passado comum, que nos pode mais irmanar no presente e assegurar que o sentimento de pertença continue solidariamente vivo em nós e se transmita às novas gerações. Embora por vezes difusa, a noção de comunidade tem força agregadora, qual pauta em que vibra o sentimento de terna afiliação e solidária participação num destino comum. *Comunidade* pressupõe um grupo integrado de pessoas agrupadas em famílias que compartilham um território, assumem e desenvolvem laços de parentesco e de convívio, repartem tarefas produtivas e funções sociais e culturais, visando satisfazer interesses comuns e defender valores colectivos. Assim, as pessoas, unidas por laços de intimidade e convívio, partilham uma herança cultural comum (aliança do passado com o presente), assumem o sentimento de pertença e continuam a gerar um fluir solidário em que se projectam objectivos e sonhos, ou seja o futuro.

4. Do despovoamento à desertificação. É bem conhecido o já longo processo de perda de população na nossa Beira, com maior relevo para toda a zona raiana. Procurando quantificar, depois de várias décadas a perder população, nos anos oitenta a variação percentual da população residente na Beira Baixa ainda diminuiu em 13%. Na década de noventa continuou a diminuir, enquanto a média no País já registava um leve crescimento.

O fenómeno migratório que marcou o interior na segunda metade do século passado, primeiro para o litoral (êxodo rural) e a seguir a emigração para a Europa, começou por atingir os indivíduos dos 15 aos 49 anos e alargou-se depois aos agregados familiares. Resultou, assim, uma forte redução nos escalões etários da população em idade fértil e profissionalmente activa, configurando um *multiplicador demográfico* negativo, que ainda se fará sentir no decréscimo da população nas próximas décadas, acentuando o envelhecimento e a diminuição da proporção de população jovem.

Da acção conjugada da elevada taxa de mortalidade e da baixa taxa de natalidade tem resultado um saldo fisiológico negativo. Contudo, nem a pouca população que nasce na região cá se tem fixado, tendo-se acumulado um processo de repulsão líquida por um conjunto de causas estruturais que têm tornado a Beira Baixa, e, sobretudo a faixa raiana, num território de baixa densidade e de economia social cada vez mais dependente.

Em termos relativos, vale a pena atender ao muito baixo índice de dependência dos jovens que é expresso na relação entre a população jovem dos 0-14 anos e a população activa (dos 15 aos 64 anos), que se situa na ordem dos 20%. Por outro lado, é muito elevado (cerca de 50%) o índice de dependência dos idosos, que expressa a relação entre a população com mais de 65 anos e a população em

idade activa. A conjugação convergente dos referidos índices expressa uma *dependência total* que se situa na ordem dos 70%. Ou seja, menos de um terço da população em idade activa suporta em termos produtivos o resto da sociedade, o que implicaria um nível de vida muito baixo. Contudo, a maior parte do rendimento disponível pelos residentes na nossa raia não corresponde à riqueza aqui produzida, devido às remessas dos emigrantes, aos subsídios agrícolas e às comparticipações da Segurança Social. As pessoas têm dinheiro para gastar, mas o tecido produtivo gerador de riqueza vai ficando comprometido. A nível do tecido produtivo, e relativamente à população de muitas das nossas aldeias, começa a desenhar-se uma situação de não retorno em que, pela ausência de população jovem, tais comunidades estão condenadas a morrer numa lenta asfixia económica e social.

A evolução negativa em termos demográficos é também real nos fenómenos naturais da evolução dos ecossistemas, cujo arco temporal é de maior amplitude e, assim, é menos visível e de difícil quantificação. Trata-se do *processo de desertificação* que, a médio prazo, representa a irreversível delapidação de recursos renováveis como o solo, a água e a floresta, empobrecendo o património natural a legar às gerações vindouras. Neste processo de ciclo longo de empobrecimento, o despovoamento dos campos e das nossas aldeias é simultaneamente efeito e causa, numa interacção dinâmica e acumulativa que faz sentir a sua acção desgastante e destruidora de forma permanente e surda, porque quase invisível. Contudo, tal evolução negativa deslizante, em plano inclinado, constitui um alerta e um desafio que nos interpela e põe em causa a nossa consciência e capacidade de reacção. A desertificação, qual *“mancha de óleo”*, não se neutraliza por si só. É indispensável uma postura voluntarista apoiada numa visão estratégica de médio e longo prazo que enquadre prioridades e políticas de intervenção.

No processo agrário, a par das características do solo, o elemento essencial é a água, pelo que é elemento da sabedoria popular a protecção dos recursos hídricos: fontes, ribeiros, ribeiras e rios. Tal preservação exige que seja assegurada a protecção das espécies ripícolas (árvores próprias das margens dos cursos de água), a limpeza dos leitos e uma floresta equilibrada, devidamente ordenada e compatível com a agricultura nos melhores solos. Em função da disponibilidade de água, da riqueza do solo e da tecnologia utilizada no modo de produção – o agricultor organiza o território de forma a que o coberto vegetal abranja culturas herbáceas, arbustivas e arbóreas, integrando várias espécies de animais. Quando, pela escassez de água, pela falta de mobilização do solo ou pelo esgotamento do seu fundo de fertilidade, as culturas herbáceas deixam de ser realizadas e não se renova a fertilidade dos solos, então, os arbustos de forma espontânea propagam-se até infestarem os terrenos (as estevas, as gieštas, a torga, a carqueja e os “rosmanos”).

De sta infestação resulta progressivamente o empobrecimento do solo, que fica como que “vidrado” e impenetrável à água, a excessiva concorrência dos arbustos origina o definhamento e a morte das árvores (oliveiras, sobreiros, azinheiras). Assim, nos terrenos abandonados desenvolve-se um processo de regressão florística que também contribui para a redução de animais e a expulsão das pessoas do campo, destruindo os equilíbrios naturais e acelerando o *processo de desertificação*.

Associada à regressão florística, surge a perturbação que pode ir até à *inversão da pirâmide animal*, originando o aumento descontrolado da proporção de animais de grande porte. Como se sabe, estes grandes predadores (lobos, javalis, raposas), alimentam-se de animais de pequeno porte (coelhos e perdizes, por exemplo) ou de culturas herbáceas. Ora, com os campos abandonados, não dispo-

missão, que é em si mesmo uma grande armadilha, pois acentua a dependência e corrói a auto-estima.

Não se trata de sermos os “coitadinhos” do interior e da raia. Importa, antes, assumir a interioridade sem complexos e rasgá-la, quebrar a periferia e a marginalidade produtiva de territórios e populações que detêm saberes e tecnologias humanizados. É necessário olhar para o território e entender a sua lógica, para os recursos, as capacidades e iniciativas de modo a valorizar-se o que é nosso, o que nos diferencia e afirma pela positiva. É indispensável e urgente identificar factores de coesão e praticar políticas solidárias. Que equipamentos, que infraestruturas, que marketing territorial? Que políticas e projectos poderão servir de âncora à actividade produtiva, à criação de emprego no mundo rural em articulação e complementaridade com os núcleos urbanos?

ADRACES



do de alimento, os animais de pequeno porte têm cada vez mais necessidade de procurar alimento fora do seu “habitat” natural. Os javalis, os lobos e as raposas começam a invadir as áreas populacionais das nossas aldeias, vilas e até cidades. Há que reconhecer que aumentar o número de batidas é apenas um paliativo. O importante é gerir cuidadosamente os recursos cinegéticos, quer dentro das reservas de caça, quer através da gestão do ordenamento da floresta e da actividade agro-pecuária.

O processo de asfixia da base produtiva do mundo rural inerente ao despovoamento e ao fenómeno da desertificação está aí cada vez mais evidente. É necessário e urgente lançar-se um grito de alma, sensibilizar e mobilizar as consciências, responsabilizar os decisores políticos e económicos, já que está em causa o equilíbrio de toda a sociedade, em que as comunidades urbanas e rurais podem complementar-se e interagir. É necessário mobilizar os meios e os instrumentos adequados enquanto existe população com saberes essenciais. Só assim será possível um progresso com identidade num território equilibrado, qual casa comum em que seja dado relevo à efectiva e solidária partilha de valores, saberes, sabores e afectos.

5. A crise. Em face do quadro de dificuldades estruturais, perante os efeitos do multiplicador demográfico negativo, da repulsão líquida de quem nasce na região, da regressão florística e inversão da pirâmide animal – corre-se o risco de se instalar o discurso fatalista e pessimista sobre a crise do mundo rural.

Que é inevitável dirão uns, que não há nada a fazer dirão outros, que face à falta de oportunidades não restará aos mais jovens outro caminho que não seja o de continuarem a reagir com os pés, deslocando-se para outras regiões, já que quem tem o poder económico e político não tem sabido nem querido reagir com a cabeça! Por mim, não concordo nem alimento tal discurso pessimista, de de-

6. Valorizar o mundo rural. Admirável mundo rural, em que as fontes da memória resistem, aparentemente adormecidas, mas disponíveis a jorrar saber sempre que acontece a revisitação emocionada.

A par do avanço científico e do progresso tecnológico, tantas vezes frio e desumano, transitório e individualista, desagregador e consumista nas grandes cidades, é da maior importância redescobrir e valorizar o mundo rural. Mundo das tradições, das tecnologias humanizadas, do equilíbrio na diversidade biológica e paisagística; mundo nosso, de todos, mesmo de quem habita o espaço urbano concentrado, já que é na *matriz rural* que mergulham e se podem renovar as raízes culturais do nosso tempo. O espaço e o tempo rurais identificam-se com a fertilidade e a criatividade, permitindo às pessoas usufruírem de liberdade fecunda e realizarem-se de forma integral. É a sabedoria popular que exprime a partilha e a comunhão com a natureza, numa relação interdependente e equilibrada entre o mundo animal e o mundo vegetal, onde o homem deve ser parceiro, humanizando as paisagens e não agente dominador e predador.

O suporte do mundo rural na preservação da diversidade biológica, no equilíbrio da ocupação do território e na humanização da paisagem é *actividade agrícola, pecuária e florestal*, que na Beira Baixa representa mais de noventa por cento do território útil.

O desafio de se preservarem os valores da ruralidade, ameaçados pelos processos de despovoamento e de desertificação, assume uma importância verdadeiramente estratégica. A revitalização do tecido social e produtivo implica que o urbano e o rural deixem de ser considerados como opostos e concorrentes, mas complementares. É nesta interacção e rede de cumplicidades, que se poderá fomentar uma ruralidade moderna em que o progresso e o bem-estar não representem o seu fim, nem se comprometam pela morte dos valores, características e potencialidades em que a cultura rural é fecunda e promissora. ☼

Lopes Marcelo

Três produtos com futuro na região

1. O AÇÚCAR

Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) apresenta primeiras conclusões sobre potencial energético da produção de cana do açúcar, sorgo doce e tupinambo na Campina de Idanha-a-Nova

Os terrenos agrícolas da Campina de Idanha-a-Nova, onde agora predomina a cultura do tabaco, podem vir a receber culturas bio-energéticas, como o tupinambo, sorgo doce e a cana do açúcar, a partir das quais é possível produzir bioetanol (produto que se adiciona ao combustível, sendo menos poluente e mais barato).

A hipótese, levantada por diversas associações de agricultores no passado recente, é agora sublinhada nos resultados preliminares de um projecto-piloto em curso no regadio de Idanha-a-Nova, em que participam a Associação Portuguesa de Tabaco (APT), Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI) e Caima Energia, empresa do grupo Cofina que financia o projecto.

O objectivo do projecto iniciado há cerca de um ano é “fazer uma avaliação preliminar da produtividade das três culturas, em regime de regadio, e da sua adequação para a produção de bioetanol”, explica Fernanda Rosa. A directora da Unidade de Biomassa do INETI falava ontem, em Castelo Branco, no Seminário “Novas Energias”, promovido pela Associação de Produtores Florestais da Beira Interior (Aflobei).

A maior surpresa dos resultados preliminares do projecto tem a ver com o potencial energético da cana do açúcar. Segundo Fernanda Rosa, “apesar das condições atmosféricas da região, mostrou-se bastante resistente e com boa concentração de açúcar”. Por cada quilograma de cana limpa foi possível obter 500 gramas de sumo, um valor considerado satisfatório.

As conclusões preliminares apresentam “bons indicadores”, contudo “ainda não é possível fazer uma extrapolação para o futuro, por se tratar do primeiro ano da cultura”, refere a especialista.

*Excerto retirado do Diário XXI,
4 de Abril de 2006*

2. O AZEITE

O cozinheiro Michel, que apresenta um programa de culinária num canal de televisão, vai usar azeite da Cooperativa Rodoliv nos seus programas. A cooperativa juntou-se a Fundão, Malpica do Tejo e Envelhos, com vista a vender uma garrafa de azeite DOP de cada uma das cooperativas numa embalagem única.

Uma ideia sugerida pela Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior. A empresa, com o apoio da Associação para o Desenvolvimento da Beira Interior-Sul (ADRACES), adquiriu recentemente uma máquina para colocar rótulos e cápsulas, o que no entender do representante da direcção, José Henriques, veio reduzir a mão-de-obra. Estas embalagens serão vendidas em diversos locais, tais como restaurantes e superfícies comerciais. A ideia é divulgar os quatro azeites em conjunto, os únicos certificados de toda a Beira Interior.

*Excertos retirados de:
Jornal do Fundão de 26 de Janeiro de 2006
Povo da Beira de 3 de Janeiro de 2006*

3. O QUEIJO

Valorizar e tornar ainda mais conhecido o queijo certificado da Beira Baixa é a missão a que se propôs a Câmara de Castelo Branco ao promover a primeira feira dedicada ao queijo de ovelha e que decorreu na freguesia de Alcains, de 7 a 9 de Abril. Mais de 20 produtores de queijo da região, afectos à Cooperativa de Queijos (Cooproque) ou individuais, participaram na mostra de produtos tradicionais, na qual também estiveram presentes produtores artesanais de mel, vinho, pão e azeite. Com um investimento estimado em 30 mil euros, pretende-se que a feira se venha a realizar todos os anos nesta freguesia.

*Excerto retirado do Jornal
do Fundão de 30 de Março de 2006*



os velhos da raia

ADRIANO RANGEL

GRANDE TEMA



“Velhos” – Das representações às funções sociais dos idosos

Um olhar sobre desertificação

As sociedades tradicionais estruturaram-se em organizações de gestão política dirigidas por anciãos... Em praticamente todas as culturas conhecidas, o soberano era conhecido ou escolhido desde criança e para tal educado até à maioridade... Aliás, esta concepção de preparação dos indivíduos para o desempenho dos mais elevados cargos políticos dominou as formas de gestão e transmissão do poder até ao aparecimento dos regimes republicanos que alteraram este método de selecção das elites dirigentes, consagrado (ou não, como era o caso do Tibete) pela hereditariedade. Entre a generalidade dos povos do mundo, o estatuto etário correspondeu ao reconhecimento de um processo de aquisição de competências progressivamente construído, cujo clímax se situava no que hoje designamos por *velhice* ou *terceira idade* e que, em épocas remotas (ou nas actuais sociedades ditas tribais), significava *anciãos* ou *gerontes*.

Aos mais velhos cabia, na estrutura etária de cada sociedade, o conselho de administração económico-social e política da comunidade e, regra geral, era efectivamente o conjunto dos seus anciãos (por exemplo, entre as comunidades dos continentes americano e africano) quem decidia o que, de relevante, surgia como problemático para a continuidade, sobrevivência ou desenvolvimento dos respectivos povos... Inscrita na dinâmica social das respectivas comunidades, esta lógica organizacional procedia à progressiva integração de membros mais novos que, no contexto da reflexão dos anciãos, aprendiam a desenvolver formas estratégicas de relacionamento, de ponderação e de exercício da autoridade que garantiam a pretendida coesão social dos seus povos...

Contudo, o desenvolvimento tecnológico das civilizações ocidentais alterou profundamente as formas de organização social das sociedades tradicionais e o progressivo domínio da mecanização dos meios de produção conduziu a alterações qualitativas as formas e relações de produção e gestão provocando, conseqüente e recorrentemente, modificações estruturais ao nível das funções e desempenhos dos recursos humanos...

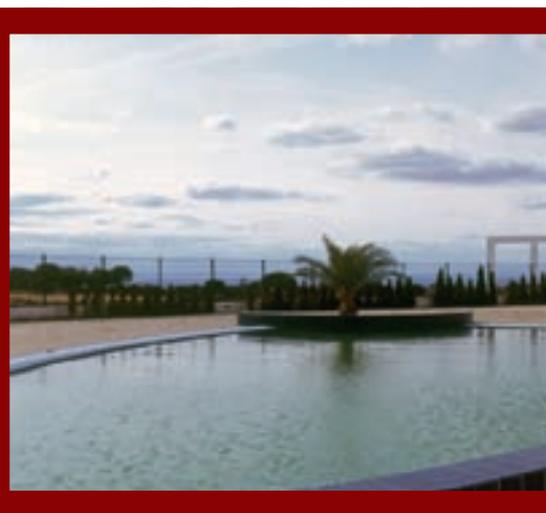
Por um lado, a quantidade de indivíduos requeridos para a obtenção de iguais ou maiores índices de produção decres-

ceu drasticamente, tornando desnecessário o elevado número de trabalhadores que a manutenção social requeria ao ponto de a sociedade ter começado a desenvolver taxas assustadoras de desemprego. O facto, acrescido da subida da esperança média de vida (que supõe a valorização da vida humana e a possibilidade do aperfeiçoamento das condições do seu exercício para além da durabilidade biológica inata em condições

a sociedade mediatizada dos nossos dias insiste em transmitir-nos, insensível à necessidade de crescimento e maturidade dos cidadãos já que, ao fim e ao cabo, será indispensável à ponderação do sentido do progresso humano. De certo modo, vítima de si própria e das suas próprias criações, a sociedade contemporânea infantiliza a condição humana ao enfatizar as ilusórias padronizações da eterna juventude e da



Ana Paula Fitas



de sobrevivência adversas), aumentou substancialmente o número de pessoas dispensáveis aos ciclos de produção económica e criou duas realidades com as quais a sociedade contemporânea não sabe ou, melhor dizendo, ainda não encontrou, as melhores formas de se relacionar: desempregados e idosos! Por outro lado, a actualização de conhecimentos necessária à utilização das novas tecnologias permanentemente renovadas e cada vez mais diversificadas implicou, no mundo do trabalho, a opção por mão-de-obra cada vez mais jovem, mais especializada e mais flexível em termos de aprendizagem e polivalência, agravando assim a falta de investimento nos sectores etários mais altos da sociedade.

O problema adquiriu contornos assustadores quando, finalmente, nos deparamos com uma sociedade que vive da promoção da imagem sublimada dos seres humanos a estereótipos ilusórios que as técnicas de vendas persistem em fazer-nos crer como realidades indefectíveis apesar de não passarem de velhos mitos da humanidade que a sabedoria há muito ultrapassou mas, que

cosmética como forma de estar no mundo, alheada da ponderação e do bom-senso que a maturidade e o sentido de responsabilidade arrastam.

É, sem dúvida, um problema demográfico o do envelhecimento populacional. Mas é também, um problema ideológico... e os problemas ideológicos assentam sempre em formas e modelos de organização e gestão económica e, no caso, financeira.

Na realidade, o problema que a realidade sociológica das *sociedades envelhecidas* traz à luz do dia é o da incapacidade social de rentabilizar de forma útil a existência humana dos que são económica e socialmente inactivos...

Das tradicionais sociedades rurais passámos a sociedades industriais e terciarizadas cujos modelos organizativos desenvolveram realidades como a autonomia económica do género feminino, a escolarização, a criação de creches, jardins de infância e de locais públicos e institucionais de lazer que dispensam o factor humano de carácter tutelar (é o caso das formas de entretenimento: cinema, teatro, concertos, etc., etc. etc.),

e desenvolvimento

dispensando, nessa medida, o papel e a função social que os idosos vinham a desempenhar de forma indispensável em termos de entajuda familiar e de vizinhança...

Do exercício do poder político aos desempenhos quotidianos, os idosos foram, progressivamente, adquirindo uma representação social que os aproximou, a um ritmo vertiginoso, de um estatuto que se não reduz apenas ao de *inativos* mas também ao de

cada um dos seres humanos que habita o planeta e, tal como numa construção, cada tijolo é único e insubstituível... A transmissão da experiência de vida, do saber-fazer e dos saberes é indispensável ao crescimento equilibrado das crianças e dos jovens e à própria manutenção dos índices de sensibilidade e solidariedade dos adultos...

Nesse sentido, os idosos são elementos fundamentais da estrutura social que se re-

transmissão digna e útil desse saber nomeadamente às gerações mais novas que correm o risco de serem desenraizadas especialmente para, a longo prazo, engrossarem os lotes de pobreza das grandes metrópoles, é um crime que o futuro evidenciará e perante o qual nos veremos a braços, confrontados que seremos com o juízo da História. A desertificação do Interior português, grande parte dela partilhada pela raia com

ADRIANO RANGEL



inúteis e, de certo modo, ao de *indesejáveis*... Neste sentido, podemos dizer que, o que está em causa quando pensamos o problema dos *ossos velhos*, é um problema de opção por modelos de desenvolvimento e por um determinado tipo de sociedade... Podemos optar por uma sociedade que hipoteca o passado e as pessoas, institucionalizando-as e eliminando-as dos espaços públicos, na ânsia de um ilusório progresso tecnológico típico de uma visão infantilóide do mundo ou, pelo contrário, exigimos uma sociedade inclusiva onde o valor da vida humana se sobreponha efectivamente e na prática a todos os enijos...

No segundo caso, que é aliás o que mais se adequa à própria condição biológica da nossa espécie, teremos que construir uma sociedade onde a diversidade humana exista, paritariamente, em termos não só de género mas também etários, de tal modo que se assegure a transmissão da identidade social e cultural dos povos em condições dignas para todos e cada um dos cidadãos.

O património cultural constituído pela história da Humanidade está presente em

quer coesa para a construção e manutenção dos sentimentos identitários que dão consistência às ideias de Nação, Região, País, Cultura e Nacionalidade. Nos idosos reside a memória social de um povo. Sem essa memória social, colectiva, o futuro é uma tela onde se escreve não o texto sábio que resulta da maturação do tempo e da vivência mas, o rumor insípido de um vento que passa sem deixar marcas e que nos expõe, vulneráveis, a contextos conjunturais que nos são estranhos e que explorarão, sem que tenhamos capacidade de lhes oferecer a resistência própria dos seres desenvolvidos em todas as suas competências e potencialidades, até à aniquilação das nossas singularidades, tesouros históricos e únicos da experiência humana.

Os *ossos velhos* são parte preciosa do nosso património etnológico, testemunho da nossa identidade, símbolos do nosso processo de emancipação social ao longo da História. Não ter a capacidade criadora de os valorizar, aprendendo com eles e com eles construindo a aprendizagem da vida, da integração social na natureza, permitindo-lhes a

as terras de *nuestros hermanos*, arrasta o drama do envelhecimento populacional acelerado cujo progresso parece irreversível... Não é! Devolvamos aos *ossos velhos* o poder sobre as terras que fizeram crescer... eles que dinamizem e liderem, com a nossa ajuda, as lógicas de revitalização social que o património cultural viabiliza e que o turismo, a agricultura biológica e o lazer podem materializar...

Não podemos plantar crianças onde os adultos emigram e os nascimentos não ocorrem. Mas, podemos tornar os *ossos velhos* uma força mágica de atracção dos mais novos à descoberta do desconhecido... Veja-se o impacto que hoje tem entre os jovens o fascínio pelo passado na literatura de ficção e na ficção histórica... A magia do tempo, entre o passado que os velhos explicam e a modernidade que vamos inventando, trará decerto um presente melhor e mais saudável para todos. ✿

Ana Paula Fitas

Doutora em Ciências Sociais-Estudios

Portugueses-Cultura Portuguesa do Século XX

“Escolas séniores – Prolongar a aprendizagem da comunidade”

O Monte – Desenvolvimento Alentejo Central ACE é uma Associação de Desenvolvimento Local, sem fins lucrativos, reconhecida como entidade de utilidade pública, fundada em 1996, com sede na vila de Arraiolos, interior-sul de Portugal. O território da sua área de intervenção abrange a NUT III Alentejo Central.

Prosseguindo o seu objectivo geral de contribuir para o desenvolvimento sustentado do

no projecto ParticipAR, numa lógica de “retro-alimentação” social, dado que será motor facilitador de uma aproximação do conceito “escolar” à comunidade; da divulgação do conceito e exercício dos direitos e deveres de cidadania; uma alternativa de ocupação dos tempos livres e, dado a sua inserção na *Rede de Universidades da Terceira Idade* (RUTIS) permitirá também a troca de experiências de vida e saberes, ao nível nacio-

tividades de hidroginástica/desporto; Artes decorativas; convívio com as universidades da Rede Nacional e vistas de estudo.

Esta experiência que queremos partilhar é transversal a todos os territórios e comunidades, tais como os da Raia, que vivem os mesmos problemas para encontrar redes sociais alternativas de ocupação e crescimento contínuo do idoso enquanto ser humano sempre em evolução. ☼

ADRACES



território de intervenção, o Monte ACE, enquanto entidade executora, e a Câmara Municipal de Arraiolos, enquanto entidade promotora, desenvolverão a partir do segundo semestre de 2006 o projecto ParticipAR¹. De entre as nove medidas estruturais do projecto, e de acordo com o objectivo do programa² de destacamos a implementação da **Escola Sénior do Mundo Rural** (ESMR).

A ESMR segue a corrente mundial de um modelo de educação não formal, associado ao que normalmente se designam por Universidades da Terceira Idade (UTI's).

Surgidas na década de 70 em França, as UTI's têm como *objectivo* ser uma **resposta ao envelhecimento da população**, acentuado nos últimos anos com o aumento da esperança média de vida. Assim, a ESMR para além de pretender ser uma **alternativa e resposta social** para a população com idade igual ou superior a 50 anos, que pretende ocupar o seu tempo livre em actividades várias de aprendizagem terá também, *acreditamos*, um papel extensivo de colmatar alguns pontos de estrangulamento identificados no diagnóstico social local elaborado

nal. Porque, acreditamos, a **aprendizagem não irá ficar retida nos que a recebem**, e porque se pretende que os **alunos sejam também veículo de transmissão de conhecimento**, consideramos a Escola Sénior como uma alternativa para **auxiliar** de algum modo as **relações familiares** tantas vezes afectadas pelo envelhecimento dos seus membros, e como uma oportunidade de **socialização** e reintegração activa dos mais idosos que permite restabelecer ou continuar os laços com a comunidade.

A ESMR que irá iniciar as suas actividades em Setembro, terá a sua sede em Arraiolos, e pólos nas diferentes freguesias do concelho aderentes. Para além de um espaço de **convívio e aprendizagem**, a Escola fará também parte de um movimento de **voluntariado**, dado que os professores dedicarão uma hora do seu tempo livre, às actividades da escola.

Os alunos terão a oportunidade de desenvolver os seus conhecimentos em matérias como História; Línguas Estrangeiras; Tecnologias de Informação e Comunicação e Cultura Geral, bem como participar em ac-

Paula Gentil Santos

Departamento de Formação do Monte, ACE
paula.santos@monte-ace.pt

1 inserido na Medida 1 do Programa para a Inclusão e Desenvolvimento financiado pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

2 “Promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e combater o isolamento, a desertificação e a exclusão em zonas deprimidas”

Envelhecer – Desafios e oportunidades nas sociedades contemporâneas

“O envelhecimento é somente um processo de mutação societal ao qual as nossas sociedades devem e podem adaptar-se, de maneira a maximizar as vantagens e a minimizar os inconvenientes [...].O futuro não pertencerá unicamente às pessoas idosas, o que seria contrário à própria ideia de integração das gerações. Mas também não se construirá sem elas, o que é uma oportunidade a não negligenciar” (Loriaux, 1991).

ADRACES

para a noção de identidade e de valor dos sujeitos/cidadãos nas nossas sociedades, seja qual for a idade e estatuto

Alguém, no dia em que fazia 75 anos, respondia à pergunta “se se considerava velho adulto ou jovem velho”: “Estou-me nas tintas. Não estou descontente com a minha data de nascimento”.

A velhice o que é? Uma sucessão de etapas, de contornos pouco precisos e com conte-

mento sobre o envelhecimento humano, na sua imensa diversidade e heterogeneidade.

O mesmo posicionamento é devido face à intervenção nos diferentes territórios gerontológicos – ao nível dos indivíduos, das organizações/instituições, do local. Dar a palavra constitui uma metodologia fundamental, instrumento libertador e gerador da procura do(s) sentido(s): do percurso de cada um e da intervenção que nele irrompe.



PERCURSOS DE ENVELHECIMENTO – A QUESTÃO DO SUJEITO

A procura do conhecimento sobre os processos de envelhecimento nas nossas sociedades é indissociável da análise do binómio trabalho/reforma, revelador da evolução da (des)sincronização do ciclo de vida. Durante muito tempo, o marcador biológico da idade – a fadiga física – tinha uma relação directa com o marcador sociológico – a reforma. Hoje, as idades estão dessincronizadas: recuou o limite biológico, conseqüente às melhorias das condições de vida, ao mesmo tempo que avançou o limite sociológico pela tendência à exclusão do mercado de emprego a partir dos 50 anos. A velhice alonga-se se considerarmos o aumento dos anos de vida ou contrai-se se considerarmos o tempo em que diminuem as capacidades de realizar, sem ajuda, as actividades da vida quotidiana. A questão com que nos deparamos continua a ser tanto sociológica como antropológica e política, porque nos remete inevitavelmente

údos multiformes, como é definida por alguns. Abordá-la, conhecê-la, exige partir de um quadro epistemológico que rompe com a categoria idade como principal parâmetro da análise. O conceito de idade, idade cronológica, número de anos que decorrem desde o nascimento, não pode ser confundido com o de idade social, ou seja, “idade da vida tal como é reconhecida e definida pelas regras de uma sociedade que atribuem a esta idade papéis e estatuto distintos” O “Idoso” nasce deste conceito de idade social, como “alguém cuja idade é superior à média de idade da população no seio da qual vive”. Mas, como questiona Bernadette Pujalon, não se sabe quando ela começa nem quando nos tornamos “idosos”. A arbitrariedade da norma social que define “idoso” é, em si mesma, redutora dos próprios fenómenos de envelhecimento. O envelhecer, a velhice, só é apreensível pelo vivido, o verdadeiramente experimentado, reflectido, interpretado. O discurso dos sujeitos, o relato das experiências de envelhecer constituem, assim, peças essenciais, janelas que se abrem para a construção de um outro conheci-

“Passei 48 anos a chorar em casa. Aqui (1) distraímo-nos umas com as outras e mais vale uma gargalhada do que um frasco de comprimidos. Aqui sentimo-nos bem” (C. Barroca, 74 anos, in Jornal do Fundão)

TRABALHO/REFORMA – PERCURSOS DE INSERÇÃO

Estudos sobre os modelos de “vivência” da reforma têm contribuído para a compreensão do impacto da dessincronização das idades no reposicionamento das etapas estruturantes do ciclo de vida dos indivíduos. A questão de saber que lugar, que papéis, que percursos diferenciam hoje os que avançam em idade, num contexto marcado pela saída cada vez mais precoce do mercado de emprego ao mesmo tempo que se melhoram os níveis de saúde, que as estruturas familiares sofrem profundas transformações, que os modelos de protecção social são questionados e que os sistemas de comunicação mudam as formas de relacionamento interpessoal e a nossa relação com o mundo, entrosas nas questões conceptuais

que acabamos de referir. A reforma marca uma etapa do percurso de vida e estigmatiza de forma particular o envelhecimento social, pela reestruturação individual e colectiva dos sistemas de papéis e dos laços sociais. (A-M.Guillemard). Neste sentido, ela pode marcar o início de uma recomposição activa dos papéis sociais ou, pelo contrário, ir no sentido de um processo de isolamento social e de desvalorização individual, voluntário ou não, definido como “desengagement”, desinvestimento gerador de “perda do sentido de relação com a sociedade” e consequentemente de exclusão social.

No primeiro caso, podemos observar diferentes estratégias de inserção na vida social – centradas na vida familiar, no consumo (passagem de produtor na vida activa a consumidor como reformado) ou no investimento numa forma de actividade criado-

das mulheres, para além das questões do emprego e dos problemas de saúde, ela resulta ainda da necessidade de responder a necessidades familiares. Para uns e outros, a saída do mercado de trabalho corresponde a um repensar e repensar-se face à família, aos amigos, à sociedade.

Assim sendo, devemos reflectir sobre o facto dos processos de inserção no pós-reforma serem indissociáveis da manutenção e/ou reconstrução dos laços sociais. E, para isso, voltamos à importância da historicidade do percurso individual. As condições de existência e os comportamentos ao longo da vida que favorecem as redes de sociabilidade são também os factores que intervêm de forma mais positiva no próprio envelhecimento e na prevenção dos riscos.

Alguns autores agrupam-nos em dois grandes grupos: internos – auto-estima, capaci-

ADRACES



ra, socialmente reconhecida, funcionando como estruturante da actividade do sujeito, tal como o tinha sido a actividade profissional. As condições e hábitos de vida ao longo da existência e em especial o período a montante da reforma, nomeadamente o percurso de “saída”, cessação da actividade profissional, têm um papel determinante neste processo. Estudos doutros países põem em evidência o facto de ser cada vez mais frequente um período de transição com passagem da actividade desenvolvida ao longo da vida a uma nova actividade ou à redução do tempo de trabalho por iniciativa individual ou por razões decorrentes do próprio mercado de emprego, condicionando os comportamentos de procura de satisfação de necessidades e de criação de novas formas de inserção social na pós-reforma. Entre nós, sabemos que a precocidade da passagem à reforma está associada a problemas de desemprego, de negociação no contexto de reestruturações sectoriais ou tão somente de empresas, e ainda a problemas de saúde muitas vezes associados às deficientes condições de trabalho. No caso

dade de relação com os outros, satisfação pessoal; externos – rendimentos, redes de inserção, acesso à tecnologia, acesso aos cuidados de saúde.

Favorecer o seu desenvolvimento significa respeitar, acolher, promover a cidadania, como princípios a privilegiar na definição das políticas e das formas de intervenção – não estandardizada, flexível, inovadora, potencializadora do desenvolvimento pessoal.

POLÍTICAS DE ENVELHECIMENTO ACTIVO

Os estudos sobre o envelhecimento, em especial a partir dos anos 80 do século findo, incidiram particularmente sobre o processo de desenvolvimento humano ao longo da vida. (WALKER, A, 2002). Neste contexto, os trabalhos sobre a relação entre situação de saúde e o desenvolvimento de uma actividade/participação social vieram pôr em evidência a importância destas no envelhecer saudável (WALKER, A, 2002), ao identificar factores que intervêm positivamente no processo de envelhecimento

dos indivíduos. Simultaneamente, os resultados da análise sociológica sobre os percursos e modelos de reforma davam conta das expectativas dos reformados face a esta nova fase da vida. Constatava-se que estes não se perspectivavam face ao futuro unicamente em torno do lazer e das ocupações familiares, procurando também uma inserção económica.

Entronca aqui a noção de envelhecimento activo, a qual tem vindo a fundamentar um conjunto de recomendações e de orienta-



O que quer dizer que possam determinar a forma como repartem o tempo entre as actividades de aprendizagem, o trabalho, o lazer e os cuidados a outros”.

Donde, e segundo esta organização, “as reformas a emprender nas políticas se devam articular segundo quatro eixos: prevenção; detecção precoce de problemas, concentrando-se nas fases críticas da existência; maior liberdade de escolha e maior responsabilização face ao seu próprio futuro; implementação de serviços de melhor qualidade através da cooperação entre diferentes intervenientes no terreno. A política deve ter em conta o *continuum* da existência. A partir do conhecimento dos problemas do envelhecimento é possível intervir nas idades jovens, sabendo-se que as políticas têm efeitos no futuro dos indivíduos”.

O conceito de envelhecimento activo lan-

Recomendações que aconselham reflexão, avaliação das políticas de emprego, de formação ao longo da vida, de rendimentos, de informação, de acesso a cuidados de saúde, (preventivos, curativos e de reabilitação), de acesso a serviços sociais, de *promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos de todas as idades*.

PARA REFLEXÃO

A qualidade da intervenção pode aferir-se pela libertação do sofrimento e do isolamento, pela dinamização/integração em redes de sociabilidade, pela emergência de projectos de valorização das capacidades dos indivíduos e do seu desenvolvimento pessoal, pelo fluxo das trocas interpessoais e intergeracionais. Uma lógica de envelhecimento activo não deve confinar-se

ADRACES



ça, assim, as bases para uma política de envelhecimento, inevitável face à necessidade de integrar os progressos de longevidade no processo de desenvolvimento social, económico e cultural de cada sociedade.

Implementá-la obriga a um esforço decidido no sentido da eliminação das formas de segregação pela idade, como aliás se determina no artigo 13 do Tratado de Amsterdão, e a garantir a inclusão de todos (artigo 137 do mesmo tratado), promovendo as medidas de discriminação positiva necessárias à não exclusão social dos mais desfavorecidos seja qual for a idade, sexo, religião ou etnia.

As recomendações da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento explicitam este princípio: *participação na vida social, económica e política, oportunidades de emprego, com horários e condições de trabalho adequadas, protecção adequada das pessoas idosas mais pobres, no respeito pela sua dignidade e integridade, protecção contra as formas de exploração de que podem ser alvo, assegurando o respeito pelos seus direitos fundamentais*.

aos mais dinâmicos, aos mais autónomos, desembocando em novos estereótipos de “velho activo” e de “velho dependente”. Ao contrário, deve beneficiar e contribuir para o reconhecimento do valor social dos que envelhecem, para as trocas e partilha do património económico, social e cultural de cada sociedade. ☼

ções das organizações internacionais face à reorientação das políticas. Rompe com os parâmetros etários com que temos trabalhado as questões do envelhecimento e alarga-o a outros patamares da vida adulta. Condições e hábitos de vida ao longo da existência são objectos privilegiados dos estudos, das políticas e da intervenção.

Em 2002, a OCDE vem a definir envelhecimento activo como “a capacidade das pessoas que avançam em idade terem uma vida produtiva na sociedade e na economia.

Maria de Lourdes Quaresma

Socióloga



A preocupação com a preservação do património cultural imaterial local tem-se concretizado na realização de workshops ou ateliers demonstrativos de artes e ofícios de antigamente, em museus ou desfiles etnográficos, ou na musealização de aldeias a que chamamos históricas e onde é criado um “real virtual”, mantendo artificialmente para consumo turístico, actividades, rituais e produtos de que já não necessitamos na nossa cultura globalizada. Trata-se seguramente duma preservação artificial de uma cultura imaterial, que está a desaparecer juntamente com o estilo de vida que a fundamentava. Por este facto, toda a selecção de património cultural imaterial a preservar, deve tomar em linha de conta a sua utilização como recurso endógeno de uma região e o seu aproveitamento em projectos de desenvolvimento local e regional.



Os Velhos: "Património cultural humano"

As culturas orientais são conhecidas por valorizarem as gerações de idosos enquanto "recipientes" e transmissoras de conhecimentos, situação que nas sociedades ocidentais vem sendo desvalorizada com a crescente modernização e normalização das nossas culturas.

Em 1960, a Coreia do Sul instituiu um sistema de preservação e transferência da cultura imaterial de geração para geração, através

o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana.²

Reconhece-se que a herança cultural intangível está hoje ameaçada pela normalização devido à globalização, ao turismo em massa, às correntes migratórias, à degradação geral do ambiente, à industrialização, ao êxodo rural, aos conflitos armados e ameaças terroristas. Esta fragilidade advém-lhe das suas principais características: depende

toda a selecção de património cultural imaterial a preservar, deve tomar em linha de conta a sua utilização como recurso endógeno de uma região e o seu aproveitamento em projectos de desenvolvimento local e regional.

Trata-se não do recurso aos Velhos para demonstrações de "habilidades", mas de definir um sistema que permita a transmissão de geração em geração daqueles patrimó-



do programa "Tesouros Humanos Vivos"¹ baseado na importância atribuída ao conhecimento acumulado pelos cidadãos mais velhos. Trata-se dum método de preservação patrimonial que se concretiza na classificação como "Tesouro Humano Vivo" de uma pessoa idosa que detém conhecimentos, saberes e saberes-fazer de interesse relevante para a comunidade e definidores da identidade local, regional ou nacional.

Em 2003, a UNESCO adopta a Convenção para a Salvaguarda da Herança Cultural Intangível onde se define este conceito englobando *as práticas, representações, expressões, conhecimento, saberes-fazer – bem como os instrumentos, objectos, artefactos e espaços culturais associados – que as comunidades, grupos, e em alguns casos indivíduos, reconhecem como parte da herança cultural. Esta herança cultural intangível, transmitida de geração em geração, é permanentemente recriada pelas comunidades e grupos em resposta ao meio envolvente, à interacção com a natureza e com a sua história, e proporciona um sentido de identidade e de continuidade, promovendo*

intimamente dos seus criadores e perpetua-se pela transmissão oral.

Destas considerações é fácil perceber a importância decisiva dos Velhos das nossas comunidades locais na preservação do Património Intangível, não para reproduzirmos e fixarmos um estilo de vida incompatível com as actuais tendências económicas e sociais da Vida, mas como "fontes" da especificidade cultural e identitária local e regional, ou tão-somente como memória viva.

A preocupação com a preservação do património cultural imaterial local tem-se concretizado na realização de workshops ou ateliers demonstrativos de artes e ofícios de antigamente, em museus ou desfiles etnográficos, ou na musealização de aldeias a que chamamos históricas e onde é criado um "real virtual", mantendo artificialmente para consumo turístico, actividades, rituais e produtos de que já não necessitamos na nossa cultura globalizada.

Trata-se seguramente duma preservação artificial de uma cultura imaterial, que está a desaparecer juntamente com o estilo de vida que a fundamentava. Por este facto,

nios que forem considerados definidores da identidade local e ao mesmo tempo passíveis de utilizar em projectos económicos que garantam o sustento dos indivíduos.

No nosso impulso preservacionista em que tudo musealizamos e conservamos, temos esquecido dos Velhos como Património Cultural Humano, impossível de preservar, mas passível de valorizar. ☼

Aida Rechená

Mestre em Museologia e Directora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior

1 ICOM News, Museums and intangible heritage, n.º 4, 2004, ed. International Council of Museums.

2 Tradução livre. ICOM News, Museums and intangible heritage, n.º 4, 2003, ed. International Council of Museums.

Por um melhor viver

Gérard Bravais (Presidente da «Maison Sociale du Haut-Nyonsais», casa social, que realiza o projecto «O MELHOR VIVER» em 20 municípios rurais em cooperação com os habitantes e os eleitos).

Marie Noëlle Hessel (Presidente do Centro de cuidados do Haut-Nyonsais, que cobre 20 autarquias com uma dezena de funcionários e que é uma das associações do projecto «O MELHOR VIVER»).

3) Cerca de 40 pessoas, voluntárias, reparadas nas 20 aldeias, expressaram o seu desejo de dar o seu contributo, de promover o espírito participativo do projecto e de solicitar a implicação dos habitantes e dos eleitos da sua autarquia.

4) Os administradores, os benfeitores e os técnicos das quatro associações co-iniciadoras : O Centro de Cuidados : 14 agentes. Os Apoios ao Domicílio : 36 empre-

território, imagina e realiza um acompanhamento durante dois anos para criar um clima onde poderão emergir as aspirações de cada um : pintura, música, relaxação, leituras, reflexões, escritura.

7) As associações e estruturas que já se preocupam com estas pessoas trazem as suas reflexões e cooperação, mas também estão atentas, com o conjunto da comunidade, à posição dos visados no bairro residencial.

ADRACES



“O MELHOR VIVER DAS PESSOAS DOENTES, DEPENDENTES E IDOSAS DO HAUT-NYONSAIS”

Regozija-se da forte mobilização do conjunto dos habitantes do território. Este projecto contribui para a sensibilização dos cidadãos num contexto de «diminuição sustentável», que nos impõe, a nós todos, agir para o «bem viver» do qual cada um é responsável consoante o seu poder e o seu saber.

1) Os visados e seus familiares, primeiros parceiros do projecto, estão no centro das propostas e das decisões. Eles são não só os principais actores do projecto como também, cada vez mais, os autores.

Nascer, Crescer, **Envelhecer, Morrer**, as etapas de um **PROJECTO DE VIDA**.

2) O grupo de reflexão de 20 pessoas, composto por habitantes, técnicos e eleitos, foi constituído por ocasião do encontro organizado em Dezembro de 2002 pelo SIVOSOC. A partir de Setembro de 2003, incluindo novos actores, tornou-se um grupo piloto.



gados. A Casa Social não possui logística própria, sendo assegurada pela Associação Animação Social. Os serviços prestados só poderão melhorar graças às acções combinadas e às formações comuns.

5) Uma nova associação, a dos «acompanhantes», cria-se a partir de cerca de vinte benfeitores que vão ter formação para poderem envolver-se no dispositivo dos cuidados paliativos.

6) Um grupo de seis associações com um propósito cultural e artístico, provenientes do

8) Os «Libertados do trabalho forçado» que disponibilizam as suas competências ao serviço de todos e os «criativos culturais», que se mantêm distantes perante a sociedade de consumo e perante a tecnologia erigida em mito. Aliados fortes que cultivam uma sensibilidade nova e conjugam com felicidade novos valores.

A tomada de consciência da situação, a motivação e o aumento das competências dos seus diversos parceiros enriquecem o projecto com a vontade de levar a cabo disposições participativas cujos beneficiários são: **Os actores e os autores do seu destino.**

DESENVOLVIMENTO DO PROJECTO «O MELHOR VIVER» UM PROCESSO CRIATIVO NO TEMPO

Novembro de 2002: Enfrentar a crise financeira juntando as energias.

Fevereiro de 2002: Promover um projecto a 5 anos com novas solidariedades.

Julho de 2003: Sou Actor e Autor do meu Destino (Eu, o visado).

das pessoas idosas

Janeiro de 2004: Eu, a minha Aldeia e os seus Habitantes de Boa Saúde.

Outubro de 2004: Os 60 anos e mais, com os seus eleitos, animador do Melhor Viver.

Março de 2005: Uma política de envelhecimento, fonte de democracia participativa.

Um esforço participativo que acompanha um território faz nascer desafios. Expressam-se ao ritmo das tomadas de

e façam livremente o ponto sobre a sua vida;

- contribuam para encontrar as soluções inovadoras para melhorar a qualidade dos cuidados;
- valorizem as suas relações com o meio ambiente, com a família e em particular com as crianças;
- mantenham a auto-estima e preservem o seu papel social e de cidadãos;

Daí resulta que as operações, as tarefas e também as acções se constroem à medida que o projecto evolui e que há tomadas de consciência múltiplas.

- Desejamos viver: a presença, a atenção, o silêncio, mas também o respeito, a auto-estima, o prazer, a liberdade de escolha para todos.
- Entre estruturas de base: a estima recíproca, a criatividade, a pertinência e a coerência.

ADRACES



consciência, a evolução impõe-se então a todos e o projecto envolve os habitantes.

VIVER: NASCER, CRESCER, ENVELHECER, MORRER

Os primeiros parceiros são as pessoas doentes, dependentes e idosas.

São elas os actores e autores do seu destino. O conjunto da comunidade está particularmente atento para que os interessados:

- falem, contem entre si, usufruam prazeres

- estabeleçam boas relações consigo próprios, porque envelhecer é amansar a sua vida;

- escolham morrer no respeito, na dignidade e na beleza.

SER ACTOR E AUTOR DO SEU DESTINO

O Procedimento

O procedimento retido é participativo e combinado entre todos os actores.

- Para os parceiros institucionais: os direitos a uma iniciativa, espaços de liberdade para experimentar novas abordagens, uma confiança para viver um esforço participativo.

Os impactos

- Uma abordagem participativa, que volte a dar confiança a cada um, dê capacidade às pessoas para se regozijarem e para trazerem as suas riquezas.
- Um sentido comum, construído com valores partilhados, que delinea as linhas directrizes do desenvolvimento.
- Formações na proximidade que aumentem as competências de todos, criando um saber partilhado, fonte de compreensão recíproca.
- Uma concertação das associações para melhorar os encargos, mas também acompanhar com as suas competências os habitantes nas suas iniciativas.
- Uma democracia participativa onde os eleitos incitam as acções e afirmam que um poder partilhado é uma força para o futuro do Haut-Nyonsais. ☘

Gerard Bravais e Marie Noelle Hessel

Os velhos e o banco da praça

Muitas vezes me questioneei, antes de fazer a ligação entre esta questão e os problemas da exclusão e da inserção sociais, sobre a razão pela qual os velhos – os homens velhos – passariam tanto do seu tempo no banco da praça da aldeia.

Transmitia-me uma imagem desoladora da velhice, de solidão e de inactividade.

Porque não integrá-los em centros de dia ou centros de convívio, com actividades

Percebi que nas dinâmicas sociais da vida comunitária a dimensão da comunicação constitui uma dimensão fundamental da participação dos mais velhos que se realiza nas interações sociais, motiva-as e é condição de participação e pertença à comunidade. O conhecimento sobre as particularidades da vida da comunidade – as novidades – e a apropriação do conhecimento sobre o que se passa fora da comunidade são me-

As instituições de apoio social contribuem para uma representação social da velhice associada à dependência, à incapacidade, à solidão, cuja assistência obriga a uma exclusão daqueles espaços onde a singularidade que garante a continuidade biográfica de cada indivíduo se sobrepõe à nova identidade do ser velho.

Sendo inevitável a prestação de serviços de apoio social, é fundamental que o idoso

ADRACES



próprias, onde pudessem estar ocupados, cuidados,... arrumados, ... escondidos?!?! Mais tarde comecei a perceber que, afinal, os centros de dia até existiam, e que, não só existiam, como estavam frequentemente sub-ocupados – estranho, para uma lógica estratificada que arruma cada grupo social (social porque etário) no seu compartimento certo.

Uma pesquisa que fiz numa freguesia rural do Baixo Alentejo proporcionou-me a oportunidade de ver melhor, de observar, de perguntar aos mais velhos – esses que estavam sentados no banco da praça – porquê o banco e não o centro de dia? Afinal por onde passa a inserção e a coesão sociais?

Parti do princípio de que o contexto comunitário alargado constitui uma das fontes de apoio e de inserção sociais – as relações que se estabelecem com a comunidade, e que reflectem uma estrutura social mais ampla, indicam o grau e a extensão com que o indivíduo se identifica e participa no seu contexto social, constituindo um indicador de pertença social. (Lin,1986 cit Fuster, 1997:25)¹

diados pelas apreciações críticas que estas relações sociais proporcionam. Realizam-se nos espaços públicos (nas praças para os homens e nas idas “à loja” ou no canto da rua durante uma deslocação à rua justificada por necessidades da vida doméstica, para a mulher), que se constituem como espaços de circulação da informação, de produção de opinião e de crítica social, de produção de coesão.

São relações que favorecem as condições para o fortalecimento do laço social, na medida em que produzem normas e valores que orientam as condutas pessoais e sociais, garantem o reconhecimento social e são protectoras, constituindo-se como fonte de apoio social reforçando, pela produção de uma consciência colectiva, a integração social.

E o centro de dia? A apropriação que os idosos e a comunidade fazem do centro de dia mantém-se vinculada às imagens historicamente construídas sobre as instituições de assistência – *é para os que não têm ninguém, para os que já não podem nada...!*

se possa apropriar dos mesmos sem constrangimentos identitários, sem estigmas, sem rupturas entre espaços que incluem e espaços que objectivamente ou simbolicamente excluem.

O alargamento dos campos de actuação das instituições e projectos que tratam da questão da velhice a outros domínios de actuação, nomeadamente a cultura, a educação ou a formação poderá criar condições, ou contribuir, para a diversificação da natureza da sua acção no sentido da inserção do idoso numa perspectiva valorizante, enquanto recurso, e não apenas enquanto objecto de uma prestação de serviços.

... para que o banco da praça não seja a única via para a participação do idoso na vida da sua comunidade! ✿

Maria Inês Rodrigues

Assistente Social

¹ Fuster, Gracia Henríque (1997) *El Apoyo Social en la Intervención Comunitaria*, Pardós, Barcelona

Uma experiência normanda (França)



De si, diz-nos ela:

Impaciente por entrar na vida activa, comecei a trabalhar muito cedo. Foi com modestos conhecimentos e referências familiares no domínio do artesanato que acompanhei, em 1980, o meu cônjuge na criação de uma empresa de marcenaria. Desde o envolvimento do nosso filho mais velho como gerente, tornou-se numa sociedade familiar de renovação do habitat.

ajuda de alguns voluntários, dispostos a entrar num projecto alternativo, um centro de recursos naturais: A ARBRE (Significa árvore, sendo também iniciais de Associação Rural para Mexer e Reagir Juntos). Esta postura fez com que me posicionasse como investigadora prática.../

/... O meu objectivo actual é conduzir uma nova investigação-acção numa divisão administrativa da Baixa Normandia, na qual



O meu percurso profissional, direccionado para o desenvolvimento social local, já há dez anos, fez evoluir a minha contribuição administrativa para o conselho em desenvolvimento. Assim, as orientações desta empresa estendem-se à produção de bens e serviços para a renovação e a reconstrução de habitat ecológico.

Procurei, constantemente, a articulação entre a vida familiar, a vida profissional e a formação contínua para desenvolver os meus conhecimentos, e ter capacidade de os partilhar com os que me rodeiam na minha vida pessoal e profissional com esta vontade de contribuir para mudar a sociedade. Sempre vivi no campo e considero que este enraizamento é fundamental para o meu equilíbrio. /... Em 1995, deixava o meu emprego de representante comercial, não suportando as lógicas mercantis que deviam ser praticadas para atingir os objectivos.

A questão do meu papel nesta empresa de consumo, disposta a tudo ou quase para atingir finalidades bastante afastadas das necessidades reais dos meus concidadãos, estava agora em causa. Criei então, com a

poderíamos medir os efeitos directos e indirectos dos processos territoriais de animação, participativos na evolução dos saberes, das capacidades dos actores, nos caminhos escolhidos para aceder ao sentido das responsabilidades individuais e colectivas frente às necessidades de antecipar as necessidades dos Homens e da sociedade que compõem. Quero também avaliar os processos que levam a fazer com a democracia local viva e se renove e as suas consequências.

A problemática do envelhecimento da população em França é ainda fundamental para começar esta investigação, comparando-a, confrontando-a, com outras experimentações à escala europeia. ☘

Géraldine Lechevalier

Normanda de Saint LO - França

Teoriza as práticas dum percurso exemplar de intervenção em Desenvolvimento Local dos territórios rurais envelhecidos da sua região

Desenvolvimento local alternativo, adaptado aos territórios em envelhecimento

Perante os desequilíbrios sociológicos, políticos e económicos previsíveis no horizonte 2030, induzido pelo envelhecimento da população em França e na Europa, a investigação-acção tinha em vista, em primeiro lugar, delimitar as desvantagens e os recursos de um território rural, e, em segundo lugar, abordar, com actores locais, as necessidades emergentes de uma sociedade em mutação. Para tal, um conceito de animação «Fórum Prospectivo» foi concebido como instrumento de comunicação e de pedagogia, implementado numa pequena comunidade de 11 autarquias (4600 moradores) na Baixa Normandia.

A prospectiva do presente, a qualidade das relações culturais e sociais, a articulação e as ligações entre as diferentes escalas de territórios foram elementos essenciais para este passo.

A avaliação da situação mostrou que a Baixa Normandia corria o risco de se tornar a região mais envelhecida de França em 2030. O prolongamento da duração de vida, o aumento do número de pessoas idosas, a baixa da natalidade, o êxodo dos jovens e das pessoas reformadas da capital para a Normandia anunciam uma situação preocupante se a sociedade e os que decidem não anteciparem as consequências destas mudanças.

As constatações ensinaram-nos a distinguir a solidão do sentimento de solidão para tentar compreender de que modo as solidariedades diárias e as ofertas de serviços não podem, por si só, resolver este problema. As nossas representações do fim da vida, os modos de vida, de acompanhamento e de cuidados mostram uma tendência para reenviar para a esfera médica a responsabilidade de encontrar soluções para responder às necessidades sociais.

Estas observações ilustram, por outro lado, que as colectividades locais são impotentes perante a diversidade e o aumento das expectativas das populações e possuem poucos meios e competências para antecipar o futuro. Além disso, as novas responsabilidades descentralizadas não são aceites pelos eleitos dos pequenos municípios, limitando deste modo as hipóteses de inventar um futuro comum.

No que toca à economia local, esta poderia reforçar-se, melhorando e diversificando a oferta de serviços e a formação profissional. As empresas artesanais, muito presen-

tes nos arredores, desejam comprometer-se em mudanças profundas e posicionar-se no mercado do habitat adaptado à perda de autonomia dos seus ocupantes. Descrito por alguns como o mercado potencial, colocou, para outros, a questão do sentido das trocas nos territórios.

A experiência tinha como objectivo demonstrar que, a partir de micro-territórios, podemos iniciar processos de desenvolvi-

ADRIANO RANGEL



mento nos quais os actores locais interessados na melhoria do seu bem-estar podem participar. Devia também permitir exprimir a sua destreza e capacidade para se apoderarem da problemática e participar na sua análise. A articulação das escalas de relações foi pensada para facilitar a abordagem global e devia levar os protagonistas do primeiro fórum a preparar um fórum à escala do País (corte infra-regional contendo várias comunidades de autarquias).

Um dispositivo de animação foi testado, levando o conjunto dos actores, reunidos em comité de projecto-piloto, a conceber o evento «Fórum Prospectivo», durante o qual um diagnóstico partilhado da situação intermunicipal seria validado e, ainda mais além, iniciar os meios para favorecer a emergência de novos projectos.

Este comité, de cerca de 40 actores, era constituído por eleitos, representantes associativos, organizações profissionais, técnicos das autoridades e profissionais dos sectores médico-sociais. A comunidade de parceria de municípios obteve aqui matéria para definir a sua política para com as pessoas idosas.

Um segundo grupo restrito foi constituído e acompanhado para investigar as necessidades dos idosos de mais de 60 anos de idade. A postura escolhida pelos investigadores procurava medir o seu grau de bem-estar, mostrar a capacidade dos idosos em encontrar soluções para as suas dificuldades e identificar os caminhos utilizados ou esboçados para fazer com situação deles evolua positivamente.

A metodologia evoluiu desenvolvendo-se, os investigadores mudaram as suas representações, melhoraram as suas competências de ouvir constituindo assim um elemento da mais-valia social criada no território.

A elaboração de um anuário das actividades económicas e sociais, proposta inicialmente, tomou a forma de uma base de dados informáticos e dá à comunidade de autarquias um instrumento de comunicação que não tinha anteriormente.

Esta experiência permitiu determinar as bases de um conceito de animação que tende para relacionar os actores de micro-territórios de uma mesma região, tornando-os solidários para traçar, em conjunto, um futuro comum. Está em fase de transferência para a escala da divisão administrativa da Baixa Normandia. ☼

Géraldine Lechevalier

Normandia de Saint LO - França

Teoriza as práticas dum percurso exemplar de intervenção, em Desenvolvimento Local dos territórios rurais envelhecidos da sua região

Velhos da Raia ou a Raia com velhos?

Há territórios com marcas tão impressionantes que arredam qualquer divergência sobre a sua caracterização. É o caso da Raia, o conjunto dos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Penamacor. A marca mais distintiva desses espaços não é a fronteira com Espanha, praticamente imperceptível não fossem os acidentes geográficos (Tejo, Erges...). O despovoamento e o envelhecimento da po-

Lardosa que, de acordo com os estudos da Agenda XXI, tem uma dinâmica própria de crescimento.

O envelhecimento da população destes concelhos tende a agravar-se, entre outros factores pelo aumento da esperança de vida. Refira-se que neste espaço considerado encontramos alguns dos idosos centenários de Portugal. Com efeito, em Castelo Branco há 2461 pessoas com mais de



Os quatro concelhos da Raia têm elevados índices de envelhecimento e são territórios deprimidos. Neles vivem cerca de 20 mil pessoas com mais de 65 anos, das quais 4200 com 80 anos ou mais. Numa linha de ruptura com os estereótipos actuais, os idosos, velhos, como a VIVER assume chamá-los sabendo que essa designação é comum na Europa, podem ser tanto agentes de valorização das funcionalidades múltiplas desses territórios, como, enquanto grupo carecido de cuidados e serviços, factor de criação de novos empregos.

pulação é que surgem como a matriz dominante da Raia.

Haverá então “velhos da Raia” ou uma Raia “com velhos?” Faço-me esta pergunta há muitos anos, especialmente nas épocas festivas do Carnaval, Páscoa ou Verão. Passando a fronteira, do lado de lá, em Espanha, encontramos grupos de idosos fazendo a festa, os disfarces, as mascaradas, a festa nas vilas e lugares. Do lado de cá, poucos sinais de animação, menos ainda de animação com idosos ou para idosos.

Nestes concelhos residem mais de 20 mil idosos, vivendo de rendimentos de pensões e da agricultura tradicional o que os torna economicamente estagnados, com ressalva para o eixo Castelo Branco/Alcains/

80 anos, em Idanha-a-Nova são 1040, em Penamacor 687 e em Vila Velha de Ródão são 315. Característica também comum é o facto de haver mais mulheres idosas do que homens.

Com esta realidade demográfica, a Raia foi-se tornando um “campo vazio” onde os “recursos da previdência” e os apoios sociais satisfazem necessidades da população, desde logo a de fornecer mínimos de rendimento a famílias empobrecidas, seja através das pensões e da rede de equipamentos de apoio à Terceira Idade, seja pelas novas medidas de política social para os mais desfavorecidos: o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Solidário para Idosos.

Concelho	População residente	População residente com 65 ou mais anos	Pensionistas (invalidez e velhice)
Castelo Branco	55.708	12.380	8.554
Idanha-a-Nova	11.659	4.743	2.805
Penamacor	6.658	2.694	1.443
Vila Velha de Ródão	4.098	1.646	923



José Joaquim Gonçalves Antunes
*Inspeção Superior Principal de Segurança Social,
 a exercer funções de Director da Segurança
 Social do Distrito de Castelo Branco.*

Sabe-se que o espaço agrícola deste território não é rentável, não é competitivo. Mas nele vivem aqueles milhares de pessoas, muitas delas de idade avançada e fracos rendimentos, é verdade, mas são eles os habitantes da Raia e, se equacionados os problemas, numa lógica de ruptura com estereótipos podemos encontrar novas oportunidades de emprego, de rentabilização das estruturas, de valorização dos recursos naturais, de promoção da autoestima das populações e dos lugares que habitam, novas oportunidades para fixação de população.

É que hoje há vários mundos rurais em Portugal, como acentua um Estudo da Universidade de Évora. Uns com potencial agrícola, outros com potencial ambiental e outros com potencial multifuncional. E o reconhecimento dessa diversidade, para

ção deverá ir no sentido de surgirem novos empregos, ligados ao apoio familiar; pequenas empresas prestadoras de serviços de alimentação, limpeza e enfermagem ao domicílio.

Só que a Raia é um espaço tão deprimido, rural e envelhecido, com média elevada de idosos isolados em famílias singulares (22 a 27 % nos quatro concelhos, para uma média nacional de 19,39%), com grande dependência do sistema de pensões que faz todo o sentido numa lógica de reforço da coesão social e territorial reclamar apoios públicos directos às famílias e aos idosos e às estruturas e serviços que deles cuidam. Nenhuma evolução positiva se fará sem contar com essas estruturas de proximidade. Tanto mais que elas são, em bastos casos, o pouco que resta de actividade em muitos lugares da Raia.

ADRACES



além de dever reflectir-se nas políticas públicas, gera oportunidades de exploração de novas funções, como a protecção dos recursos naturais, como a água, a floresta e a biodiversidade, com afectação de recursos públicos para compensar proprietários e agricultores.

Os idosos, num quadro assim, serão tanto agentes de valorização da Raia como, enquanto grupo carecido de cuidados e serviços, factor de criação de novos empregos. É verdade que o apoio à Terceira Idade já é actualmente responsável por centenas de postos de trabalho nos quatro concelhos considerados. Mas a evolu-

O desafio futuro é, portanto, o de olharmos a Raia como um espaço de finalidades múltiplas, ligadas ao que de melhor pode ter o território: o ar puro, a amplitude dos espaços abertos, a biodiversidade, o turismo de natureza, a gastronomia e artesanato, a observação da fauna e da flora. E os idosos surgem aí tanto como agentes conhecedores e identificadores desses espaços de memórias vivas, mas também como um grupo especial da população cuja satisfação das necessidades de apoio social, de saúde e de entretenimento favorecerá novos empregos locais e a consolidação das estruturas qualificadas de proximidade. ☘

C.S.I – Processos Registados até 04/2006						
Castelo Branco		Idanha-a-Nova		Penamacor	Vila Velha de Ródão	Total
211		27		16	18	272

C.S.I – Processos Registados até 04/2006									
Castelo Branco		Idanha-a-Nova		Penamacor		Vila Velha de Ródão		Total	
P	AF	P	AF	P	AF	P	AF	P	AF
53	208	12	41	5	15	2	5	72	269

O idoso no contexto dos cuidados paliativos

Resumo: O propósito deste artigo é apresentar o conceito de cuidados paliativos, focalizado no idoso e/ou doente geriátrico. Considerando imperativa a competência, dos profissionais de saúde, no que concerne à promoção da qualidade de vida dos mesmos, até ao seu final.

Palavras-Chave: Idoso. Cuidados Paliativos.

Abstract: *This article presents the basic concepts of palliative care, focusing the*

dos cuidados paliativos constituirém uma prioridade na saúde, assumindo-se como uma das fronteiras que urge desenvolver. Neste contexto, foi criado o Plano Nacional de Cuidados Paliativos pelo despacho ministerial de 15 de Junho de 2004, com o objectivo de se fomentar o acompanhamento global de doentes com sofrimento intenso, ajudando-os a continuar a viver com dignidade e qualidade.

dos idosos. A vivência da doença crónica, avançada e terminal são marcas da sociedade actual representando para a família, muitas vezes, um aglomerado de dramas sobrepostos. Como se depreende, assistimos a uma imagem social, em parte resultante do êxodo rural (desertificação), do isolamento geográfico, social e afectivo dos idosos em relação com as gerações mais jovens, que, associado à fragilidade na solidariedade en-

ADRACES



elderly or the geriatric patients. A specific qualification is mandatory for health care professionals for managing patient and is family, by controlling distressing symptoms, providing the patients quality of life until his death.

Key-words: *Elderly. Palliative Care.*

INTRODUÇÃO

As variações demográficas que caracterizaram as últimas décadas incrementaram o índice de envelhecimento da população portuguesa. Devendo-se tal, à redução da taxa de natalidade, ao aumento da esperança de vida relacionada com os avanços técnico-científicos que se verificaram e ainda aos fenómenos de emigração. A avaliação de tais fenómenos demográficos conduziu aos seguintes dados do Instituto Nacional de Estatística. No ano de 2004, a população idosa estimada era de 16,5%. Já para 2020 estimam-se 20% de idosos, enquanto que para 2050 a previsão é de 32% (fonte: INE, 2004).

Tais dados suscitaram a preocupação dos organismos governamentais, no sentido

PANORAMA PORTUGUÊS...

O cenário social, actual, caracteriza-se pelo aumento das doenças próprias do envelhecimento, habitualmente doenças crónicas e de evolução prolongada reflectidas pela pluripatologia inerente à velhice. O elevado risco de dependência física e/ou psíquica torna-se no principal responsável pela perda de mobilidade e autonomia, o que condiciona e é sinónimo de maior consumo de cuidados de saúde e maiores exigências relativamente à garantia de qualidade de vida

tre gerações, resultam na solidão do idoso, que se exacerba quando o capital familiar e relacional é escasso ou inexistente.

A SOLUÇÃO...

No contexto desta problemática, a DECLARAÇÃO DA COREIA SOBRE CUIDADOS PALIATIVOS, de Março de 2005, afirma que os cuidados paliativos se baseiam na resposta às múltiplas necessidades – físicas, sociais, espirituais e psicológicas – das pessoas doentes e suas famílias, em todos os serviços/locais onde se encontrem. Neste sentido, o idoso e/ou doente geriátrico faz parte de uma tipologia de doentes caracterizada por complexos quadros clínicos, onde coexistem problemas cardíacos, respiratórios, neurológicos e locomotores, entre outros. Doentes, sem perspectiva de tratamento curativo, envoltos num intenso sofrimento, com problemas e necessidades de difícil resolução, exigindo apoio específico, organizado, interdisciplinar e multidisciplinar. Tal abordagem, enquadra-se na filosofia dos cuidados paliativos, que alberga como componentes

basilares o alívio dos sintomas, o apoio psicossocial e o trabalho em equipa, sendo estas cimentadas e ligadas por um processo de comunicação adequada, pautado pela honestidade, abertura e esperança...

A comunicação é uma ferramenta essencial na prática dos cuidados paliativos ao idoso, pois é através dela que se identificam as suas necessidades, reduzindo de alguma forma o seu estado de ansiedade e transtornos emocionais. Comunicar, não envolve só palavras. Os gestos, o olhar, o toque e, até mesmo os silêncios... tornam-se imprescindíveis, para estabelecer uma verdadeira relação de ajuda em que se encontram envolvidas a medicina, a enfermagem, o apoio social, a psicologia, o apoio pastoral, a fisioterapia e terapia ocupacional e, outras áreas com estas relacionadas.

À presença de doença ou não, ao idoso está também subjacente, a ideia de uma morte próxima, assumida como um processo natural e inevitável mas, cuja dignidade deve ser preservada e fomentada. E, tal só é possível se orientarmos os nossos comportamentos e atitudes sob a perspectiva holística do cuidar, considerando as dimensões que caracterizam qualquer ser humano. O controle e alívio dos sintomas, responsáveis pela deterioração física, enquadra-se na perspectiva da dimensão física, podendo manifestar-se no idoso por uma fragilidade marcada. A par da dimensão física é imperativo considerar as dimensões psicológica, social e espiritual. Sendo esta, muitas vezes ignorada é talvez a que maior relevância tem no ocaso da vida. Ajudar a amar os "cabos" soltos, a pôr em ordem eventuais assuntos pendentes e, dar oportunidade de se despedir... é providenciar uma travessia e uma partida serenas, mitigando o impacto emocional inerente à fase final.

A tendência actual é "encurralar" os idosos em instituições que nem sempre comportam os recursos susceptíveis de responder à complexidade do sofrimento resultante da combinação dos factores físicos, psicológicos e existenciais inerentes à fase final da vida. Distraídos e movidos pela pressa e agitação da vida, viramos costas a questões fundamentais como é a de cuidar dos idosos, na verdade eles são nossos... acolhê-los é também uma expressão de respeito à vida e à humanidade. Cuidar deles, com a sua história, as suas vivências, suas dores e suas alegrias, ouvir a sua voz e compreender as suas angústias é dar-lhe alívio, conforto e qualidade de vida até ao último momento. E, para que tal se torne uma realidade, é relevante que individualmente e socialmente estejamos conscientes da importância dos cuidados paliativos, enquadrando-os no sistema de saúde sob a égide de intervenção prioritária. Sendo que a sua implementação congrega, além da família, profissionais de saúde com formação e treino diferenciados, voluntários preparados e dedicados e a própria comunidade. ☘



Élia Afonso

Licenciada em Enfermagem
pela Escola Superior de Saúde
Dr. Lopes Dias, Castelo Branco.

Aluna do 1º Curso de Pós-Graduação
em Cuidados Paliativos 2005/2006 da

Escola Superior de Saúde

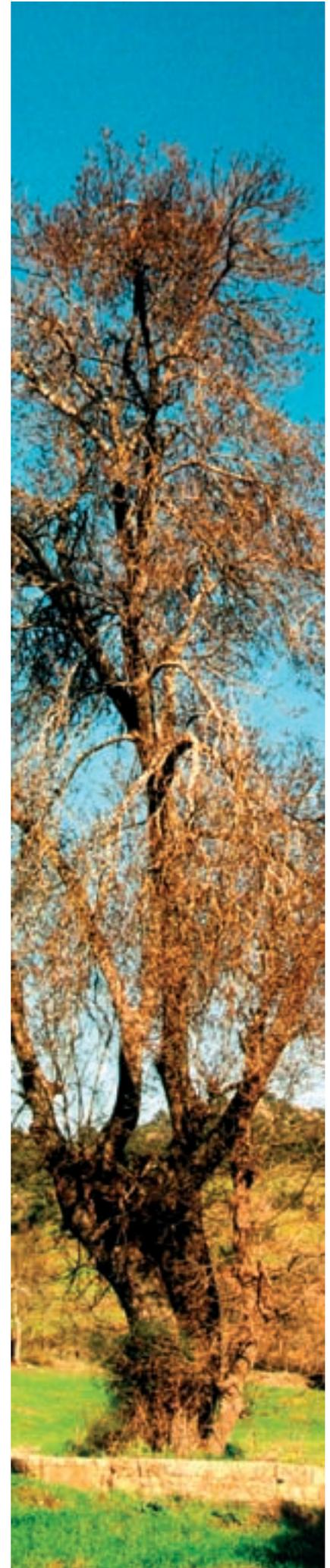
Dr. Lopes Dias.

A exercer funções de Enfermeira
Graduada no Serviço de Especialidades

I (Cardiologia e Dermatologia)
do Hospital Amato Lusitano

Bibliografia Consultada

1. TWYDCROSS, R. *Cuidados Paliativos*. Climepsi Editores. Lisboa, 2003.
2. GÓMEZ SANCHO, M et al. *Medicina Paliativa en la Cultura Latina*. Áran Ediciones. Madrid, 1999.
3. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA.
Disponível em: www.ine.pt
4. DECLARAÇÃO DA COREIA SOBRE CUIDADOS PALLIATIVOS MARÇO 2005. *Revista da Ordem dos médicos*. Setembro de 2005.
5. PROGRAMA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS.
Despacho Ministerial de 15-06-2004. disponível em: www.dgs.pt
6. MITTAG, O. *Assistência Práctica para Enfermos Terminales*. Editorial Herder. Barcelona, 2002.
7. NETO, I.G. et al. *A Dignidade e o Sentido da Vida – Uma Reflexão sobre a Nossa Existência*. Editora Pergaminho. Cascais, 2004.



A palavra aos próprios

MARIA DE JESUS
83 anos, Almaceda

VIVER: Para si, o que é ser velho?

Maria de Jesus: É triste. Já não se importam com a *gente*... nem os filhos! Nós também nos tornamos aborrecidos.

E se voltasse aos seus 40 anos?

Não, não gostava de voltar aos 40 anos. Para quê? Já sofri muito.

trabalhar no campo e pronto. A minha vida foi no campo e tratar da vida de casa.

Se lhe pedissem para ensinar algo o que é que ensinava?

Sei lá o que é que eu ensinava! Eu não sei. Olhe, eu não sei nada disto. Não sei o que é que havia de ensinar. Isto já está tudo mudado, já não é como dantes, como antigamente. Agora já está tudo mais que mudado e já há aí muitos, muita malta que eu não co-

Se lhe pedissem para ensinar algo o que é que ensinava?

A *gente* com a idade e com a experiência que tem ensinaria de tudo. A trabalhar, a poupar o dinheiro. Antigamente, primeiro juntávamos o dinheirinho para comprar aquela mobília... para comprar um fato... ou uma coisa qualquer! E nunca ficávamos a dever nada! É uma coisa linda a *gente* ter o que é nosso. (...) Os jovens têm que acreditar que sem Deus não se faz nada. Porque quem es-

ADRACES



O que é que aprendeu na vida?

Aprendi muita coisa. Fazer renda e bainhas abertas. Coisas boas e coisa ruins.

Se lhe pedissem para ensinar algo o que é que ensinava?

Tudo o que eu soubesse. Se quisessem ainda ensinava a fazer renda. Fazer renda ajuda a passar o tempo e as mágoas.

MARIA NAZARÉ
78 anos, Ninho do Açor

VIVER: Para si, o que é ser velho?

Maria Nazaré: Eu ando... farto-me de trabalhar sem poder. A *gente* já anda *práqui* e *prálem*. É no campo, é em casa! Depois tenho os filhos *práqui* e *prálem*. Tenho uns filhos *pra* Setúbal, outros *pra* Lisboa, a *gente* assim!....

E se voltasse aos seus 40 anos?

Era bom era, que eu tivesse 40 anos! Parece que ainda era uma jovem. É assim a vida!

O que é que aprendeu na vida?

Aprendi a trabalhar. Andei toda a vida a

nheço. Já não querem hortas, não querem nada. *Em nós acabando* há-de acabar tudo, há-de ficar tudo estragado e cheio de mato. Isto está muito mau! Isto está pior do que a *gente* julga.

Como vai de amores?

Sempre nos *déramos* bem um com o outro. Sempre a *gente* se deu bem e nos entendemos bem um com o outro. É assim! Agora, casam-se hoje e descasam-se amanhã! Isto está mau, mas mau deveras.

JOÃO MANUEL ALVES RODRIGUES
70 anos, Aboboreira
(Santo André das Tojeiras)

VIVER: Para si, o que é ser velho?

João Manuel Alves Rodrigues: Ser velho é a coisa mais bonita que há neste mundo. A vida mais bonita é esta da terceira idade.

E se voltasse aos seus 40 anos?

A minha mulher disse que voltava, outra vez, a casar comigo. Eu casava com a minha mulher e com mais alguma (risos).

tá ligado a Deus, de uma forma ou doutra, é sempre ajudado. Mas sem fanatismos.

Ao longo da sua vida, já tinha sido velho alguma vez?

A *gente* começa a ser velho desde os cinquenta. Começa a ver que naqueles que vêm atrás... vemos neles, que não têm a experiência que a *gente* já tem com cinquenta, então, a partir dos cinquenta, a *gente* já começa a notar que começa a ser velho.

ANGELINA MARQUES RODRIGUES
69 anos, Aboboreira
(Santo André das Tojeiras)

Revista VIVER: Para si, o que é ser velho?

Angelina Marques Rodrigues: A *gente* já se considera um bocadinho velho. Eu não vou nada contra a palavra velha. Eu acho que é maravilhoso a *gente* chegar a esta idade e, sobretudo, depois de ter passado o que nós passámos.

Foi uma vida realmente dura... muito dura, lá na África, nos tempos de guerra. E de-

pois em Espanha, a emigração, toda a gente pensa que se vai ganhar dinheiro, mas não! Sofre-se muito e ninguém nos quer pelos nossos lindos olhos. Querem-nos pela nossa lealdade, pelo nosso trabalho...

Agora, sinto a velhice cair bem e como gosto muito do campo... fazer a nossa vidinha aqui, na horta.

Admiro muito a velhice, só é pena, realmente, os portugueses chegarem à velhice e serem tão desprezados... tão amargurados! Isso é que realmente faz muita pena. E estamos sempre com a esperança que vá havendo Centros de Dia e de Noite para acarinhar os velhinhos, já que os filhos agora não podem.

E se voltasse aos seus 40 anos?

Voltava a casar com meu marido, sem dúvida nenhuma. A gente sempre os dois juntinhos. Até peço a Deus que a gente se vá embora no

vida, era missionária. Ia ajudar todos aqueles que precisam de ajuda nos países desfavorecidos.

O que é que aprendeu na vida?

A experiência da vida. Havia dificuldades no princípio da vida e as pessoas de idade sabem dar mais valor ao que é hoje a vida.

Se lhe pedissem para ensinar algo o que é que ensinava?

Ensinava a ser voluntária. Os jovens, às vezes, não pensam bem no dia de amanhã. Ser voluntário é ajudar todos aqueles que precisam.

Ao longo da sua vida, já tinha sido velha alguma vez?

Ser velho/idoso é só a partir dos 80 anos, até aí não. Eu não me sinto idosa, ainda me

as na minha cabeça mais depressa do que ele. Ele até se admirava de como era possível eu as fazer mais depressa do que ele.

O que é que aprendeu na vida?

Trabalhei toda a vida, não sei fazer mais nada. Trabalhei no campo. Antigamente vivia-se com muita dificuldade. Eu cheguei a ganhar como os "homes" cinco escudos por dia, no campo, na azeitona, a fazer qualquer serviço, mas o principal foi na azeitona. Eu fazia todo o serviço do campo. Também aprendi a jogar cartas (risos).

Se lhe pedissem para ensinar algo o que é que ensinava?

Ensinava qualquer serviço do campo, tanto era lavar, como cavar, como limpar oliveiras, como roçar matos, enxertar, tudo!... Era o que eu sabia fazer. Infelizmente nunca

ADRACES



mesmo dia, porque é maravilhoso gostarmos de uma pessoa uma vida quase inteira, sentirmo-nos bem ao pé dela, estar cinco minutos sem a ver e ficar logo com saudades dela.

Se lhe pedissem para ensinar algo o que é que ensinava?

Peço que tenham amor a Deus. Sem fanatismos. Olhar para o seu próximo e ser muito humilde. E com isto consegue-se tudo na vida.

LEONOR ROSA

66 anos, Vale das Ramadas
(Santo André das Tojeiras)

VIVER: Para si, o que é ser velho?

Leonor Rosa: Ser velho é uma nova geração. A idade ainda traz coisas boas. Traz a disponibilização de ajudar as pessoas, aqueles que mais necessitam da gente, e traz-nos a reforma, que os novos não têm.

E se voltasse aos seus 40 anos?

Se eu voltasse aos meus 40 anos e tivesse uma vida disponível, não tivesse "encarregos" de

sinto capaz de ajudar os outros. Tenho um espírito jovem, não posso parar...

DOMINGOS MARTINS DA CONCEIÇÃO

84 anos, Foz do Cibrão
(Vila Velha de Ródão)

VIVER: Para si, o que é ser velho?

Domingos Martins da Conceição: Com falta de vista, com falta de pernas para andar, isto está tudo mau. Hoje, graças a Deus, dão a reforma à gente, há *prai* 20 anos que começaram a dar a reforma à gente.

E se voltasse aos seus 40 anos?

Quem me dera (risos). Eu não sei ler, infelizmente tive de andar no campo. Ainda hoje se pudesse aprendia a ler. Eu não tive vida *pra* isso, mesmo depois de criado, porque andava sempre na vida do campo. Eu tinha cabeça para isso.

Fui muito tempo encarregado ali de um senhor que havia no Gavião e fazíamos as "folhas", que é os dias da semana do trabalho e, enquanto o patrão fazia as contas, eu fazia-

me mandaram à escola, mandaram-me foi guardar cabras quando eu tinha seis anos. Compraram-me seis cabras para eu guardar no campo.

Ao longo da sua vida, já tinha sido velha alguma vez?

Agora é que sou. Eu já me considero velho há uns poucos de anos. Na minha idade já só tenho uns poucos de anos pela frente e é que a vida é pouca. Tinha cabeça para fazer tudo, menos ler. É que nunca me ensinaram, mas eu conheço os algarismos todos.

Como vai de amores?

Antigamente namorava-se... era ir para os bailes, a "bailhar" e ali, meu amigo, devagarinho falava-se em namoro (risos)..., baixinho para os outros não ouvirem. Havia muitos bailes antigamente. Havia bailes todos os domingos. Ali se namorava, ali se cantava, ali se "bailhava", era uma alegria. ☺



A Quinta dos Trevos

Centro Rural de artes e ofícios tradicionais

Era uma vez... um João e uma Maria, ou, se preferirmos, uma Maria e um João. Só eles saberão se a ordem de citação tem alguma importância. Se o nosso olhar não se engana, parece-nos que, a sua vida, de tão naturalmente partilhada, é, na realidade, uma vida só, e bem poderíamos chamá-los indiferentemente: Maria João ou João Maria.

OS PERCURSOS SINGULARES

A Maria, de seu nome completo Maria Celsa Hertero Rodriguez (simplesmente Celsi para quem com ela convive de perto), nasceu há 50 anos em Oviedo, capital das Astúrias. O pai era condutor de locomotivas por paixão e a mãe uma mulher de muitas artes e saberes tradicionais.

Educada num colégio de freiras, aí faz a sua educação/escolarização até obter um primeiro diploma de secretariado, o que lhe permite iniciar-se no mundo do trabalho. Aos 21 anos, em 1976, vai para Barcelona, como trabalhadora estudante, onde permanece por seis anos (1982) até à licenciatura em Geografia e História. Concluídos os estudos, parte para viver em algumas comunidades ARCA (1) recém-criadas, em diferentes lugares do norte de Espanha, acabando por juntar-se a um pequeno grupo de companheiros para as recuperar um velho mosteiro em ruínas e aí fundar a sua própria comunidade, no lugar de El Soto-Iruz, na Cantábria espanhola.

Por alturas de 1985, após a recuperação parcial das ruínas, quando já existiam algumas condições para poderem receber, abrem o acolhimento a novos membros e, pouco depois, aparece o João. Irão permanecer nessa comunidade durante dois anos aproximadamente, período do enamoramento que resulta em casamento no ano de 1989, em Oviedo, iniciando então o percurso comum que os trouxe até ao Ladoeiro e à nova comunidade familiar de vida na QUINTA DOS TREVOS, tendo por referência o essencial dos princípios da filosofia de vida da ARCA.

O João, de apelido Ludgero, nasceu em Abrantes no mês de Dezembro do ano de 1958, portanto, há 47 anos. Era filho de um funcionário da CP. E de uma regente escolar. Aí fez a sua escolaridade obrigatória

e tirou um curso de desenhador da construção civil. Aos 21, vai a França (1979) para conhecer as Comunidades da ARCA de que tinha tido conhecimento através de um jornal.

Permanece na Comunidade-Mãe de Borie Noble durante duas semanas e regressa a Portugal para, em contacto com os representantes do movimento no nosso País, preparar o seu ingresso numa comunidade do Movimento situada perto de Rodez, à qual regressa, nela permanecendo durante dois anos até 1982.

Constatando a importância de ter um ofício para poder ser mais útil à Comunidade, volta a Portugal para aprender um, no caso, o de marceneiro. Para isso, frequenta durante um ano uma escola do Porto.

Terminado o curso, passa dois anos em estágios profissionais em várias empresas de marcenaria na zona de Azeitão e Palmela e apoia, durante mais de um ano, a Cooperativa “Mais além” na recuperação do próprio património.

Com o ofício aprendido, coisa importante no seio das comunidades (até para arranjar companheira), em 1985, vai para Espanha e dirige-se para a Comunidade de El Soto-Iruz onde encontra a Maria Celsa por quem se apaixona e com quem casa, em Oviedo, aos 30 anos de idade.

Após o casamento decidem instalar-se em Portugal e vêm viver para Vila Moreira – Azeitão.

O PERCURSO COMUM: DA IDEIA AO PROJECTO

Nos primeiros tempos em Vila Moreira de Azeitão, o João trabalhou para vários patrões como marceneiro e, sobretudo, com um mestre artesão que muito admira, o senhor Sebastião Fortuna. A “Celsi”... fazia velas decorativas e preparava-se para dar à luz o Pedro, o





primeiro filho do casal. Na opinião dos dois, foram tempos difíceis e felizes!

“Das nossas experiências comunitárias, tínhamos trazido e guardado convicções e valores espirituais (não religiosos) determinantes da nossa maneira de ser e, entre outras coisas, guardávamos sempre presente a viva noção de que, tendo determinado um sentido para a vida, a harmonia entre o que se vive e o que se deseja, é sempre possível e compensadora das momentâneas privações”, revelam. Por falecimento do pai do João, herdaram uma pequena importância, cerca de 4000 contos, que veio reacender um sonho antigo: ter um espaço seu, em meio rural limpo, com boas acessibilidades e comunicações, onde a paisagem e a natureza fossem um convite à permanente busca da sua superação espiritual e creativa. Um espaço para pôr em prática os seus conhecimentos, vivendo decentemente do seu próprio trabalho, e que permitisse edu-

car os filhos num contexto, o mais próximo possível, do de uma plena comunidade familiar de vida.

Aí iniciou-se a marcha para a melhor definição da sua utopia. O grande desafio era o de provar a si próprios serem capazes de conceber e realizar um projecto que lhes permitisse, na paz da sua comunhão com a terra escolhida, desenvolver actividades artesanais úteis à economia e cultura locais, e suficientes para delas viver decentemente nesse meio rural.

O grande desafio, possivelmente assumido de forma natural e até pouco consciente, era e é, assim o pressentimos, poder dar visibilidade e força a um dos princípios nucleares do pensamento de Lanza del Vašto: “É do SER que decorre a maneira de fazer”. Para eles, é determinante a necessidade de FAZER... para poderem, pela maneira como fazem, dar aos outros a absoluta transparência do seu SER.

Estas são as razões e motivações pressentidas para a total entre-

ga ao seu projecto, que veio a situar-se no Ladoeiro, mas que poderia ter sido noutra qualquer lugar, onde a terra não fosse objecto de valorização especulativa e reunisse condições e potenciais idênticos.

UMA FELIZ CONJUGAÇÃO DE VONTADES

Com os poucos recursos disponíveis, lançaram-se à concretização da “utopia”. Compraram 2,5 hectares de terra limpa (hoje alargada com mais quatro hectares) e deitaram as próprias mãos à obra para construir a sua casa. Com a casa construída, seguiram-se todas as outras coisas: limpeza de terreno, abertura de caminhos, vedações, construção da primeira oficina, e por aí fora ao longo de 14 anos sem parar de FAZER à sua maneira!

No início, houve que procurar um emprego para não “rapar os fundos à caixa” e poder continuar a adquirir os mate-



riais necessários ao avanço das obras e a alimentar-se a si próprios, ao Pedro e à recém-nascida Catarina.

Está-se em 1992 e a “Celsi”, o João e o Pedro estão na “Quinta dos Trevos” há dois anos. A Catarina é a primeira natural da “terra desejada e alcançada” e já começa a caminhar.

A coragem e determinação é a mesma do início, mas o ritmo de concretização é demasiado lento. É necessário encontrar quem compreenda a utilidade do projecto e acredite na capacidade e competência dos seus protagonistas. É necessário que o merecimento de apoio seja reconhecido!

Está-se no ano de lançamento de um novo Programa Europeu de Apoio ao Desenvolvimento rural. Um programa para apoiar a ligação entre acções de desenvolvimento rural, denominado LEADER. Através de um jornal regional, o João toma conhecimento do programa e da entidade ADRACES, como gestora local do mesmo, a quem con-

tacta de imediato. Sucede-se a primeira visita da equipa responsável da ADRACES, a primeira troca de informações, o primeiro pedido de apoio e o primeiro e decisivo acto de reconhecimento do merecimento do apoio solicitado.

Inicia-se assim um longo e proveitoso processo de cooperação, em que cada uma das entidades, ADRACES e o Centro de Ofícios Tradicionais da “Quinta dos Trevos”, correspondendo mutuamente ao que vai sendo programado e decidido, consolidam a obra feita e potencializam cada vez mais a realização do sonho inicial.

É um processo em que a ADRACES não se limita a ser um simples intermediário da co-financição LEADER, antes assumindo gratuitamente um papel muito mais abrangente de assistência técnica e comercial ao projecto, apoiando e promovendo viagens de estudo ao estrangeiro, participação em feiras e exposições para promoção dos produtos, sem

esquecer os aspectos da necessária formação.

Se: “é do SER que decorre a maneira de fazer” então...

- Toda a inovação depende daquilo que se é...!
- Toda a inovação depende mais da maneira como se faz, do que daquilo que se faz.

Fomos à Quinta dos Trevos, para conhecer, segundo o que nos tinham dito, um caso de pioneirismo e de inovação em meio rural. Ao chegar, tudo nos pareceu banal. Um quantas casas térreas, pequenas e, aparentemente, iguais a tantas outras, de telhados tradicionais e paredes brancas.

Recebidos pelo “JoãoCelsi” fomos, em jeito de visita guiada, conhecer as instalações.

- a oficina de carpintaria/marcenaria, onde decorre um curso de formação profissional frequentado por 8 jovens de ambos os sexos;
- a oficina do ferro, onde se recriam e produzem arte-

factos tradicionais em ferro, utilizados antigamente nas actividades e casas rurais, também nas urbanas de condição e estilo senhorial, dos candeeiros às dobradiças e fechaduras, passando por um sem fim de objectos utilitários e decorativos. A produção está a cargo de um artesão excepcionalmente criativo e dedicado, com a colaboração de um auxiliar praticante;

- a oficina da Celsi, casa destinada à tecelagem, com teares de diferentes procedências e características, destinados à confecção de diferentes artigos essencialmente em lã e linho.
- a sala de exposições e venda dos produtos confeccionados na quinta, acanhado espaço a pedir outras condições de exposição. Ali se encontram belíssimas peças decorativas em ferro, delicados “foulards” em lã e muitos outros objectos de singular bom gosto e qualidade.



Percorremos os espaços exteriores onde se plantaram árvores e se projectam novas instalações para novas actividades:

- a nova sala de exposição e loja;
- a casa da forja;
- o espaço para exposições itinerantes de outros artesãos e artistas convidados;
- a futura casa da “cera” onde se desenvolverá a produção de produtos com utilidades diversas e “cheiros” bem campestres a partir da cera como matéria prima;
- o espaço do futuro museu dos ofícios tradicionais;

Instalações e actividades a inaugurar e a iniciar durante a “Festa da Primavera” a decorrer durante este mês de Maio, que constituirá o primeiro grande evento promocional dos produtos e serviços da “Quinta dos Trevos”. A primeira festa-convívio para partilhar a alegria de uma etapa vencida de esperança renovada no sucesso do que falta percorrer até ao fim da vida destes pioneiros e dos seus continuadores. No fim da visita às instalações

continuávamos a perguntar-nos: mas onde está a inovação, o pioneirismo?

A resposta ainda não nos aparecia óbvia e objectivamente identificável. Aí, deixámos de lado os “TÊRES” e sentámo-nos com os “CelsiJoão”, partindo então para uma “visitação” aos seus “SERES”...

Duas horas depois, tivemos a impressão de começar a antever onde se encontrava aquilo que tínhamos ido procurar.

Pareceu-nos perceber que estes eram personagens concretas de práticas exemplares de desenvolvimento local em meio rural. Não se limitam a fazer e a ensinar a fazer coisas materiais. Fazendo pela entrega e doçura com que o fazem, sem que disso talvez se apercebam, educam e mostram pistas para a possibilidade de construir um tipo de relações mais fraternais e solidárias entre os Homens. Com modéstia e sem ostentação, mas também com sobressaltos e incertezas, provam que é possível transformar um es-

paço rural, um pedaço de terra nem sequer muito fértil, num lugar para viver com decência e em harmonia com a natureza.

Este caso vem mais uma vez demonstrar-nos que A GRANDE INOVAÇÃO em desenvolvimento local acontece quando os investimentos feitos não servem apenas para fazer coisas materiais de fácil identificação e visibilidade; mas sim, e essencialmente, quando esses investimentos podem também consolidar ou promover as riquezas espirituais, éticas, culturais, técnicas e científicas dos protagonistas dos projectos. E estes têm a percepção do valor desse tipo de apoio e são receptivos a participar do processo de mudança. Se a curiosidade vos aguçar a vontade de conhecer este lugar, esta família e esta experiência, não hesitem. Dizem-no eles... sereis sempre bem-vindos.

Para facilitar a descoberta da sua localização, aqui vos deixamos algumas indicações úteis. ☘

Camilo Mortágua

“Quinta dos Trevos”

Centro Rural de Artes e Ofícios Tradicionais.
Bateria 500 – Caixa postal 502
6060-259 Ladoeiro
Idanha a Nova – Portugal
Telef./Fax. 277927435
Email: trevos.oficios@sapo.pt

*Da Sicília ao Ladoeiro,
passando pela Índia,
França e Itália...
as ideias voaram,
“sem machado capaz
de lhes cortar a raiz...”*

ADRIANO RANGEL



Nasceu em San Vito dei Norman, Sicília, a 29 de Setembro de 1901
Morreu em Murcia, Espanha, a 5 de Janeiro de 1981.

Depois de se doutorar em Filosofia pela Universidade de Pisa, Lanza continua a procurar e a procurar-se. “A verdade”, diz ele, “não é uma qualquer combinação verbal e mental. Ela está no denso silêncio interior, ela está na conformidade do interior com o exterior”. Viveu em muitas cidades e praticou diversos ofícios, negligenciando o ganho e recusando sempre fixar-se. Em 1936, partiu para a Índia com o objectivo de interrogar Gandhi sobre a doutrina da não-violência. Aí aprendeu que a não-violência é “uma maneira de SER da qual resulta uma maneira de FAZER”.

Regressa à Europa e tenta fixar-se em França, mas sente-se impotente para comunicar a sua mensagem num período de preparação para a guerra.

Após uma curta estadia na Terra Santa regressa a França, onde começa a organizar uma comunidade de homens e mulheres vivendo do seu trabalho manual, “aquele que permite não abusar de ninguém e, ao mesmo tempo, escapar à servidão”.

No Inverno de 39/40, são criadas em Paris duas oficinas, uma de cinzeladores, outra de tecedeiras, enquanto nos arredores era cultivada uma pequena parcela de terra.

Após muitas tentativas e esforços, o ano de 1964 vê enfim nascer a primeira comunidade ARCA, situada em Borie Noble, sobre um monte rochoso do maciço das Cévennes, no departamento de Hérault, no sul da França.

“Precisamos de entrar todos na ARCA, como Noé, para atravessar as águas tumultuosas do século”, afirmava Lanza del Vasto.

Nesta comunidade, (pioneira e inspiradora de muitas outras espalhadas por diversos países da Europa e da América do Sul e Canadá), onde nos anos 60/70 vivia uma centena de pessoas, solteiros(as) e casais com crianças, trabalhava-se a terra, tecia-se e confeccionavam-se as roupas, fabricavam-se os seus móveis, educavam-se os filhos, praticando a não-violência aplicada a todos os planos da vida.

É, muito provavelmente, deste tempo e deste lugar, deste modo de viver e estar, desta forma de “estar no mundo” sem ser “do mundo”, desta nascente de ideias profundamente sentidas e praticadas, que brotam a inspiração e a motivação para tudo o que nos parece ser novo e pioneiro na experiência do João e da Celsi na sua “Quinta dos Trevos”. ❀

Lanza del Vasto – Poeta e filósofo francês e o movimento ARCA

Da necessidade de criar efeito de rede

Uma das características mais vincadas dos designados territórios de baixa densidade é a que assenta na fragilidade das suas estruturas de produção, baseadas em sectores tradicionais com dificuldades de reestruturação e de modernização. A essa situação encontra-se frequentemente associado um universo empresarial esmagadoramente constituído por PME's (mais "P" do que "M", como costuma referir-se!).

Neste contexto, uma das questões que mais se tem discutido prende-se com a relação entre o comportamento inovador e a dimensão empresarial – debate que, diga-se, desde já, se tem mantido há décadas sem conclusões definitivas.

Parece, todavia, existir consenso sobre o facto de a dimensão empresarial não constituir variável essencial no respeitante à capacidade de inovação, mas só em contextos dinâmicos de mercado, com um bom suporte de serviços de apoio à actividade empresarial e onde existam canais de transferência de informação e de conhecimento bem oleados. Isto é, a dimensão é apenas um factor a juntar a muitos outros quando se analisa o comportamento inovador das empresas, como sejam factores intra-empresariais (capacidade de decisão, estilo de gestão, qualificação da mão-de-obra, ...) e factores extra-empresariais (acesso a financiamento, existência de mercados, qualidade do sistema educativo e formativo, vizinhança dos centros de investigação...).

Ora, este último conjunto de condições de natureza territorial remete para a noção de economias externas de aglomeração que tem, claramente, uma vincada faceta urbano-metropolitana. Assim, para os territórios periféricos de baixa densidade parece verdadeiramente estratégico, a este nível, criar proximidade entre as empresas e entre estas e a esfera institucional, promover e melhorar os canais de comunicação, fomentar os laços de conhecimento e cooperação entre os actores, ou seja, criar *efeito de rede*!

Implícita está a ideia de que, sob o ponto de vista da renovação competitiva das empresas nestes territórios mais periféricos, é forçoso, desde logo, actuar pelo lado da densificação e qualificação da oferta de serviços de apoio à actividade empresarial, sobretudo nas vertentes da valorização dos recursos humanos, da provisão de informação estratégica e da prestação de serviços tecnológicos ajustáveis ao perfil de procura das PME's locais.

Num mundo em que a grande arma de afirmação competitiva é o acesso a informação estratégica e a conhecimento especializado de natureza científica-tecnológica, importa perceber, também, que, mais do que a pequena dimensão das empresas, verdadeiramente crítico é o seu isolamento – o chamado

síndrome da solidão – que, infelizmente é um dos traços negativos que mais tipifica o tecido empresarial das nossas regiões periféricas.

Este é, claramente, e em primeira instância, um desafio para as empresas, mas deve, também, compaginar um eixo estratégico de intervenção para o leque de actores locais e regionais da esfera institucional, como as autarquias, as ADLs, as associações empresariais, as instituições dos sistemas de ensino e de formação, os centros tecnológicos, etc. Este conjunto de activos territoriais deve, com todas as limitações que possa ter, constituir um dos factores chave de introdução de novas competências que favoreçam o sucesso da conversão tecno-organizacional das empresas destes espaços periféricos.

As empresas precisam, urgentemente, de *dar um salto* qualitativo, assumindo os desafios inerentes à globalização e à sociedade do conhecimento. É fundamental que se repositionem competitivamente, inserindo-se em redes de cooperação sectoriais e institucionais a diferentes escalas (locais, nacionais, internacionais) que lhes possibilitem garantir recursos complementares e aceder em tempo útil a informação empresarialmente relevante. As ligações em rede permitem, entre outros aspectos, transferir recursos a que localmente as empresas, doutro modo, não teriam acesso. Sobretudo, e este é um dos factores que nos parece mais crítico, é imperioso abrir as empresas aos mercados extra-regionais, dotando-as da capacidade de desenvolver produtos e serviços exportáveis, conjugando virtuosamente o saber-fazer com o saber-vender – é penoso continuar a verificar que muitas empresas, de facto, não vendem os seus produtos, estes são-lhes comprados, ficando, por isso, nas mãos de terceiros uma parte não negligenciável do potencial valor acrescentado da produção.

Parece-nos, pois, voltando ao nosso argumento fundamental, que é verdadeiramente estratégico conseguir implementar nos territórios periféricos de baixa densidade uma abordagem que aposte no reforço dos mecanismos de *networking* entre o universo de actores locais e regionais, criando um contexto social que promova mais e melhor empresarialidade, bem como proximidades organizacionais capacitadoras do potencial de inovação.

Trilhar trajectórias sustentáveis de desenvolvimento local significa, a este título, criar, como já sublinhámos, mais *efeito de rede* indutor de iniciativas mais centradas no aproveitamento dos recursos endógenos através do fomento de micro e meso-iniciativas empresariais de base local, mas abertas ao mundo, e com capacidade de renovação dos factores de afirmação competitiva. ☼



Domingos Santos

Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente Gestão do Território, pela Universidade de Aveiro. Docente da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Autor de vários trabalhos e comunicações de natureza técnica e científica na área da Inovação e do Desenvolvimento Territorial

Ganhar estatuto partilhando ideias

Entre as mulheres...

ADRACES



Levar as mulheres a participar no desenvolvimento local foi o mote para a criação de um grupo interessante de senhoras, em Penamacor. Uma ideia que tinha por objectivo, sobretudo, que a mulher, envolta no mundo rural, tivesse uma perspetiva de vida diferente, evitasse o isolamento e contribuisse com ideias e experiências para uma evolução vivencial.

Uma concepção que se enquadrou perfeitamente no âmbito da iniciativa comunitária EQUAL – “de igual para igual”. O objectivo primordial desta iniciativa era promover acções imateriais que levassem à participação activa da comunidade. Foi neste âmbito que apareceu este grupo em Penamacor, promovido pela Adraces, para levar, sobretudo, mulheres e jovens a uma intervenção mais activa no desenvolvimento local e até pessoal.

‘Tertúlia’ foi o nome encontrado para o grupo que foi crescendo, criando raízes e cimentando ideias. “Da reflexão partir ... para a solução atingir” foi a frase que marcou o início das reuniões, num fórum de partilha e reflexão, que pegou, ainda no lema da Adraces que diz “Um não sabe nada... todos sabemos tudo”. E as reflexões foram surgindo e dando lugar à concretização. E foi assim que se pensou na elaboração de um livro de recolha gastronómica. Um projecto bonito e que está a ser ultimado. Uma experiência prática que Sandra Vicente, do Pólo Raiano da Adraces, e Clarisse Alves, nutricionista, desenvolveram e que está no prelo, para ser lançado ainda este ano.

Este será o projecto que maior visibilidade pode dar a esta “Tertúlia”. Mas, há mais do que isso. Muito mais. A determinada altura considerou-se que se estava a cair nalguma estagnação. Era necessário dar um passo em frente. O projecto do livro estava concretizado, havia que partir para outros caminhos. É assim que surge a criação do grupo de voluntariado que, neste momento, se assume como “a jóia da coroa” de todo o trabalho.

Desenvolveram-se palestras, programaram-se cursos, realizaram-se workshops e outras iniciativas e promoveu-se uma feira. “Do fundo do baú” saíram as mais diversas relíquias que foram colocadas à venda e cuja receita reverteu para uma instituição de solidariedade.

De dois em dois meses, em Penamacor, a ‘Tertúlia’ reúne-se, discute ideias, debruça-se sobre temas. Mulheres dos mais diversos sectores, de diferentes idades e extractos sociais. Nada importa. De resto a heterogeneidade do grupo será o seu maior trunfo. Como o referem algumas das senhoras que pertencem ao grupo e que aqui deixam o seu testemunho.

Participantes realçam voluntariado



Júlia Cruz é uma presença constante desde o início do grupo. Para ela, este é um trabalho muito positivo. Uma ideia comprovada, como frisa, pela adesão, que tem vindo a crescer e sobretudo de gente jovem. “Isto é sinal que as coisas estão a interessar as pessoas e o boca-a-boca tem-se espalhado e levado mais elementos para o grupo”, diz. Uma referência para destacar a ideia de que o objectivo de levar as mulheres do concelho a participar na vida comunitária está a ser cumprido.

O voluntariado que está a ser desenvolvido pelo grupo é o projecto que Júlia Cruz mais acarinha. “Tenho muita fé que esta iniciativa vá em frente e se prolongue pelos anos”, reitera, acrescentando que “é interessante ver os mais novos disponibilizarem-se para dar algo de si aos outros”. Uma entrega que tem retorno, porque, depois, quem se dedica ao voluntariado também tem muito a receber.

A criação deste grupo representa, para Ilda Lopes, uma viragem na vida de muitas mulheres do concelho de Penamacor. Esta participante da “Tertúlia” con-

sidera de extrema importância o passo dado com a sua criação. “Porque acaba por juntar várias mulheres com tipos de formação diferente”, diz.

E isto, segundo ela, só vem enriquecer cada uma das participantes, pela troca de experiências que proporciona. Por outro lado, reitera, “este é um espaço onde as pessoas se sentem úteis”. O que é fundamental para elevar a auto-estima de todas.

Igualmente, Ilda Lopes destaca a questão do voluntariado “uma ideia brilhante e que vem dar um sentido mais profundo a este grupo”.

Ilda Guedelha é outra das participantes que já não dispensa a presença nas iniciativas da ‘Tertúlia’. “É um trabalho formidável e está a dar muito resultado”, diz.

A ideia, segundo ela, é que fosse havendo renovação, para que o grupo se vá mantendo. “Também nós, que lá estamos, é que devemos ir fazendo mais e melhor”, acrescenta. E não deixa de elogiar o trabalho de Sandra Vicente, que “é muito activa, tem muita garra e é cheia de ideias”, termina. ☼



ADRACES – 14 anos fazendo e aprendendo a fazer

Das origens ao futuro...

Constituída pelas autarquias de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, a ADRACES foi criada em 1992, num contexto em que a necessidade de valorizar e implementar novas formas de intervenção ao nível das comunidades locais era um imperativo do desenvolvimento sustentável. Partindo desta premissa, foi desde logo vocacionada para protagonizar acções inovadoras e com dimensões que transcendessem o estritamente económico e a exclusiva gestão de programas ou iniciativas reductoramente sectorializadas, pelo que sempre conciliou, de forma complementar e em articulação com a estratégia global de desenvolvimento definida pa-

de e articulação com as instituições e iniciativas comunitárias e nacionais, têm contribuído para catalizar dinâmicas decisivas de desenvolvimento local/regional. Esta estratégia tem sido desenvolvida através da consolidação de uma rede regional de competências, constituída por uma equipa multidisciplinar de Agentes de Desenvolvimento Local, que promovem um forte trabalho de extensão e são elementos de dinamização e animação das populações rurais. O apoio aos empresários de micro e pequenas empresas, associações locais, artesãos e instituições é também um forte elemento da estratégia de intervenção da ADRACES, bem como o desenvolvimento de pro-

ADRACES



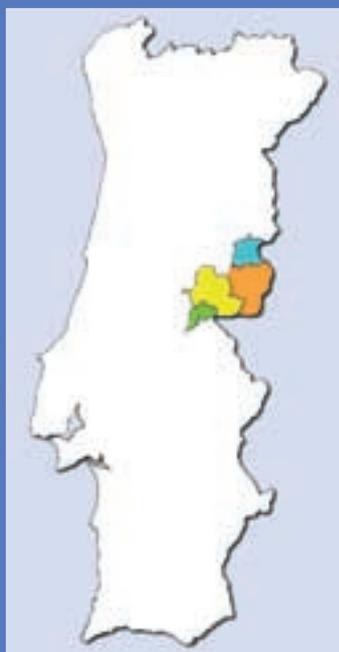
ra a região, os diversos instrumentos financeiros, de que se salientam iniciativas como o LEADER - Ligação entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural, nas suas diversas gerações de implementação, ADAPT - Adaptação da Mão-de-Obra às Mutações Industriais, Escolas-Oficinas (IEFP), Centros Rurais, POEFDS, EQUAL - "de igual para igual", entre outros ..., através dos quais continua a promover acções prioritariamente imateriais e indutoras da modificação de mentalidades e comportamentos.

Implementa e dinamiza as cooperações necessárias e facilitadoras de convergências e solidariedades locais, nacionais e internacionais que, em complementarida-

jectos de cariz didáctico com escolas e universidades, a implementação de um forte quadro de cooperação local, nacional e transnacional e, a formação profissional, através da qual tem vindo a promover medidas inovadoras e preventivas de formação, tanto ao nível da especialização de mão-de-obra, como da formação de activos e desempregados.

OS NOSSOS DESAFIOS DO PRESENTE, JÁ FUTURO...

Face ao ambiente global e globalizante que vivemos, e que carrega consigo novos desafios e oportunidades,



conjugar harmoniosamente o facto de sermos cidadãos globais, com o direito à manutenção das nossas raízes e identidades culturais e, encontrar novos equilíbrios entre o social, o político e o económico, tem que ser uma prioridade. Uma das fortes apostas da ADRACES para o território é a promoção e valorização das produções locais de excelência, apoiando através do LEADER projectos-piloto que promovem a coabitação harmoniosa entre pessoas, actividades, produtos, património, ambiente e comunidades, bem como a constituição e consolidação de redes de competências territoriais, regionais, nacionais e transnacionais, capazes de promover estratégias que respondam aos desafios e problemáticas emergentes, pois consideramos que ambas constituem condições centrais para o desenvolvimento sustentado do território.

A procura da consolidação da identidade regional, leva-nos a liderar um processo regional identificado através do projecto “Ex-Libris” – Requalificar/Adaptar/Certificar o Bordado de Castelo Branco, assente numa parceria nacional através da Iniciativa EQUAL e, numa parceria de desenvolvimento local constituída por mais três entidades (Câmara de Castelo Branco; Instituto Politécnico e Museu de Francisco Tavares Proença Júnior), com o objectivo de deixar um legado à região que se consubstancie na reafirmação da nossa identidade colectiva, através da protecção e preservação de uma das nossas singularidades locais que é o Bordado de Castelo Branco.

A promoção de parcerias regionais e nacionais com entidades congéneres para que a região ganhe maior dimensão e competitividade, e para a definição de linhas estratégicas de acção potenciadoras do desenvolvimento das nossas zonas rurais é uma das nossas preocupações.

Integrar os Movimentos Europeus do pensamento estratégico sobre o desenvolvimento rural, a partir da APURE e GEIE (página 49), ancoradas na análise e apreciações objectivas das realidades locais e dos processos de reestruturação económica e social que as percorrem, é uma das nossas missões.

SÃO NOSSAS DETERMINAÇÕES...

Assegurar que a nossa diversidade territorial constitua fonte de enriquecimento numa parceria capaz de provocar a mudança necessária ao desenvolvimento sustentável do território.

Ampliar as solidariedades locais e a todos níveis, para a diversificação da base económica e sócio-cultural local, dando papel relevante à qualificação de pessoas, instituições e empresas, especialmente no que respeita a modelos comportamentais que têm que assentar no fomento de uma cultura mais empreendedora, activa e criativa.

Continuar o compromisso assumido de ser agente dinamizador e activo na construção de uma BIS competitiva e de excelência, através da continuada maximização de sinergias e equilíbrios institucionais e multissetoriais e da articulação de programas e acções integradas de desenvolvimento territorial. ☘



Seminário Internacional

“O envelhecimento das populações rurais e o desenvolvimento dos seus territórios”

(itinerário para a Universidade Rural Europeia de 28 Junho a 2 de Julho em Szolnok – Hungria)



Mais do que um tempo e lugar para afirmar conhecimentos, pretende-se que este seminário seja uma oportunidade para troca de experiências vividas em diferentes países e regiões da Europa, estimulantes da necessária reflexão e busca de soluções inovadoras, que permitam transformar o envelhecimento das populações rurais em contributo positivo para o desenvolvimento dos seus territórios.

26 e 27 de Maio de 2006
Vila Velha de Ródão
Casa das Artes

PROGRAMA PROVISÓRIO

Iniciativa e organização: ADRACES
Parceria Internacional: APURE – Universidades Rurais Europeias

Dia 25 – Quinta-feira

19h00 - 20h30 Recepção na Estalagem “Portas de Ródão” aos intervenientes e participantes estrangeiros e nacionais.

Dia 26 – Sexta-feira

08h30 – 09h00 Entrega de documentação e registo dos participantes
09h15 – 09h30 Sessão de boas-vindas pela Presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão e pelo Presidente da ADRACES
09h30 – 09h45 Contextualização do Seminário pelo Director da ADRACES

09h45 – 10h45 Apresentação do Território
10h30 – 10h45 Pausa para café
10h45 – 11h45 Apresentação da Revista VIVER - Vidas e Veredas da Raia, com intervenções/comentários dos articulistas do Grande Tema
11h45 Inauguração de exposição fotográfica alusiva ao Grande Tema: “Velhos da Raia”
12h30 Almoço
15h00 – 18h00 Visitas pelo Território

Dia 27 – Sábado

09h00 Apresentação de uma experiência Francesa
09h30 Apresentação de uma experiência Italiana
10h00 Apresentação de uma experiência Andaluza
10h30 Pausa para café
11h00 – 12h30 Formação de 3 grupos de trabalho: primeiro tempo de discussão do tema: “Que fazer para transformar o envelhecimento das populações rurais em factor de desenvolvimento dos seus territórios”
12h30 – 14h30 Almoço
14h30 – 15h30 Segundo tempo de discussão do tema “Que fazer para transformar o envelhecimento das populações rurais em factor de desenvolvimento dos seus territórios”
15h30 – 16h30 “Intermezo” cultural (simultânea reunião dos relatores dos grupos de trabalho para redacção das sínteses a apresentar ao plenário)
16h30 – 17h30 Apresentação das sínteses ao plenário, seguida de debate
18h00 Sessão de Encerramento



Desenvolvimento Rural sem equívocos

ADRACES



A política agrícola comum evoluiu significativamente nos últimos anos, alterando profundamente a sua orientação. De um paradigma do aumento da produção, com vista à auto-suficiência da Europa, evoluiu-se para uma política aparentemente pluri-setorial, integrando para além das preocupações agrícolas, outras duas, o ambiente e o mundo rural na sua dimensão sócio-económica. Esta evolução é particularmente importante.

Tem sido notória a clivagem entre uma opinião pública dimensionada para uma vivência profundamente economicista na sua vertente mais “imediate”, a procura do lucro como um fim em si, qual desígnio inquestionável para sobrevivência económica, e a política agrícola europeia. Dirão alguns que o conjunto dos apoios vertidos no espaço rural, e em particular no sector agrícola, tem criado um espírito de subsidi dependência que, para além de dinheiros mal gastos, tem inibido a reconversão das áreas agrícolas e rurais e, pior ainda, tem impedido o desenvolvimento do espírito empreendedor dos empresários agrícolas ou agricultores como lhes queiram chamar. Naturalmente que ajustamentos terão quer ser feitos. Mas olhar para os apoios concedidos ao sector agrícola nesta óptica, cria naturalmente uma visão míope. É por isso que “a nova roupagem” da política de apoio às zonas rurais, o Desenvolvimento Rural, se assume tão importante, não só pelo conjunto de medidas de políticas que a caracterizam, mas porque torna mais perceptível a lógica dos apoios ao mundo rural. O FEADER, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural, é o novo instrumento financeiro de apoio ao desenvolvimento rural. O seu regulamento define as linhas mestras: quatro eixos, três temáticos, um relacionado com a competitividade, outro com o ambiente e a paisagem rural e um terceiro relativo à diversificação de actividades em meio rural, e um quarto, definido como obrigatório, relativo ao Leader, que define uma forma de governança da política de desenvolvimento rural.

Como referi, a organização dada à nova política de desenvolvimento rural torna-se mais coerente e por isso mesmo mais fácil de apreender por aqueles que estão fora destas questões. Precisamente para esses gostaria de enfatizar uma vertente particularmente importante da nova política rural. O terceiro eixo. O aparecimento deste eixo com a importância que lhe é dada, terá sido, por ventura, o elemento mais inovador que o novo período de programação nos traz: a aposta nas pessoas, na diversificação das actividades económicas, nos serviços de apoio e de proximidade, na promoção de acções preservadoras da memória e consequentemente da identidade cultural, no fundo, a compreensão de que os espaços rurais são acima de tudo espaços humanizados. Não se promove desenvolvimento económico sem desenvolvimento social. Não há espaço rural sem dimensão humana.

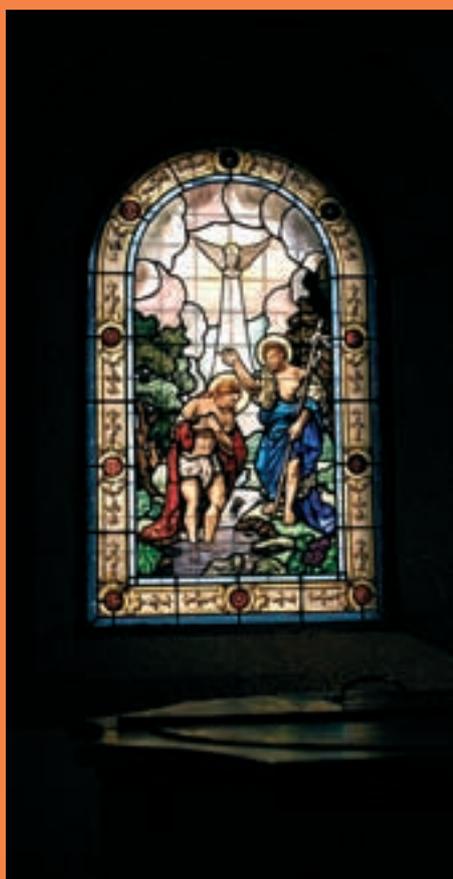
E é precisamente esta dimensão humana que foi arduamente trabalhada pelas associações que gerem o programa Leader. Para além da forma inovadora de olhar os territórios rurais, o programa Leader permitiu experimentar novas formas de governança, integrando inegáveis competências em meio rural. De tal maneira esta forma de governança foi eficaz, que a Comissão Europeia tornou obrigatório a introdução de uma fatia Leader nos futuros programas de desenvolvimento rural dos Estados-membros. Não haverá no próximo período de programação um programa Leader autónomo como hoje existe. Haverá, sim, a introdução da metodologia Leader no mainstream da política de desenvolvimento rural, ou seja, esta metodologia será “bebida” pelo futuro Programa Nacional de Desenvolvimento Rural. A integração da sociedade civil na gestão das políticas públicas, da forma como Leader o faz, criando verdadeiras e frutuosas parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, elas próprias parcerias de vários actores locais, representa igualmente um inegável avanço social e cultural que importa preservar. Estou naturalmente certo que as associações que desenvolverem no futuro a abordagem Leader, continuarão a preservar a forma inovadora de promover a Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural, enfim, a desenvolver verdadeiras políticas de Desenvolvimento Rural, sem equívocos. ☘

Rui Veríssimo Batista

Chefe de projecto do PIC LEADER+

Contributos da EQUAL para o desenvolvimento dos territórios

ADRACES



O texto que se segue é de autoria de Dr^a Ana Vale, Gestora do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL, do qual a ADRACES é Parceira de Execução territorial para os Projectos “EMPREENDER (p/ Desenvolver) e “Ex-Libris” – Requalificar/Adaptar e Certificar o Bordado de Castelo Branco.

A Iniciativa Comunitária EQUAL é um programa financiado pelo Fundo Social Europeu, no período de 2000-2006, que visa combater as discriminações no acesso e no mercado de trabalho, através do apoio a projectos inovadores e de carácter experimental.

A EQUAL encontra a sua razão de ser na constatação de que os sistemas de educação, emprego, formação dos Estados-membros da União Europeia vêm marginalizando um número crescente de pessoas, o que atesta a sua incapacidade de responder às necessidades não só de uma parte significativa dos grupos-alvo das suas intervenções, mas também das empresas e demais organizações empregadoras. Por outro lado, esta constatação ultrapassa a diversidade das realidades nacionais o que justificou a iniciativa da Comissão Europeia de propor um programa aplicável a todo o espaço da União Europeia.

A EQUAL é a terceira geração de programas de iniciativa comunitária do FSE e capitaliza as aprendizagens das duas gerações anteriores. Ao longo destas três gerações, o programa evoluiu em vários aspectos, nomeadamente, passando de um enfoque nos públicos-alvo para um enfoque nos territórios. Isto porque se considerou que a eficácia das intervenções estava directamente relacionada com a proximidade à realidade das pessoas e dos seus contextos e, que a sua eficiência dependia directamente da mobilização dos recursos locais.

A inovação que a EQUAL pretende promover assenta, fundamentalmente, na aplicação dos seus princípios: o trabalho em parceria, o *empowerment*, a igualdade de género, a cooperação transnacional, o envolvimento das empresas. Depois de experimentada e comprovada, pretende-se que a inovação produzida possa ser incorporada e disseminada em maior escala, melhorando globalmente a qualidade dos nossos sistemas e das nossas intervenções com vista a um mercado de trabalho mais inclusivo e igualitário.

A EQUAL desenvolve-se em duas fases: em 2001, tivemos a primeira ronda de projectos e, em 2004, a segunda. Ao desenvolvimento dos projectos foi associado um trabalho de reflexão, através das Redes Temáticas nacionais e dos Grupos Temáticos europeus que produziram documentos de síntese da reflexão realizada disponíveis na página da Internet da EQUAL nacional (www.equal.pt) e europeia (www.europa.int).

Gostaria de realçar algumas das conclusões das Redes Temáticas nacionais, feita com base na experimentação realizada pelos projectos da primeira fase, com particular relevância para a questão do desenvolvimento dos territórios e da contribuição dos recursos humanos, muitas vezes sub-valorizados e sub-aproveitados.

“...Para que uma verdadeira cultura empreendedora de base local se estruture e ganhe raízes nos territórios, que procuram adquirir uma maior competitividade, importa dinamizar processos de incentivo e de promoção da iniciativa local de forma alargada (diversos domínios da vida comunitária) e continuada (com persistência e numa perspectiva estrutural e não conjuntural). Devem ser impulsionadas novas dinâmicas nos territórios que associem criatividade, audácia, persistência e abertura de novos horizontes (abertura ao exterior) em torno de designios colectivos que assentem em potencialidades endógenas e também em áreas outras que a empresarial, tais como a acção cultural, as manifestações desportivas, as acções de associativismo local. Agir designadamente no universo da escola e dos sectores mais jovens da população, no campo das tecnologias e da inovação, nas infra-estruturas, nas condições administrativas e financeiras, na envolvente científica e cultural, nas empresas e nos negócios...”¹

A experiência desenvolvida pelos projectos permite, também, identificar as causas dos problemas de discriminação e desigualdade no acesso e no mercado de trabalho, avançar soluções para aperfeiçoar as respostas a estes problemas, definir as condições viabilizadoras dessas soluções, identificar estratégias de intervenção e

modelos organizativos. Valerá a pena citar uma das estratégias de intervenção propostas para o combate das discriminações no emprego pela Rede Temática – Percursos integrados de formação-inserção de públicos desfavorecidos: “Envolver *todos os domínios da políticas públicas* com relevância para o emprego e estimular o *envolvimento alargado dos agentes sociais* em estratégias de desenvolvimento de base territorial (desenvolvimento local) com base na percepção relativa à interdependência entre competitividade e coesão social em matéria de emprego e com base na percepção relativa à *diversidade* espacial e à *especificidade* local das possibilidades de acção (promoção do ‘diálogo social’ local, do envolvimento da sociedade civil, das autarquias locais, dos órgãos desconcentrados dos diferentes sectores, etc.);”²

A participação na EQUAL das organizações do 3º sector e a área de intervenção do programa consagrada à qualificação das organizações e dos profissionais deste sector, justificaram uma reflexão aprofundada e especificamente centrada sobre ele. Essa reflexão permitiu evidenciar a importância da incorporação de princípios como o do trabalho em parceria e o do *empowerment* podem ter na melhoria das intervenções das organizações deste sector. Na verdade, o trabalho em parceria “... tem sido fundamental para levar as organizações singulares a ultrapassarem os seus muros e superarem os seus ‘egoísmos institucionais’, tomando consciência da mais-valia do trabalho em rede, quer territorial quer sectorial, tanto para uma correcta detecção dos problemas como para a procura e a aplicação das respostas mais adequadas. Também a dimensão do ‘empowerment’ tem sido essencial para que as organizações interiorizem e apliquem no seu dia-a-dia uma verdadeira democracia, relativamente a parceiros, colaboradores, apoiantes e, sobretudo, beneficiários finais das intervenções; ... “. Conclui-se ainda, pela “... necessidade premente de uma ‘visão estratégica nas organizações, que terão de pensar em permanência num quadro de ‘plano territorial de actuação integrada’, concebido, negociado, desenvolvido e avaliado dentro de uma ‘rede territorial de actuação integrada’, constituída pelos mais diversos actores – representando o próprio sector e igualmente os sectores público e privado lucrativo...”³

Para além dos produtos realizados no contexto da EQUAL e que consubstanciam as soluções inovadoras experimentadas e validadas que estão disponíveis para uma disseminação e incorporação pelos diversos agentes no plano nacional⁴, a experiência adquirida e as competências desenvolvidas por organizações e agentes envolvidos nas Parceiras de Desenvolvimento que implementaram os projectos constituem um capital importante, sediado nos territórios que esperamos possa contribuir para o seu desenvolvimento. ☘

Ana Vale

Gestora da IC EQUAL

1 “Empreender por novos caminhos”, Coleção Disseminar, nº 2, Novembro, 2005.

2 Percursos integrados de formação-inserção de públicos desfavorecidos, Coleção Disseminar, nº 4, Janeiro, 2006.

3 Consolidação, visibilidade e reconhecimento – Para uma economia social organizada, eficaz e sustentável, Coleção Disseminar, nº 3, Novembro de 2005.

4 Ver Directório de Produtos EQUAL, acessível no endereço www.equal.pt

ADRACES



POEFDS – Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social

Integrado no Eixo I do PDR- Elevar o Nível de Qualificação dos Portugueses, Promover o Emprego e a Coesão Social, o Programa Operacional Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS), em conjunto com as Medidas Desconcentradas de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, representam um importante e decisivo apoio para o desenvolvimento das políticas activas de emprego no período de programação 2000-2006.

A concepção do programa centrada na Estratégia Europeia para o Emprego, desenvolveu-se em torno de três linhas estratégicas fundamentais que são a actuação preventiva dos fenómenos de desemprego potenciados pela escassa qualificação dos activos empregados, a actuação precoce de resposta aos problemas do desemprego, por forma a minimizar o risco de desemprego de longa duração e a actuação facilitadora da inserção social dos sectores expostos ao desemprego de longa duração.

A incorporação de novos e importantes objectivos transversais, dentro deste programa, designadamente ao nível da igualdade de oportunidades no acesso às diferentes medidas do programa e da sociedade de informação, através da priorização ao nível de formação de acções com componentes de sistema de informação procuram reforçar a intervenção do programa, assim como dar resposta aos importantes e decisivos desafios que se colocam na sociedade portuguesa, no âmbito das políticas de emprego, formação com uma forte contribuição na coesão social. ☘

APURE – Associação para as Universidades Rurais Europeias



A APURE (Associação para as Universidades Rurais Europeias) é uma Organização Não Governamental (ONG) que conta entre os seus membros, pessoas e organizações de quinze países europeus, dos quais dois são países de Leste, e ainda uma universidade americana. A APURE foi fundada em 1988 na cidade de Paris, com estatuto francês de associação sem fins lucrativos para contribuir ao desenvolvimento, (no quadro dos princípios definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e dos Cidadãos 1948), da rede de actores de desenvolvimento local, que se reúne em sessões bi-anuais chamadas “Universidades Rurais Europeias.” Promove a componente rural da União Europeia em construção, para que as populações e os territórios rurais participem nela de forma integrada, encontrando-se novas pontes de solidariedade no seio do mundo rural e entre cidades e territórios rurais.

A APURE foi constituída dentro do espírito da Educação Popular, aberta a todos, convivial e não formal, baseada no intercâmbio e troca de experiências para produzir e difundir novos conhecimentos ao serviço do reforço das competências sobre questões específicas do desenvolvimento do mundo rural.

“A Universidade Rural Europeia é a Faculdade que sai dos seus muros para viver o quotidiano da realidade rural. A Universidade Rural Europeia são os actores do desenvolvimento rural que se excluem do seu quotidiano para apreender através de instrumentos e métodos científicos. A Universidade Rural Europeia é a aposta no cruzamento de saberes fazer e de saberes experienciais, da reflexão e da acção.”

Como associação internacional a APURE faz parte do Comité Consultivo para o Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia (DG Agriculture, Développement Rural) no qual se faz representar, assiduamente, através do seu Presidente – Camilo Mortágua – e do Vice-Presidente – António Realinho.

É ainda membro activo do MER (Mouvement Européen de la Ruralité) e do RED (Ruralité-Environnement-Développement), organizações europeias que focam o Desenvolvimento Rural, assim como parceira de numerosas redes internacionais (ASTER, ECOVAST, LEADER, PRELUDE, REFAR, ...).

A APURE está presente em redes nacionais e internacionais de desenvolvimento local (CRESM, Marcovaldo e Fundação Fitzcarraldo na Itália; LOK na Dinamarca; ...). É ainda co-fundadora, dentro da rede PRELUDE, do Quadro Internacional “Desenvolvimento Sustentável” da UNESCO.

Neste momento, o Secretariado Permanente da APURE, assim como o Gabinete Financeiro, estão a cargo da ADRACES.

Para mais informações consulte o site www.ure-apure.org. ☘

ADRACES



GEIE – “Euro Consulting Group”

O GEIE é um Grupo Europeu de Interesse Económico, constituído pela ADRACES, ADRUSE e RAIÁ HISTÓRICA (Portugal); CO.G.A.L. Monte Poro – Consorzio Gruppo Azioni Locali (Itália); Development Agency of Iraklio (Grécia); Development Agency of Lassithi (Grécia); Group d’Action Locale Layon Samurois (França); Organización para el Desarrollo de Mezquin, Matarraña y Bajo Aragon (Espanha); Development Agency of Larnaca (Chipre). Foi legalmente constituído em 29 de Julho de 2005 e tem sede em Itália.

Tem por objectivos desenvolver a cooperação transnacional nas áreas técnica, comercial e financeira dentro e fora da UE, a partir dos objectos, objectivos e serviços prestados pelos seus membros. O GEIE pretende ainda facilitar e desenvolver a actividade económica dos seus membros, endereçando a sua acção para a sustentabilidade e promoção do desenvolvimento das áreas em que trabalham, implementando a sua actividade em coe-rência e estreita relação com os planos de desenvolvimento comunitário, regional e local. ☘

8.ª Universidade Rural Europeia para o Desenvolvimento Rural

“Diálogo Este/Oeste para o Futuro do Mundo Rural Europeu”

Quarta-feira, 28 de Junho de 2006

- Chegada prevista dos participantes e convidados estrangeiros a Budapeste.
- Jantar, espectáculo cultural, soirée de boas vindas em Mezötúr

Quinta-feira, 29 de Junho de 2006

09h30 – 12h30

- Abertura da Universidade Rural Europeia (Escola Superior de Mezötúr)
- Abertura da Sessão Plenária
István Tokár – Presidente do Concelho Geral
Dra. Éva Törzsök – Directora da Escola Superior de Szolnok
Camilo Mortágua – Presidente da APURE

Intervenções

Os Desafios para a Europa em matéria de Desenvolvimento Rural

Por um representante da União Europeia

O Futuro do Mundo Rural Húngaro na Europa

Ferenc Glatz (membro da Academia Húngara)

13h00

- Recepção dos Participantes na Câmara Municipal da cidade de Mezötúr
- Programas facultativos com visitas de terreno e/ou reuniões de trabalho em sala (workshops/ateliers) em função do assunto escolhido; contacto com as populações locais.
- **Workshop/Atelier n.º 1 Mezötúr-Szarvas-Kunhegyes: A energia de origem agrícola, fonte de energia alternativa, renovável e estratégica para o futuro do Desenvolvimento Rural**
- **Workshop/Atelier n.º 2 Mezötúr-Túrkeve-Karcag: Possibilidades de utilização de técnicas e tecnologias agrícolas respeitadoras do ambiente**

19h00

- Jantar em Kunhegyes

Sexta-feira, 30 de Junho de 2006

09h30 – 12h30

- Sessão Plenária da Universidade Rural Europeia no Edifício do Concelho Geral

Intervenções

Relatórios dos Itinerários organizados antes da URE

(Portugal, França, Itália e Polónia)

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Rural

Análise comparativa em França, Hungria e Polónia

13h00

- Recepção dos Participantes pelo Presidente do Concelho Geral
- Programas facultativos com visitas de terreno e/ou reuniões de trabalho em sala (workshops/ateliers) em função do assunto escolhido; contacto com as populações locais.
- **Workshop/Atelier n.º 3 Jászfényszaru-Jászapáti-Jászberény: A situação das Mulheres nas famílias em meio rural**
- **Workshop/Atelier n.º 4 Kunhegyes-Abádszalók-Poroszló: Valorização do Património, das Tradições e dos Valores nas Comunidades Rurais**

19h30

- Sessão na Casa de Folclore para todos os participante na URE com o Grupo de Música Tradicional de Jászság, de Jászberény.

Sábado, 1 de Julho de 2006

10h00 – 12h30

- Sessão Final da Universidade Rural Europeia no Edifício do Concelho Geral (Szolnok, Kossuth Lajos út 2)

Intervenções

As zonas rurais para os homens: a PAC e o desenvolvimento rural no contexto da Estratégia de Lisboa

Mariann Fischer-Boel (Comissária da União Europeia)

Relatórios dos Quatro Itinerários

Conclusões

Declaração da URE

12h30

- Conferência de Imprensa

13h00

- Recepção a cargo do Presidente do Concelho Geral

14h30

- Saída para Budapeste

16h30 – 23h00

- Visita à Cidade. Passeio em Bateau-Mouche no Danúbio
- Jantar no Barco
- Alojamento em Budapeste (a pagar no local pelos participantes)

Domingo, 2 de Julho de 2006

- Regresso dos Participantes aos seus Países de Origem

Para mais informações contactar:

Secretariado da APURE

Rua de Santana, 277

6030-230 Vila Velha de Ródão

tel.: 00351 272540200 / fax: 00351 272540209

e-mail: apure@adraces.pt

Para fazer inscrições directamente deve visitar o site:

www.ure-apure.org

Organização:

APURE – Associação para as Universidades Rurais Europeias

Associação dos Círculos de Juventude Rural e Agrícola da Região de Jász-Nagykun-Szolnok

Sociedade da Escola Popular da Região de Jász-Nagykun-Szolnok

Faculdade Agrícola de Mesötúr da Escola Superior de Szolnok

Europe Direct - Centro de Informação Europeia da Região

de Jász-Nagykun-Szolnok

Apoios:

Comissão Europeia

Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Hungria

Concelho Geral da Região de Jász-Nagykun-Szolnok

28

Junho

02

Julho

2006

Szolnok
Mesötúr

Hungria

Programa

Educando depois de Abril

ADRIANO RANGEL



Trinta e dois anos depois de Abril, estaremos individualmente mais capazes de compreender, assumir e exercer quotidianamente práticas democráticas de relacionamento suficientemente tolerantes para permitir a gestão e operacionalidade de projectos colectivos de interesse comum?

Individualmente considerados, todos, ou quase, nos afirmamos democratas convictos e praticantes. Logo que se trate de juntar “mais do que um” destes democratas, surgem as carências de educação democrática... Do outro, sempre do outro!

Face à sacrossanta competitividade, à qual tudo tem de ser sacrificado, sob pena de se ser excluído, cada um sente necessidade de se revestir da mais sólida “armadura”, em defesa da sua imagem de competência e da capacidade competitiva.

A necessidade de ser económica e socialmente competitivo exige a adopção de forte “blindagem” das nossas opiniões e imagem face aos efeitos das afirmações dos outros, mesmo quando intimamente, e sem o demonstrar, até lhes reconhecemos mérito – atitude bem reveladora da fragilidade da nossa educação para usar responsabilmente o conceito de Liberdade na construção e funcionamento de organizações democráticas.

Do 25 de Abril até hoje, foram grandes e positivas as mudanças nas condições de vida da imensa maioria dos portugueses; a percentagem de pessoas com formação dita superior aumentou exponencialmente em relação ao antes de Abril. Porém, a educação para a prática responsável e quotidiana de actos e atitudes democráticas, essa não evoluiu ao mesmo ritmo.

A transição da condição de sujeitos submetidos e submissos para a de cidadãos livres foi demasiado abrupta e improvisada. Arrombamos os muros e portões da prisão em que nos mantiveram durante quase meio século, e “bêbados” de Liberdade, celebramo-la cantando e dançando até à exaustão por ruas e praças.

Ainda de “ressaca”, iniciamos a caminhada para a nova luz, irrompendo para um espaço formalmente democrático, construindo à pressa as instituições clássicas de sustentação da democracia, sem tempo nem oportunidade para, maioritariamente, nos educarmos sobre a maneira de as fazer funcionar.

Entramos no tempo, desconhecendo o modo.

O caminho faz-se caminhando – sabemos –, mas o número dos que estavam preparados para se meter

ao caminho era muito reduzido. E depressa se deram conta da “conveniência” de guardar as distâncias em relação à maioria, para, com os privilégios da educação anteriormente recebida, recuperarem “democraticamente” o poder económico que sempre lhes pertencera, ainda que à custa de subserviências e cumplicidades mais ou menos aviltantes com o poder político repressivo.

Para que tal acontecesse, fizeram-nos crer que a massificação da formação técnica e científica, voltada quase exclusivamente para a competência e a competitividade profissional e desprovida de conceitos de subjectividade perniciosos – tais como equidade, solidariedade, justiça social, etc. –, essa é que verdadeiramente garante a libertação e a emancipação das pessoas e, ao mesmo tempo, o funcionamento socialmente justo duma sociedade democrática. Enganaram-nos!

Mas também se enganam, porque a falta de uma sólida consciência democrática é tiro que mais cedo ou mais tarde, como se está a ver, sai pela culatra de quem, consciente ou inconscientemente, o disparou. Em casa de família desregrada, com autoridade paternal anacrónica, baseada apenas na repressão, sem princípios nem valores éticos e morais que a unifique, sem práticas de equidade de direitos e deveres compreendidas e voluntariamente aceites por cada um como justas, não se educam democratas nem se promove o respeito por quem dirige, acabando quase sempre por ocasionar a falta do pão onde faltou a democrática educação...

E o que acontece nas famílias, acontece em todos os sectores da sociedade. Das famílias para as escolas, das escolas para as empresas, das empresas para as administrações e instituições públicas e, o que é mais grave, de todas e de todos para as instituições político-partidárias, de onde saem as elites governantes, a falta de responsabilidade para assumir a Liberdade é reveladora da fragilidade da nossa educação democrática. A primeira geração nascida em Liberdade está a chegar à idade de reclamar a sua vez. Já começam a sentir-se *tsumanis*, em grande parte dirigidos contra os aproveitadores dos *terramotos* sociais e políticos dos anos 60 e 70.

Tenhamos esperança, sem grandes ilusões...

Conservemos a Utopia! ☸



Classificação das Portas de Ródão

Um projecto de ambiente e desenvolvimento local

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DO ALTO TEJO

Este impressionante acidente natural foi definido por Hipólito Raposo como “*as ombreiras mutiladas de um arco do triunfo que um capricho plutónico quisese ter ali deixado à honra do grande rio, nas primeiras auroras do mundo.*”

As “Portas do Ródão” constituem o *ex-libris* da região. O Prof. Galopim de Carvalho considera-as um dos principais geomonumentos, ao nível da paisagem, existentes em Portugal.

Este monumento constitui uma marca, uma referência geográfica, cénica e simbólica verificando-se, uma profunda identidade entre as gentes e as Portas de Ródão. Esta iniciativa de natureza conservacionista foi impulsionada pelas autarquias de Vila Velha de Ródão e Nisa e pela Associação de Estudos do Alto Tejo, ONG do Ambiente que executou a proposta de candidatura e que, desde os anos 80 do século passado, desenvolveu um projecto que visava a classificação das Portas de Ródão e das Portas do Vale Mourão.

Este projecto foi coordenado por Jorge Gouveia e decorreu entre Setembro de 2004 e Agosto de 2005.

Argumentos que estiveram na base da Proposta de Classificação:

- A **parceria entre as autarquias de Vila Velha de Ródão e Nisa** para impulsionar a proposta de classificação e assumir o compromisso da preservação deste espaço e da sua valorização enquanto potencial para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida das populações.
- **Consciência dos valores em presença** e da relevância dos mesmos, que motivou a colaboração das áreas protegidas de S. Mamede e do Tejo Internacional e dos seus técnicos, conhecedores do potencial da região e que há vários anos efectuam a monitorização dos valores ambientais existentes neste território.
- **Existência de um passado de investigação científica**, nos campos da arqueologia, geologia e biologia, verifica-se um relacionamento privilegiado

com investigadores e instituições universitárias de prestígio, que há mais de 20 anos desenvolvem projectos de investigação na região.

- **Apoio das populações** face à importância da conservação da natureza.

Porquê classificar esta área?

Duas grandes finalidades estiveram na base da proposta:

1. Preservar os valores naturais, cénicos e culturais existentes, garantindo o equilíbrio paisagístico e assegurando a articulação entre o natural e o humanizado.
2. Promover o desenvolvimento sustentável da região tirando partido da singularidade, valor cénico, raridade e representatividade ecológica do conjunto composto pelo monumento natural e pela sua envolvente.

Porquê a opção pela figura de Monumento Natural?

- Pela marca na paisagem, pelo carácter único e singular, pelo simbolismo que este geomonumento representa a nível local e nacional.
- Pelos valores geológicos, biológicos e culturais existentes na envolvente e na dependência das Portas de Ródão.

SÍNTESE DOS VALORES EM PRESENÇA

Geológicos e geomorfológicos:

- A formação geológica (geomonumento) das Portas de Ródão.
- Locais de importância geológica, geomorfológica, tectonostratigráfica e paleontológica, de grande relevância para o conhecimento e compreensão da evolução geológica e geomorfológica da região, desde há 650 milhões de anos.

Biológicos:

- A colónia de grifos, que nidificam nas escapas e que constitui a maior em território exclusivamente nacional.



ADRACES

- Ocorrência de espécies de aves com elevado estatuto de protecção: Cegonha-preta, *Ciconia nigra*, Águia-de-Bonelli, *Hieraaetus fasciatus*, Abutre-do-Egipto, *Neophron percnopterus*, Bufo-real, *Bubo bubo*, Grifo, *Gyps fulvus*.
- Espécies e comunidades vegetais de grande interesse ao nível da conservação, com destaque para as comunidades reliquiais de zimbro, *Juniperus lagunae*, que cobrem as escarpas rochosas, e para as manchas de matagal mediterrânico, bem conservado e diversificado.

Históricos, simbólicos, estéticos e económicos:

- Valores histórico-arqueológicos (Estações do Paleolítico, do Neolítico, da época romana, Idade Média, das invasões peninsulares...).
- Monumentos e sítios classificados ou em vias de classificação (Castelo de Ródão, capela da Sr^a do Castelo, sítio paleolítico da Foz do Enxarrique, Conhal do Arneiro).
- Simbolismo da área expresso num rico lendário.
- Referência na paisagem (valor estético).
- Navegabilidade do Tejo (até à construção do caminho-de-ferro o rio Tejo era a principal via de comunicação entre o interior e o litoral). Esta navegação, até Vila Velha de Ródão, não suscitava problemas de maior, sobretudo no Inverno; mas nas Portas de Ródão a navegação era difícil principalmente quando o caudal aumentava. [Fechavam as Portas].
- Paisagem marcada pelo olival em socacos [calçada] que ocupou as encostas da serra e exigiu um esforço sobre-humano para produzir um azeite de superior qualidade.

- Actividade tradicional da pesca.
- Culinária muito própria, de transição entre as Beiras e o Alentejo, e com marcas características da situação ribeirinha das populações.

Potencialidades:

As Portas de Ródão e o território envolvente poderão constituir um laboratório vivo onde se desenvolverão projectos de investigação e de sensibilização ambiental em áreas como a biologia, geologia, paleontologia, arqueologia.

Apresentam um valor didáctico para que as escolas, dos diferentes ciclos de ensino, tirem partido do espaço e dos valores nele existentes, para leccionar e desenvolver conteúdos programáticos que em contexto de sala de aula assumem um carácter menos motivador.

Apresenta um elevado potencial para o turismo de natureza permitindo o desenvolvimento de actividades de lazer ligadas à observação de aves, pedestrianismo, descoberta do património construído, desportos aquáticos e radicais.

Capacidade de atracção de visitantes ocasionais e investigadores que sirvam de *leit motiv* para projectos de desenvolvimento e de investigação que se estendam progressivamente para os territórios vizinhos.

Áreas de sensibilidade ecológica

- **Elevada** – Coincide com as escarpas quartzíticas onde o Tejo cruza a serra. Constituem locais com matagal mediterrânico, com destaque para os povoamentos de zimbro que ocupam quase em exclusivo as zonas mais pedregosas. Estes locais são, igualmente, os mais importan-

tes para a nidificação das espécies de avifauna com maior estatuto de protecção.

- **Média** – Zonas localizadas nos vales encaixados onde se desenvolvem importantes matagais, essenciais para a sobrevivência das espécies faunísticas; o Conhal do Arneiro, vasto território aplanado, coberto de calhaus rolados, vestígios de intensa actividade de mineração, provavelmente desde o período romano, e os terraços fluviais do Monte do Famaco, Vilas Ruivas e Alagada, onde se localizam as estações arqueológicas do Paleolítico.

Colaboraram neste projecto, enquanto parceiros, as seguintes instituições e investigadores:

Associação de Estudos do Alto Tejo, Parque Natural da Serra de São Mamede, Parque Natural do Tejo Internacional, Prof. Dr. Pedro Proença e Cunha (Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra), Prof. Dr. António Martins (Departamento de Geociências da Universidade de Évora), Dr. Carlos Neto de Carvalho (Gabinete de Geologia e Paleontologia do Centro Cultural Raiano, de Idanha-a-Nova), Dr. Jorge Oliveira (Departamento de História da Universidade de Évora), Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia).

O Grupo Português da ProGEO e a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves emitiram um parecer apoiando formalmente esta proposta de classificação. ☼

Jorge Gouveia

Coordenador da proposta de classificação das Portas de Ródão como monumento natural
(Associação de Estudos do Alto Tejo)



Que educação para um

ADRIANO RANGEL

As mudanças ocorridas ao longo do séc. XX, cujas implicações têm transformado a natureza do saber, não se confinam apenas ao desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação.

Ao mesmo tempo assiste-se, sem paralelo na História, ao desenvolvimento da ciência e da técnica, a um ritmo quase que vertiginoso, cujas consequências nem sempre se traduziram em benefício das sociedades, contrariando as expectativas e grau de confiança suscitadas pela ciência moderna.

De acordo com Anthony Giddens¹, assiste-se ao “abandono da fé no progresso projectado pela humanidade”, embora reconheça que as “instituições sociais modernas” criaram muito mais oportunidades para que os cidadãos pudessem usufruir de uma existência mais compensadora e com maior segurança do que qualquer sistema pré-moderno alguma vez lhes conseguiu garantir.

Também Marx, Durkheim e Max Weber, citados por Giddens, enfatizam as possibilidades benéficas proporcionadas pela era moderna, não deixando de reconhecer as consequências degradantes geradas pela repetição e monotonia do trabalho industrial. Contudo estavam longe de prever que, em vez do progresso anunciado pelo industrialismo, se assistisse a uma avalanche destrutiva do meio ambiente com consequências nefastas para a qualidade de vida, à emergência de fenómenos de exclusão social em massa, de genocídio, terrorismo, etc.

Para Giddens, o séc. XX foi o século da guerra, em que o número de confrontos militares, com perda substancial de vidas, foi significativamente mais elevado do que em séculos anteriores.

Também para Boaventura Sousa Santos², as catástrofes verificadas ao longo do séc.XX, longe de serem ocorrências fortuitas e acidentais, elas revelam ser o resultado de “um modo de produção da ciência”, em que os acidentes se transformam cada vez mais em acontecimentos sistemáticos.

Depositária da crença nas possibilidades da ciência para melhor dominar a natureza e dela tirar partido em benefício do Homem, a era moderna, caucionada inicialmente por uma áurea de optimismo e confiança, vê-se confrontada nas últimas décadas do século passado com sucessivas crises, mas sobretudo com uma rejeição do modelo de racionalidade positivista que enformou a ciência moderna.

De acordo com Boaventura Sousa Santos, o modelo de racionalidade científica ao negar a existência de outras formas de conhecimento e racionalidade que não se pautem segundo os seus princípios epistemológicos, assume-se como modelo totalitário. Para este autor, o conhecimento científico “é um conhecimento causal” que tem como objectivo último a formulação de leis, no pressuposto de que nas mesmas circunstâncias, tendo em conta as regularidades observadas, é possível prever o comportamento dos fenómenos.

Dada a dimensão utilitária do conhecimento científico e o conseqüente “determinismo mecanicista”, a ciência moderna tem como central preocupação o domínio e controlo da natureza, com vista à emancipação da Humanidade. Esta perspectiva mecanicista do conhecimento, norteadada pela necessidade de dominar e transformar a natureza, deixa de fora a necessidade de compreensão do real.



tempo de incerteza?

Seguindo ainda o raciocínio deste autor, o método científico alicerça-se no princípio da simplificação, pelo que a ciência procura, desde logo, reduzir a complexidade, expurgando do ponto de partida ou das “condições iniciais” tudo o que não é objecto de sistematização e a partir das quais não é possível fazer generalizações. Daí que o autor faça a distinção entre “condições iniciais” que correspondem à complexidade e “as leis da natureza” que representam a simplicidade e a regularidade dos fenómenos, sendo estes portanto observáveis e mensuráveis.

Boaventura Sousa Santos adianta ainda que do ponto de vista da racionalidade científica, as ideias matemáticas são as ideias simples e claras, as quais estão presentes na observação e na experimentação e por via das quais se pode ascender a um conhecimento mais rigoroso da natureza.

Daí que, “conhecer significa quantificar”, pelo que tudo o que não é mensurável não tem relevância do ponto de vista científico. A assunção deste princípio, ou seja, a redução da complexidade do real a leis simples, contribuiu para que o modelo de racionalidade da ciência moderna se generalizasse ao estudo da sociedade, assumindo-se como modelo hegemónico.

Segundo Anthony Giddens, “na ciência nada é certo”, pelo que nas condições da modernidade nenhum saber é saber enquanto sinónimo de certeza.

Para o autor, a “reflexividade é uma característica que define toda a acção humana”, consistindo esta no questionamento das práticas sociais e consequente reformulação à luz de novas informações acerca das mesmas. Esta permanente reformulação das práticas sociais é, nas sociedades modernas, extensiva a todas as dimensões da vida humana, o mesmo acontecendo ao nível do impacto das tecnologias no mundo material.

Daí que, para Giddens, a reflexividade da modernidade derrube o “dogma” do conhecimento entendido como certeza.

Apesar de alguns autores considerarem as ciências sociais como o “parente pobre” das ciências naturais, em virtude do desenvolvimento tecnológico proporcionado pelo avanço da ciência, segundo Giddens aquelas encontram-se mais profundamente imbricadas na modernidade dado o seu pendor eminentemente reflexivo, já que este faz parte da natureza das instituições modernas.

De acordo com Boaventura Sousa Santos, nas ciências sociais não é possível estabelecer leis universais em consequência do condicionamento histórico e cultural a que estão sujeitos os fenómenos sociais e ainda a sua natureza subjectiva, pelo que não é possível fazer previsões fiáveis.

A subjectividade das ciências sociais pressupõe o recurso a métodos de investigação diferentes dos utilizados nas ciências naturais, uma vez que não é possível, segundo o autor,

o estudo dos fenómenos sociais com base nas suas características externas e objectiváveis.

Se na opinião de Boaventura Sousa Santos o caminho para um novo modelo de racionalidade se abre pela ruptura das ciências sociais com os pilares em que se funda a racionalidade positivista, criando um novo quadro teórico e metodológico (qualitativo e interpretativo), não é menos verdade que ele é também impulsionado pelos avanços das chamadas ciências “duras”, em que o comportamento dos fenómenos se caracteriza, ao contrário das regularidades observadas anteriormente, pela imprevisibilidade. O mecanicismo deu lugar à espontaneidade e à auto-organização; enquanto a ordem deu lugar à desordem.

O paradigma da ciência moderna, quantitativo e experimental, estava posto em causa, daí que a imutabilidade e universalidade das suas leis passassem doravante a ser questionadas. ❁

Fernando Raposo

Director da Escola Superior de Artes Aplicadas do Instituto Politécnico de Castelo Branco

1 Anthony Giddens (2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Edições Celta,

2 Boaventura Sousa Santos (2003), *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento.



ILUSTRAÇÃO PEDRO LINO / ISTO É

Por: Abel Cuncas

Atirando pedrinhas na poça

(umas pequeninas outras grandes, umas sérias, outras brincalhonas)

Como diria o Herman... não havia necessidade! Até parece que nos querem ensinar inglês à pedrada... atiram-nos com cada "calhau"! Ah! Se as ovelhas aprendessem a falar... como seria fácil por a carneirada a deixar de dizer mééé, e todos os rebanhos da terra a berrar yesseeee!

Mas não... as modernas catapultas mediáticas lançam-nos cada bojarada! Ainda se fossem umas cunquinhas cá das nossas, redondinhas e polidas, a gente até nem se abespinhava tanto! Mas não... catrapuz ... como não sabem muito bem que construção fazer com elas, arremessam-nos os pedregulhos para nos inibir, para nos condicionar, para nos convencer a abandonar as nossas velhas palavrinhas. Macaquinhos dos grandes palcos, querem convencer-nos que somos uns ruístres, uns simplórios, uns ultrapassados, que não sabemos evoluir para a sociedade do conhecimento, para a nova realidade do tal EMPOWERMENT (cruzes canhoto, que o bicho deve ser medonho). Aqui pela BIS... não passarão!



Quiosque da "BIS"

"Nenhum recanto da Beira Baixa representa mais ao vivo a ancestralidade do povo lusitano que esta região raiana"

Provérbios · rezas · lendas · crenças · mezinhas · adivinhas · músicas · poesia popular · hábitos e costumes

FRASES SOBRE O "GRANDE TEMA"

"Honra-se a velhice, mas ela não é amada" *Diderot*

"O idoso conserva as suas faculdades se mantiver vivos os seus interesses" *Cícero*

"Quando não conseguir correr através dos anos, trote. Quando não conseguir trotar, caminhe.

Quando não conseguir caminhar, use uma bengala".
Madre Teresa de Calcutá

PROVÉRBIOS POPULARES

"Vinho, ouro e amigo, quanto mais velho melhor".

"Velho que de si cura, cem anos dura".

"Mais velho que a sarna".

"A velhos poucos chegam, mas de velho ninguém passa".

"O que o tempo traz, o tempo leva".

"Tudo na vida quer tempo e medida".

"O tempo, tanto anda como desanda".

"O coração nunca envelhece".

ADIVINHAS

- "O que é que só aumenta e nunca diminui?"
(*A idade*)
- "O que é que fazem todos ao mesmo tempo: velhos, novos e crianças?" (*Envelhecem*)
- "A minha barriga encoitada à tua, meto e tiro um palmo de carne crua". (*Amassar o pão*)
- "O que é, que é nome de homem, nome de mulher e nome de flor?" (*Rosa*)
- "Há quem o mate por querer,
Sem lhe tirar nunca a vida,
Pobre é todo o que o perder.
E tem mais que uma medida." (*O Tempo*)

LINGUAGEM POPULAR E COSTUMES

Consta que, há umas dezenas de anos, um grande proprietário saiu montado no seu cavalo em visita aos seus reideiros. Tendo chegado a uma modesta casa rural, encontrou apenas um dos filhos do dono da casa, a quem perguntou: "O que estás a fazer, rapaz?". Ao que ele respondeu: "*Estou comendo os que vêm e esperando pelos que hão-de vir!*". Não entendeu a resposta e perguntou-lhe: "O teu pai não está?". "*Saiba Vossa Senhoria que não, foi à cruz dos arrependidos!*". "E a tua mãe, também não está?". "*Saiba Vossa Senhoria que não, a minha mãe foi dar uma jeira a quem já não a pode dar por ela!*".

Cada vez mais perplexo com as respostas, perguntou-lhe ainda: "Então, não tens irmãos?". "*Saiba Vossa Se-*

nhoria que tenho uma irmã, que está a chorar o riso do ano passado, ou seja, a sofrer os gostos do ano passado!".

Completamente confuso, sem conseguir decifrar o alcance daquelas respostas, perguntou ao rapaz o que pretendia para lhe revelar o significado de tão intrigantes expressões. O rapaz respondeu-lhe prontamente que lhe revelaria o significado das suas respostas se o proprietário lhes perdoasse as rendas das terras referentes àquele ano. O grande proprietário, não querendo dar parte de fraco, concordou, dando a sua palavra. Então, o rapaz explicou.

Estava a comer os que vêm e esperando os que hão-de vir, porque tinha uma panela ao lume onde cozia feijões e, como tinha muita fome, quando apanhava os primeiros feijões já mais cozidos que vinham ao cimo, comia-os, esperando pelos que aparecessem a seguir! O meu pai foi à cruz dos arrependidos, é que o meu pai, como lavrador, tinha ido ver a fanegada. Se estivesse boa, arrependia-se de ter semeado pouco, se estivesse má, arrependia-se de ter semeado tanto!

A minha mãe foi dar uma jeira a quem já não pode dar por ela, visto que a mãe tinha ido a um funeral!

A minha irmã está a chorar o riso ou a sofrer os gostos do ano passado, a irmã estava a dar à luz uma criança!

(retirada de MARCELO, Lopes, Moinhos da Baságueda. *Comunidades*

Rurais: Saberes e Afectos, Edição A Mar Arte e ADRACES, p.123)

Retrato rasgado

Nas aldeias da Raia, as décadas de 50 e 60 foram vividas na ansiosa expectativa de se melhorar a vida face ao turbilhão de novas oportunidades criadas pela emigração. Num país fechado, as janelas da liberdade apenas se rasgavam por entre as sombras da noite. Na falta de alternativas e de melhores oportunidades, as famílias desmembravam-se, partindo primeiro os homens, a salto, por montes e veredas. Clandestinos na sua própria terra, heróis de esforço e resistência posta à prova em dias e dias de esconderijos e noites de esgotantes caminhadas, em pequenos grupos atravessavam toda a Espanha e avançavam até ao coração de França.

Tudo começava em gestos clandestinos, não resistindo ao apelo e expectativas derivadas das notícias de rápido sucesso. No interior da família, em segredo, estabelecia-se o contacto com o início da rede, até que se chegava à fala com o passador e se acertava o preço: "Vinte contos de réis", dizia imperativo o passador, já que era preciso untar as mãos de muita gente e comprar silêncios coniventes nas barbas das autoridades. E ninguém se responsabilizava por qualquer desencontro ou acidente, embora, qual raposa matreira, já podre de rico, o passador enaltecesse a eficácia da sua rede, gabando-se que até envolvia um oficial reformado do exército.

Quanto ao pagamento, metade era feito à partida, no acto do agrupamento, e a outra metade, quando o homem chegasse ao destino.

Entretanto na família desenvolviam-se os preparativos em drama silencioso, apenas vivido dentro das quatro paredes. Pedia-se o dinheiro emprestado a familiares muito próximos e aguardava-se ansiosamente que fosse dado o sinal e indicado o local do encontro com o grupo. Chegada a noite do salto, os filhos iam para casa dos padrinhos ou tios, ficando no lar só a mulher e o homem. Então, com poucas palavras e os olhos rasos de lágrimas, a mulher que para livrar os filhos do pó da terra fora a sofredora arquitecta da aventura, retirava de uma gaveta um retrato do marido, tipo passe, e rasgava-o cuidadosamente em duas metades, entregando uma ao marido. O homem guardava-a num papelinho que dobrava várias vezes e escondia no fundo da carteira protegida no bolso interior da camisa. É que a segunda metade do pagamento ao passador só era feita quando a mulher recebesse a metade do retrato, provando o êxito da aventura. O homem partia a coberto da noite e a mulher, nos dias seguintes, justificava a sua ausência com desculpas de afazeres familiares. Contudo, em casa, a outra metade do retrato estava religiosamente guardada em altar improvisado à imagem de Nossa Senhora de Fátima, ao Sagrado Coração de Jesus ou com a estampa de Nossa Senhora do Bom Sucesso, protectora da aldeia, conforme a devoção. Junto a tal altar de fé, permanentemente alumiado por uma candeia de azeite, todas as noites eram desfiadas preces, promessas e lágrimas, até se receberem notícias e, de todas a mais esperada, a devolução da metade do retrato rasgado. Então, eram as duas metades cuidadosamente guardadas.

No primeiro Verão em que o emigrante viesse de *vacanças*, o retrato e o primeiro dinheiro ganho na *estranja* eram ofertados à padroeira da aldeia, no dia da sua festa. No ritual da procissão, o retrato e as notas eram presos respeitosa-mente com um alfinete de dama ao manto de Nossa Senhora do Bom Sucesso. E a procissão lá seguia, com inúmeras paragens, para que pudessem ser cumpridas todas as promessas.

(Idem, pp. 130-131)

Reza das queimadelas

Santa Maria Iria tinha três filhas:
Uma amassava, outra tendia e a outra
Nas chamas do fogo ardia.
Nosso Senhor lhe disse:
Coşpe-lhe e bafeja-lhe
E daí não passaria

Reza da erisipela

Donde vindes, São Julião ?
Venho de Roma.
Que vai por lá ?
Muita gente morta
De que mal ?
De zerpela, zerpelão.
Volta atrás. Julião,
Tu a enviarás, tu a atalharás
Com palavras minhas, com azeite virgem,
Com as palhinhas do campo
E em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Cantares às Virgens da Raia

Senhora do Almortão
Onde tendes a ermida?
P'ra lá de Alcafozes
Uma légua bem medida

Nossa Senhora da Azenha
Vinde abaixo ao cruzeiro
Vinde ver tanta miséria
Que vai pelo mundo inteiro

Nossa Senhora da Orada
Quem vos varreu a capela
As moças de São Vicente
Com um raminho de macela

Ó Senhora do Incenso
Vosso nome é Maria;
Vosso mantinho é de seda,
Forradinho d'alegria ❀



Espelho meu!

Uma iniciativa de um grupo de jovens que se propõem animar as aldeias do concelho da Idanha. Na sequência duma acção de formação para animadores locais, um grupo de 13 jovens apresentou no passado dia 24 de Fevereiro no Centro Cultural Raiano, como prestação de fim de curso, um espectáculo denominado “Espelho Meu!” que muito agradou à numerosa assistência. No próximo número da VIVER dedicado à juventude raiana, abordaremos mais detalhadamente a história desta experiência. ❀

Saca Sons

Grupo de Toques e Cantares Tradicionais de Zebreira



A Campina de Idanha-a-Nova é conhecida e reconhecida como berço de algumas das mais belas *melodias etnográficas* do Portugal cantador. São muitas as tradições que, perpetuadas ao longo de muitos anos, ainda hoje tornam este concelho um lugar mágico e arrebatador dos corações e ouvidos do anónimo turista cidadão.

Foi com este espírito de ser, sentir e querer raiano que nasceu na Vila de Zebreira o Grupo de Toques e Cantares Tradicionais de Zebreira - Saca Sons, decorria o ano de 2003.

Depois de uma tentativa de recuperação e preservação de uma tradição local – o Cantar das Janeiras – os técnicos do Pólo de Desenvolvimento Local Campino, afecto à ADRACES, *desafiaram* as participantes, na sua maioria mulheres, a continuar com aquela actividade de *cantadeiras* pois todo o património musical e cultural desta vila devia ser preservado e revelado.

Com a característica alma das gentes raianas - arrojadas, hospitaleiras e, acima de tudo, voluntaristas, nasceu este grupo em terra de Zamburras, Adufes e mentes livres para criar e recriar músicas de amores e dissabores passados no mundo rural. A Zebreira foi o berço perfeito.

Utilizando toda a sua criatividade, estas mulheres de lutas e conquistas, criam os seus próprios instrumentos de percussão (Zamburras, Cabacinhas, Reco-recos de conchas, madeira e caricas, ...) que manuseiam na perfeição utilizando-os de suporte às maravilhosas vozes que *Deus lhes deu* e que só deu às mulheres raianas.

Com três anos de existência, o Saca Sons, conta no seu currículo cerca de 40 actuações que se realizaram em locais tão simbólicos e de importância reconhecida como o Centro Cultural de Belém, no programa *Praça da Alegria* da RTP, o Centro Cultural Raiano e vários concertos em Espanha.

“Há mulheres que cantam o canto do campo e que trazem na voz o ritmo de um corpo que trabalha ao sol”, descreve o panfleto promocional da Festa da Primavera do CCB em relação ao Saca Sons... E para quem o quiser confirmar poderá vê-lo em actuação no dia **20 de Maio em Mértola**, no dia **27 de Maio em Évora** e em **2 de Julho em Idanha-a-Nova**, actuações inseridas no Festival das Três Culturas. ☘





CONTREPOINTS SANS FRONTIÈRES

Les collaborations de la présente édition et le manque d'espace, nous conditionne à publier seulement la version française du Statut Editorial. Dans le numéro 2, publierons la version anglaise. Pour la même raison, exceptionnellement pour cet numéro, ne pouvons pas publier les collaborations étrangers dans les versions originales.

Because of the great number of colaborations and the scarcity of space in this edition, we only publish the french translation of the Editorial Statute. In the next number we will also publish the english version. For the same reason, we don't publish the original version of the articles written in foreign languages. Thing that we will promise to do in the following editions of VIVER.

VIVER - VIDAS E VEREDAS DA RAIA PRESENTATION ET CONTENU EDITORIAL

VIVER - *Vidas e Veredas da Raia*¹ est un magazine publié trimestriellement et dont la ligne éditoriale est totalement culturelle. Il comporte des articles d'opinion, des entrevues et des reportages en rapport avec des sujets, des gens et des lieux faisant partie de cette région, dans le but de créer un échantillon vivant et régulier de la réalité locale.

Il sera mis en circulation de façon systématique, distribué directement parmi la population de la région Beira Interior Sul, et sélective au niveau national et européen, envoyé par courrier, essentiellement vers les institutions publiques régionales, centrales et européennes. De plus, sa diffusion internationale sera assurée on-line grâce aux sites de l'ADRACES et au réseau d'Universités Rurales Européennes (APURE).

Le magazine ne fera pas référence à des thèmes ou à des sujets se rapportant à l'activité politique ou partisane, celle-ci lui étant statutairement interdite, et n'émettra pas non plus de jugements de valeurs à propos de projets, de stratégies ou de pratiques politico-partisanes. Ce qui ne signifie pas qu'elle ne commentera ou ne critiquera pas certains aspects ou certaines situations qui puissent être considérées préjudiciables, ne serait-ce que potentiellement, aux valeurs et aux objectifs que l'ADRACES a le devoir de promouvoir, préserver, divulguer ou implanter.

Ce magazine prétend, entre autres:

- Aborder territorialement des questions spécifiques concernant le domaine d'intervention de l'ADRACES et, au niveau thématique, celles concernant le développement local dans les espaces ruraux, d'un point de vue national et européen.
- Privilégier les thèmes liés à la formation pour le développement de la citoyenneté, aux pratiques d'insertion sociale, d'égalité de genre et d'opportunités, au développement rural intégré et durable au niveau local dans les domaines économiques, sociaux, de protection de la nature, de préservation de l'environnement et du patrimoine, etc.
- Être un espace ouvert aux citoyens qui ont comme préoccupations l'exercice de la citoyenneté et de la promotion du développement local et rural.
- Être réceptive à la collaboration et à l'intervention de ses lecteurs, que ce soit au moyen d'articles d'opinion, d'envoi de documents, d'études ou de travaux dans le cadre de son sujet ou de suggestions concernant les thèmes abordés dans ses pages.
- Assurer l'articulation entre la presse régionale et les programmes de développement locaux et régionaux.

Articles d'opinion et travaux signés

1. Les collaborateurs doivent orienter leur collaboration selon un double compromis de responsabilité, qui découle, d'une part, de l'éthique professionnelle et, d'autre part, de ce que lui dicte sa propre conscience, en accord avec la Constitution de la République, la Loi et les principes déontologiques et éthiques de la Communication Sociale. Ses limites sont l'espace privé des citoyens et la crédibilité publique.
2. Les articles d'opinion et les travaux signés sont sous la responsabilité de ses auteurs respectifs. Leur publication ne dépend que de l'opinion du Directeur et du Conseil Éditorial quant à leur intérêt informatif et à leur pertinence par rapport au sujet du magazine et au thème abordé, indépendamment du fait que ceux-ci soient en accord ou pas avec l'opinion qu'ils défendent. Les sommaires, les notes annexes, les annotations extra texte et les articles non signés sont sous la responsabilité du Directeur et du Conseil Éditorial.
3. La Direction ne fait pas de commentaires au sujet des articles d'opinion ou d'autres travaux d'auteur.
4. La reproduction totale ou partielle des originaux exige l'autorisation préalable du Directeur du Magazine. ☸





IE / FN

Os biocarburantes no futuro do Desenvolvimento Rural

(Produção, legislação e ajudas)

PRINCIPAIS FACTOS E NÚMEROS

Produção de Biocarburantes

Os biocarburantes são os combustíveis utilizados em todo o tipo de transportes produzidos a partir das matérias-primas da biomassa (matérias orgânicas).

Em 2004, a produção comunitária de biocarburantes teve um incremento que chegou às 2,4 milhões de toneladas, representando 0,8% do valor total de gasolina e gasóleo consumido na UE. Do total atrás referido, 0,5 milhões de toneladas correspondem à produção de bioetanol e 1,9 milhões de toneladas à produção de biodiesel.

O Brasil é o principal produtor mundial de bioetanol, seguido dos Estados Unidos. Segundo as estimativas, a União Europeia, com uma produção aproximada de 0,5 milhões de toneladas, contribui para 10% da produção mundial de bioetanol.

Comércio Comunitário

A UE é, de longe, o primeiro produtor mundial de biodiesel, sendo o comércio externo, neste domínio, insignificante.

As importações dentro do quadro do código 22 07 (álcool desnaturado e não desnaturado) beneficiam de um tratamento preferencial, crescendo acima dos 2,5 milhões de hectolitros (média de 2002-2004), sendo que as importações de bioetanol, dentro do código 38 24 (bioetanol misturado com gasolina), se encontram em visível aumento.

Legislação Actual

A directiva "Biocarburantes" estabelece os "valores de referência" de uma parte do seu mercado em 2% para os biocarburantes em 2005 e 5,75% em 2010, sendo que a directiva sobre a taxação da energia per-

mite aos Estados membros acordar entre si as reduções/isenções fiscais em favor dos biocarburantes, sobre certas condições.

Produção Agrícola na UE para o fabrico de Biocarburantes

A produção comunitária de bioetanol utilizou, em 2004, cerca de 1,2 milhões de toneladas de cereais e um milhão de toneladas de beterraba sacarina, representando respectivamente 0,4% da produção total de cereais e 0,8% da produção de beterraba sacarina da União Europeia dos 25.

Segundo as estimativas, a produção comunitária de biodiesel a partir do grão de colza utilizou 4,1 milhões de toneladas em 2004, sendo este valor um pouco acima dos 20% da produção total de grãos de oleaginosas da Europa dos 25.

Em 2004, a superfície total utilizada para a produção de culturas destinadas ao fabrico de biocarburantes cresceu para cerca de 1,4 milhões de hectares, devendo este valor aumentar para 1,8 milhões de hectares em 2005.

Diferentes Biocarburantes

A **Bioenergia** é a energia derivada da biomassa, com inclusão dos biocarburantes. As matérias orgânicas de biomassa utilizadas podem ser madeira, culturas agrícolas, resíduos da silvicultura, resíduos agrícolas ou, ainda, dejectos orgânicos.

A **Biomassa** abrange os produtos não alimentares destinados a diferentes utilizações. Tem um papel importante como fonte de matérias-primas para a produção de energias renováveis que utilizam a electricidade, aquecimento ou refrigeração, ou para a produção de combustíveis para os transportes. Os **Biocarburantes** são os combustíveis destinados

à utilização nos meios de transporte, produzidos a partir de matérias-primas da biomassa (matéria orgânica). Este termo aplica-se comumente aos combustíveis líquidos para meios de transportes, mas refere-se igualmente aos combustíveis gasosos e sólidos como os resíduos e aparas de madeira. Na actualidade, três biocarburantes cobrem a quase totalidade de consumo dentro do sector dos transportes à escala mundial: o etanol e o ETBE (composto de etanol e combustíveis fósseis), o biodiesel e o biogás. O bioetanol constitui, hoje em dia, o principal biocarburante mundial. O biodiesel, que até recentemente era produzido exclusivamente na União Europeia, está a ganhar terreno em numerosas regiões do mundo. Já o biogás encontra-se na terceira posição e só se encontra em expansão na Suécia.

O BIOETANOL

Legislação

Em 2001, a Comissão Europeia adoptou uma comunicação acompanhada de propostas legislativas respeitantes aos combustíveis de substituição para os transportes rodoviários, estabelecendo três combustíveis principais (biocarburantes, gás natural e hidrogénio), susceptíveis de conhecer um desenvolvimento ulterior. As propostas legislativas foram adoptadas com algumas modificações em 2003.

Directiva “Biocarburantes”

Estabelece os “valores de referência” de 2% de parte do mercado para os biocarburantes em 2005 e de 5,75% em 2010. Esta Directiva será submetida, este ano, a uma reexaminação que incidirá, principalmente, sobre a questão de saber se o objectivo de 2010 pode ser alcançado e estudará a possibilidade de tornar os objectivos obrigatórios.

Directiva sobre a Taxação da Energia

Permite aos Estados-membros acordar as reduções/isenções fiscais, sobre certas condições, em benefício dos biocarburantes. Estas concessões fiscais são consideradas como ajudas do Estado, que não podem ser postas em prática sem a autorização prévia da Comissão Europeia. A reavaliação da Comissão Europeia tem por objecto descobrir as distorções de concorrência imprópria e apoia-se nas linhas directrizes da Comunidade Europeia em matéria de ajudas para a protecção do ambiente.

Directiva “Qualidade dos Combustíveis”

Estabelece as especificidades aplicáveis à gasolina e ao diesel, por razões ambientais e sanitárias. Isto significa que impõe os limites para o conteúdo em etanol, em éter e noutros compostos oxigenados de gasolina. Limita igualmente a pressão de vapor da gasolina. A norma EN590 estabelece outros limites por razões técnicas e determina que o diesel não deve conter mais do que 5% de biodiesel em volume (4,6% em valor energético). Estas limitações constituem um entrave ao aumento da utilização dos biocarburantes. Esta é a razão porque a Comissão Europeia proporá, em 2006, uma revisão da Directiva sobre a qualidade dos combustíveis com o desiderato de suprimir as restrições quantitativas à utilização do etanol.

AJUDAS A FAVOR DAS CULTURAS ENERGÉTICAS

Instrumentos Políticos respeitantes aos Biocarburantes

O processo contínuo da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), iniciado em 1992, permitiu reduzir o suporte dos preços e, ainda, reforçar a competitividade da produção agrícola da União Europeia em mercados muito diversificados: géneros alimentares, alimentação animal e utilizações não alimentares, incluindo os biocarburantes.

A obrigação de congelamento de terras, posta em prática com a reforma de 1992 com vista equilibrar o mercado dos cereais, foi integrada no novo regime de pagamento único. A cultura de produções não alimentares (incluindo as culturas energéticas) está autorizada somente para a utilização de biomassa, garantida por um contrato ou pelo agricultor.

Uma ajuda especial às culturas energéticas foi posta em prática com a reforma da PAC de 2003. Foi facultado um prémio no montante de 45,00€ por hectare, prevendo uma garantia de tecto máximo de 1,5 milhões de hectares, no que respeita ao plafond orçamental.

Foi recentemente concluído um acordo político, visando uma reforma profunda de organização comum do mercado do açúcar. A beterraba sacarina, cultivada para a produção de bioetanol, continuará a ser sujeita ao regime de quotas. Uma adjudicação de centeio nos stocks de intervenção será aberta, pela primeira vez, em 2006, sobre a perspectiva específica da produção de bioetanol. Uma transformação suplementar de cereais em biocarburantes contribuirá certamente para a redução dos volumes de cereais exportados com restituições.

No quadro da Política de Desenvolvimento Rural, os investimentos dentro ou em torno das explorações agrícolas, por exemplo a favor da transformação de biomassa, podem igualmente beneficiar de suporte, o mesmo que no uso da biomassa inexplorada pelos proprietários de terrenos florestais. A Comissão propôs orientações estratégicas comunitárias a favor do desenvolvimento rural que acentuam a importância das energias renováveis, objectivamente dos biocarburantes. Propõe ainda que se ponha em prática um grupo *ad hoc* específico, encarregado de estudar as possibilidades possíveis da biomassa e dos biocarburantes no quadro dos programas nacionais de desenvolvimento rural.

Numerosas regiões do Velho Continente beneficiam do concurso de Fundos Europeus de Desenvolvimento Regional, em particular as regiões rurais da Europa Central e Oriental, dispondo de um potencial de utilização de biomassa com o fim de criar o crescimento económico e do emprego. A acção em benefício da biomassa e, em particular dos biocarburantes, constitui uma prioridade da Política de Coesão, sendo que uma ajuda pode ser concedida dentro do quadro, tendo em vista a reciclagem dos agricultores, o fornecimento de equipamentos aos produtores de biomassa, bem como o investimento em instalações para a produção de biocarburantes.

Para mais informações: http://europa.eu.int/comm/agriculture/biomass/biofuel/index_en.htm ☼



O envelhecimento como fonte de saber para o desenvolvimento local

Tudo o que simplifica o pensamento, seja por abstracção, redução ou idealização, mutila; assim acontece com a questão do envelhecimento da população e/ou das dinâmicas locais na sua relação ao desenvolvimento dos territórios.

Queremos, deste modo, elogiar a tripla iniciativa da ADRACES:

- organizar um encontro internacional de reflexão que seja um Itinerário da APURE,
- decidir do lançamento de uma revista que permitirá expressão e debate,
- abordar, de maneira inovadora e não normativa, o tema do envelhecimento das populações em relação ao desenvolvimento do território, o que nos liberta, de facto, da regra implícita associando o envelhecimento à litania das desvantagens e das dificuldades do desenvolvimento das zonas rurais da Europa.

E se houvesse uma outra maneira, muito mais complexa mas também mais positiva, de pensar esta relação e de abordá-la em todos os seus estados de modo a ver por que razão e como o envelhecimento, visto que este é uma realidade, deve ser considerado como um desafio para o desenvolvimento?

Com as evoluções da pirâmide dos idosos e os progressos da medicina, a noção de velhice deve ser re-

pensada, os limites de idade, nomeadamente em relação ao trabalho, devem ser reconsiderados, assim como as noções de encargos sociais que lhe são associadas. Devemos compreender o que significa prolongamento da vida em termos de potencial de trabalho e de participação na vida social, de poder de consumo, de necessidades, mas também de ofertas de serviços.

Devemos fazer tudo para conhecer melhor o peso relativo de cada um dos elementos demográficos que participam no envelhecimento: emigração das categorias de idade mais jovens, insuficiência das categorias de idade activas, fraca natalidade e prolongamento da duração de vida.

Conviria, com certeza, relacionar este envelhecimento com os determinantes de ordem socio-económica, institucional e política a analisar nas suas singularidades territoriais e geográficas, e ter em conta a questão crescente da mobilidade, seja ela imposta ou escolhida, o desenvolvimento das redes de transporte de grande velocidade, a revolução do sistema de comunicação que perturba todas as referências.

Para além da tendência pesada do envelhecimento, veríamos delinear-se regiões onde as potencialidades dos territórios se revelam precisamente pelo meio da sua demografia em ajuste contínuo pelo facto, nomeadamente, das novas combinações da ru-

ralidade e da urbanização que inventam muito dos nossos contemporâneos na sua existência diária. Posto isto, a questão convida-nos a prolongar estas tendências e a associá-las antecipando-se às mutações anunciadas da sociedade. Além da questão da articulação das situações locais ao processo de mundialização da economia, quais serão as incidências do desaparecimento das fronteiras europeias, da generalização dos novos valores que são o quadro de vida, o ambiente, a qualidade paisagística? Como e que novas actividades económicas se vão desenvolver com o tele-trabalho, como se vão desenvolver o fenómeno das duplas residências e o do turismo? Uma análise rigorosa permitirá, com certeza, identificar melhor a série de desafios e as recomendações que devem ser formuladas. Permite-nos, desde já, dissociar o envelhecimento da população da categoria das pessoas idosas, isto é, distinguir correctamente o conjunto das características da pirâmide dos idosos e uma só das suas secções. Além disso, leva-nos também a diferenciar a categoria das pessoas, mulheres e homens recém-reformados, ainda jovens e com capacidade reais para produzir, serem empreendedores e com capacidades para transmitir, da categoria dos mais idosos que não pára de aumentar o seu peso relativo nas fatias de idade dos mais de 60 anos.

Em função de experiências vividas em concreto, estamos à partida em condições para revalorizar o papel e o lugar dos «velhos» e dos «não assim tão velhos». Memórias vivas de saber-ser e de saber-estar, a presença de idosos é determinante para a manutenção dos patrimónios locais, das culturas, das paisagens, da ligação social nas aldeias e simplesmente, por vezes, da vida... Sejam eles activos ou simplesmente grandes consumidores de serviços de proximidade e de apoio à pessoa, os «velhos» no meio rural estão na origem da criação de muitos empregos e, inclusive, capazes de manter, ou mesmo atrair, famílias e de voltar a dinamizar os territórios. Têm também uma incomparável função de acolhimento e todo um papel na implementação de dinâmicas de Educação Popular mais perto dos habitantes. São uma «sorte» e têm que ser considerados como tal no processo de acompanhamento de renascimento do campo. Perante-nos confirmar este facto pelo nosso envolvimento e as nossas acções.

Este encontro permite-nos, e é o segundo ponto que quero referir, reatar com a prática de um dos elementos mais originais e inovadores deste conceito de Universidade Rural Europeia (URE): «Os Itinerários» que constituem o seu real valor acrescentado.

Os itinerários são pequenos grupos internacionais que permitem o encontro concreto, as trocas direc-

tas, a reflexão e os debates entre uma comunidade de acolhimento e Europeus do nosso Movimento vindos para descobrir *in loco* uma sociedade, uma cultura, um território e o seu projecto, mas também para testemunhar as suas experiências levadas a cabo sobre os mesmos temas e, frequentemente, a mesma problemática. Analisar para dizer ao outro, pôr em perspectiva, debater, cruzar o olhar com olhares distanciados e que carregam uma história contribui para dar uma maior visibilidade e, por vezes, dar ainda mais sentido aos esforços dos actores.

Tal como estão concebidos, estes itinerários inscrevem-se nas lógicas das políticas incentivadas e apoiadas para favorecer as iniciativas locais dos actores de terreno e valorizar os esforços de desenvolvimento o mais perto possível dos habitantes, em perspectivas de desenvolvimento durável, isto é, auto-sustentável pelas próprias populações. Instituído-se por vezes em Assembleias Populares largamente abertas, e constituindo momentos fortes para os processos de desenvolvimento local, estes encontros levam e reforçam no coração dos territórios rurais a expressão da Educação Popular que está na base do nosso movimento e favorecem trocas de boas práticas e de colocação em redes temáticas e territoriais que se prolongam e se afirmam no tempo; em qualquer lado as sociedades rurais necessitam realmente disso.

Para além disso, estes itinerários preparam colectivamente a participação activa dos actores e actrizes dum território nos trabalhos mais teóricos que são dirigidos ulteriormente por ocasião das sessões das URE e legitimam de fazer voltar em sessões plenárias as análises e as expectativas de terrenos confrontados aos dados da economia globalizada e às directrizes da Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural tal como é concebida e negociada pela União Europeia. O nosso movimento nascido da vontade dos actores e actrizes de terrenos pode deste modo voltar a exprimir, ao longo das sessões, a nossa determinação em fazer viver e ter em consideração, na escala europeia, as dinâmicas ascendentes dos terrenos e das empresas locais. Estas trocas têm um papel essencial nas transferências cruzadas de conhecimentos a partilhar e são indispensáveis para pensar-se em modelos inovadores e especificamente adaptados às necessidades de desenvolvimento dos territórios rurais. É a missão da APURE e dos seus parceiros impulsioná-los e contribuir para a construção de uma Europa dos cidadãos. ☘

Josy Richez

Vice-Presidente da APURE

Aix-en-Provence, França, Abril de 2006

Vem aí a globalização...



O envelhecimento do outro lado da fronteira

INTRODUÇÃO

A idade de entrada nas Universidades Seniores torna-se, na maioria dos países, coincidente com a entrada na idade da reforma, embora o aumento da longevidade leve a considerar idades mais elevadas, falando-se então do “envelhecimento do envelhecimento”. Assim, e no caso de Espanha, a idade considerada são os 65 anos, tendo em conta também a população com 85 anos ou mais. A evolução, que experimenta a proporção de pessoas de uma determinada faixa etária em relação ao total populacional, é consequência das variações na intensidade da mortalidade, da fecundidade e das migrações.

Durante as duas últimas décadas do passado século, o processo de envelhecimento da população espanhola, como na maioria dos países ocidentais, deveu-se, em primeiro lugar, à forte redução da fecundidade que em Espanha se iniciou em finais dos anos 70, actuando como segundo factor a diminuição da mortalidade. No que diz respeito à migração, durante o referido período, não teve uma influência de importância relevante na população e na sua distribuição por faixas etárias.

De acordo com a informação disponível, no ano de 2000, a Espanha situava-se entre os seis países mais envelhecidos dos Quinze que formavam a União Europeia, atrás da Itália, Suécia e Grécia, que apresentam as maiores percentagens de população com 65 ou mais anos, e praticamente a par com a Alemanha e a Bélgica, com um valor próximo dos 17 %.

As projecções vigentes sobre a população, actualizadas com os valores de nascimentos, falecimentos e migrações disponíveis no ano de 2001, induzem numa continuidade tendencialmente crescente da população considerada idosa e na sua participação no total populacional. Se no ano de 2000 se estimavam 6,8 milhões de pessoas com 65 ou mais anos, no ano de 2020 as estimativas apontam para um valor de 8,6 milhões de pessoas. Nas décadas seguintes, serão adicionados a estes valores 1,8 e 2 milhões de pessoas, respectivamente, alcançando-se o valor de 12,4 milhões de pessoas com 65 ou mais anos de idade no ano de 2040. No ano de 2050 o valor será de 12,8 milhões de pessoas.

Voltando ao objectivo do presente artigo, pode dizer-se que o processo de envelhecimento da população espanhola se prolongará no futuro, sempre que se cumpram as hipóteses respeitantes às taxas de fecundidade, mortalidade e migração, sobre as quais foram estabelecidos valores populacionais previstos pela idade. Neste caso, a participação da população de pessoas com 65 ou mais anos, crescerá do valor actual de 17 % para um valor acima dos 31 % no ano de 2050. Tendência que se espera similar à dos países da União Europeia segundo se verifica nos valores estimados para o ano de 2050.

AS TAXAS DE FECUNDIDADE E MORTALIDADE

A partir dos princípios do séc. XX, a natalidade foi diminuindo pouco a pouco, tal como em outros países, inclusive durante a ditadura, apesar da política de natalidade imposta por Franco. Os varões que emi-

gram casam-se mais tarde. Mas a diminuição mais espectacular começa a partir de 1975, época em que o regresso à democracia coincide com a crise económica. Como noutros países desenvolvidos, as mulheres incorporam-se cada vez mais ao mundo laboral, a influência da Igreja diminui e são utilizados mais meios contraceptivos.

Actualmente, o índice de fecundidade é dos mais baixos do mundo. Em 1995 era de 1,2 filhos por mulher e a taxa de natalidade para esse ano foi de 8,7 nascimentos por cada mil habitantes. Em 2002 é de 1,25. O índice de fecundidade verificou-se elevado até aos anos 70 (entre 2,7 e 3 bebés por cada mulher).

A ESTRATÉGIA A SEGUIR NO MUNDO RURAL

Antes de se planificar uma estratégia devem-se clarificar os objectivos a atingir e, no caso do problema do envelhecimento e despovoamento dos territórios rurais, *a urgência passa pela sobrevivência activa destes territórios, quer dizer, o que chamamos de “desenvolvimento rural”, ou utilizando um termo mais apurado, a “revitalização socio-económica dos territórios”.*

A realidade da sociedade rural, com diferentes matizes segundo cada território, pode-se definir da seguinte forma:

- O perigo do desaparecimento de alguns núcleos rurais é patente e entrou num ciclo vicioso onde os fenómenos de despovoamento e envelhecimento se retroalimentam mutuamente. Perante esta situação, o nosso posicionamento deve centrar-se na esperança e na afirmação colectiva de que é possível melhorar estes factores;
- Este carácter afirmativo, que devemos consolidar, tem de concluir com uma “revolução rural” que procure:
 - Mudança de atitudes;
 - Fórmulas de produtividade que permitam fugir ao eterno espírito subsidiário;
 - Inovação;
 - Diversificação;
 - Em definitivo, criatividade, imaginação. Cada território deve transformar-se num lugar com projectos cativantes, com identidade, com ideias que tenham “marca própria”, que transformem esse lugar em “algo único e ir-repetível”.

O que é verdadeiramente claro é que o conceito de liberdade torna-se um conceito-chave na hora de realizar qualquer análise ou planificação em redor desta problemática. Os homens e mulheres de um território devem ser donos dos seus próprios destinos e são eles e elas quem devem realizar as acções que considerem oportunas. Mas esta liberdade só pode ser exercida se a qualidade de vida for análoga no mundo rural e no mundo urbano. ☼

(Extractos de um trabalho de Juan Manuel Gutiérrez CEDER Serrania de Ronda)

“Ondas” Curtas Europeias

O “trio institucional da UE” chegou a um acordo acerca das perspectivas financeiras, mas não se vislumbra vantagens para o desenvolvimento rural.

O orçamento 2007-2013 contemplará um suplemento de quatro biliões de euros, bastante menos do que os 12 biliões desejados pelo parlamento.

Este aumento destina-se ao programa Erasmus, à aprendizagem ao longo da vida, à pesquisa, às PME e a política de Segurança (800 milhões) tem assegurada, nestes quatro biliões, uma reserva para acções futuras, nomeadamente no âmbito do Natura 2000 e do LIFE +, de cerca de 100 milhões de euros.

O orçamento da PAC permanece inalterado, com cerca de 293.105 biliões para o 1º pilar e com 69.750 para o Desenvolvimento Rural, dos quais 36.750 estão previstos para a UE.

A Direcção-Geral da Agricultura teria desejado uma tomada de posição por parte do “trilogue” sobre a questão da modulação voluntária de 20% entre os di-

funta Constituição europeia. Estes gabinetes exigem, em particular, o acesso **simultâneo** ao conjunto das versões linguísticas dos documentos adoptados pela Comissão Europeia, por forma a que o controlo dos Parlamentos nacionais se possa exercer.

Exigem igualmente que as informações publicadas pela União nos sites da Internet estejam disponíveis nas 20 línguas da União, a fim de garantir a sua acessibilidade a todos os cidadãos.

A presidência finlandesa da União, que terá início a 1 de Julho próximo, anunciou já que o seu site estará disponível em inglês, em francês, em finlandês, em sueco e, pela primeira vez, em alemão.

A Comissão Europeia convida os Estados-Membros a pôr em prática a directiva sobre os biocarburantes. (Directiva 2003/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 8 Maio que visa promover a utili-

IE / FN



ferentes eixos, prevista no texto da Cimeira de Dezembro último, já que a mesma permitiria a alguns Estados-Membros aplicar o financiamento sem ter de cumprir as regras normais do RD.

A D.G. Agricultura deverá propor um documento sobre as modalidades de repartição dos fundos do Desenvolvimento Rural entre os Estados-Membros o qual não deverá, no entanto, ser conhecido antes do Conselho Agrícola do fim de Maio.

Bruxelas e a predominância do inglês: a caminho de um regime monolingüístico?

Os gabinetes do Bundestag alemão e da Assembleia Nacional Francesa, reunidos em Berlim a seis de Abril último, denunciaram a “deriva inaceitável no sentido de um regime monolingüístico” anglófono. O multilingüismo é “uma das expressões da *unidade na diversidade*”, a divisa da União proposta na de-

zação dos biocarburantes ou outros carburantes renováveis nos transportes, JO L 123 de 17.05.2003)

A componente de biocarburantes no mercado do diesel e da gasolina da União Europeia era apenas de 0,6% em 2003 e era ainda inferior a 1% em 2004.

A directiva sobre os biocarburantes fixa valores de referência de 2% da parte do mercado para 2005 e de 5,75% para 2010. Os Estados Membros podem fixar os seus próprios objectivos indicativos, mas deverão apresentar uma justificação no caso de estes diferirem dos valores de referência.

Ao longo do ano a Comissão informará sobre os progressos obtidos face aos valores de referência e aos objectivos para 2005.

Os relatórios nacionais apresentados pelos Estados membros no âmbito da directiva sobre os biocarburantes estão disponíveis em http://europa.eu.int/comm/energy/res/legislation/biofuels_en.htm ☼

A Comissão deseja que as regiões rurais tenham um melhor acesso à Internet de banda larga.

A comunicação publicada juntamente esta semana pelos Membros da Comissão aos Media, à política regional, à agricultura e ao desenvolvimento rural incentiva os Estados Membros a integrar nas suas estratégias nacionais a cobertura de banda larga e, assim, beneficiar de fundos da UE.

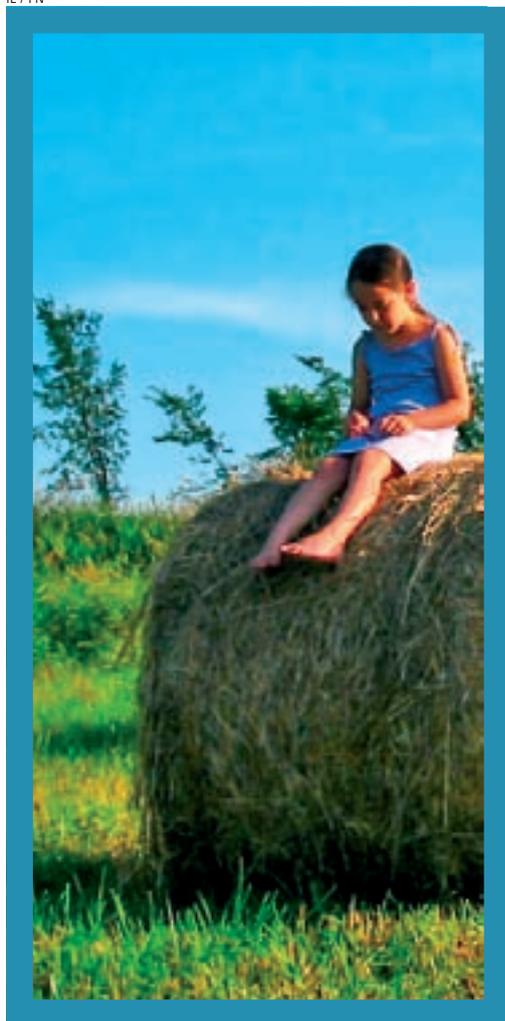
As últimas estatísticas revelam que a cobertura de banda larga melhorou bastante ao longo dos últimos anos, sendo, contudo, insuficiente nas regiões rurais. A taxa de cobertura em zona rural é de 60% contra 90% nas cidades para a UE dos 15 em 2005.

Os números indicam que a cobertura rural na UE dos 15 é a mais fraca na Grécia.

A Comissão deseja estabelecer um website para coordenar as melhores práticas.

Mais pormenores : http://europa.eu.int/information_society/industry/comms/broadband/index_en.htm

IE / FN



A Comissão propõe conceder até 500 milhões de euros por ano a um novo fundo europeu de ajuste à globalização destinado a ajudar os trabalhadores

Os trabalhadores da União Europeia vão beneficiar de uma ajuda à reinserção profissional por intermédio dum novo fundo, com uma atribuição anual máxima de 500 milhões de euros, que poderão sustentar cada ano até 50 000 trabalhadores da União, principalmente nas regiões e sectores atingidos pelas grandes mutações estruturais do comércio mundial. O

novo “fundo europeu de ajuste à globalização”(FEM) proposto pela Comissão trará uma assistência individual, pontual e limitada no tempo, para financiar serviços à medida destinados a ajudar, por exemplo, os trabalhadores vítimas da globalização com complementos salariais, uma reciclagem ou uma ajuda concreta para encontrar um novo emprego.

A Comissão dirige um ataque contra a desigualdade entre homens e mulheres recorrendo a um roteiro e a um instituto do género dotado de 50 milhões de euros

A desigualdade entre as mulheres e os homens na UE é um problema que mobilizará, nos próximos cinco anos, 21 actividades específicas descritas num novo roteiro sobre a igualdade entre os sexos publicado pela Comissão Europeia.

As actividades propostas pela Comissão no «Roteiro para a Igualdade entre mulheres e homens 2006-2010» prevêem contribuir para a criação de um novo Instituto Europeu para a igualdade entre mulheres e homens, dotado de um fundo de 50 milhões de euros, rever toda a legislação comunitária sobre a igualdade dos sexos, acentuar a sensibilização à desigualdade entre os sexos, garantir a consideração da especificidade dos sexos em todas as políticas e reclamar melhores estatísticas.

O roteiro visa, entre outros, trazer uma solução ao problema das diferenças de remuneração entre as mulheres e os homens, contribuir para uma melhor conciliação entre a vida familiar e a vida privada, eliminar a violência e o tráfico de seres humanos, incentivar a integração da dimensão de género na elaboração dos orçamentos e promover a igualdade entre os sexos tanto no interior como no exterior da UE.

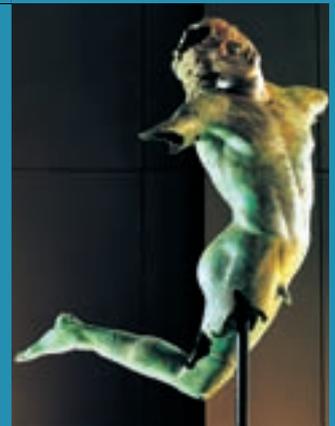
Parecer sobre uma acção a levar a cabo ao nível comunitário para promover a inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho.

Numerosas políticas de apoio social estão em vigor na maior parte dos Estados-Membros e políticas de activação também estão vigentes de modo a trazer para o mercado os que dele estão excluídos, mas subsiste, no entanto, um «núcleo duro» de pessoas que têm poucas hipóteses de encontrar um emprego e que, por esta razão, ficam muito expostas à pobreza e exclusão social. O principal desafio é assegurar-se de que os sistemas de protecção social contribuam de maneira eficaz para mobilizar as pessoas capazes de trabalhar, conseguindo ao mesmo tempo e de modo mais amplo garantir um nível de vida decente aos que estão ou ficarão à margem do mercado de trabalho.

O presente comunicado procura alcançar um duplo objectivo:

- Fazer o balanço dos progressos efectuados na União alargada na via de um melhor acesso ao mercado de trabalho para as pessoas que dele estão excluídas ;
- Lançar um parecer público sobre as orientações possíveis de uma acção ao nível da União, com vista à promoção da inclusão activa das pessoas mais afastadas do mercado de trabalho.

Esta consulta tem como objectivo recolher as opiniões sobre o que UE deveria fazer para responder a este desafio. ☼



Carta da Sicília Itália

Caros amigos:

Tenho tentado escrever um pouco sobre os anciãos do mundo rural siciliano, mas só me surgem coisas genéricas e superficiais, sem um específico aprofundamento, seja em relação ao interior ou à faixa costeira. Para poder dizer alguma coisa fundamentada e eficaz, teria necessidade de encontrar e escutar muitos idosos, ex-agricultores, ex-pescadores, ex-artesãos, ex-emigrantes operários industriais nos países europeus e extra-europeus, ex-trabalhadores agrícolas, ex-trabalhadores clandestinos, ex-donas de casa, ex-desempregados, ex-funcionários públicos, ex-professores, ex-profissionais liberais, etc..

Para cada um deste grupos deveríamos verificar como empregam a sua jornada e a sua semana e quais as suas actuais relações com os filhos, com os netos, com os contemporâneos e com os jovens.

Teríamos igualmente que conhecer que relações mantêm os anciãos com os problemas sociais, económicos, ambientais, sanitários, culturais e educativos do próprio território.

Muitos anciãos estiveram emigrados e/ou tem filhos ou família emigrada no Norte de Itália, na Europa e noutros continentes, muitos voltaram pobres e sós. Nestas condições, qual será a sua actual identidade cultural? Em que medida é que sobre esta identidade pesa a experiência e os valores estruturantes da sua infância e da primeira juventude? E em que medida pesa a experiência adulta da emigração? E ainda, co-

mo pesam sobre a sua identidade, a banalidade e a vulgaridade de muitos programas televisivos?

Em que medida e de que modo é que eles pensam o futuro dos filhos, dos netos e o do seu território?

Seria, enfim, muito interessante concluir, se, e em que modo, eles são um peso morto para a sociedade local, ou se são, ou podem ser, um essencial valor acrescentado para a qualidade da identidade cultural social e produtiva do seu território. Quais são hoje os obstáculos que impedem que os anciãos possam efectivamente ser esse valor acrescentado, riqueza e força dos seus territórios em sinergia com as jovens gerações?

Caros amigos, como vêm, em relação aos anciãos sicilianos, tenho apenas uma grande quantidade de perguntas sem respostas.

Poderão elas servir para suscitar e enriquecer este contemporâneo e interessante debate, de aparente “não sense”, sobre o tema do próximo seminário da ADRACES – “como fazer do envelhecimento das populações rurais um contributo para o desenvolvimento dos seus territórios”?

A vocês a sentença. ☼

Saudações fraternas.

Lorenzo Barbera

Histórico do desenvolvimento local em Itália

Ex-presidente do CRESM - Centro di Ricerche Economiche

e Sociali per il Meridione (Itália)

AS VIDAS: são sofridas, pesadas... mas altivas!

ADRIANO RANGEL



AS VEREDAS: são antigas, belas, frescas, floridas, longas e... sobretudo solitárias!!!

PEDRO MARTINS



Muitas foram as pessoas idosas que se prestaram gentilmente a aparecer nestas páginas da VIVER, a dar a cara para ilustrar a realidade dos velhos da raia. Para nós, essas caras têm nome, honra, história e morada; para os nossos prezados leitores, são rostos anónimos. Entendemos que assim devia ser, porque todos temos o direito à própria privacidade. A todas e todos, os nossos sinceros agradecimentos.




viver

Nesta edição destaca-se:

tem a palavra

Entrevista com a Presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão

04

tribuna da cidadania

Homenagem ao Inspector José Baptista Martins

06

sentir a beira

A emoção em palavras justas – Lopes Marcelo

09

grande tema

Os Velhos da Raia – diversos

13

inovadores e pioneiros

A Quinta dos Trevos – reportagem

34

Nós ADRACES

43

Os nossos parceiros

46

Alvorada – para novos futuros

51

Atirando pedrinhas na poça

56

Contraponto sem fronteiras / Contrepoints sans frontières

60